

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DENISE BACHEGA

EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA
DE GÊNERO CONTRA MENINAS ADOLESCENTES E JOVENS
MULHERES

São Carlos -SP
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DENISE BACHEGA

**EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA
DE GÊNERO CONTRA MENINAS ADOLESCENTES E JOVENS
MULHERES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Roseli Rodrigues de Mello

São Carlos-SP
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Denise Bachega, realizada em 18/02/2020:

Prof. Dra. Roseli Rodrigues de Mello
UFSCar

Prof. Dr. Anselmo João Calzolari Neto
UFSCar

Prof. Dra. Fabiana Marini Braga
UFSCar

Prof. Dra. Mariana Luciano Afonso
USP

p1

Prof. Dra. Heloisa Buarque de Almeida
USP

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Heloisa Buarque de Almeida e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Prof. Dra. Roseli Rodrigues de Mello

*Para minhas irmãs Ivone e Bia,
mulheres fortes e que sempre me inspiraram,
com todo meu amor.*

AGRADECIMENTOS

Esta é a concretização de alguns anos de trabalho e dedicação que só foram possíveis porque pude receber o amor, o cuidado, o incentivo e o apoio de muitas pessoas. Agradeço imensamente a todas e todos que estiveram comigo e contribuíram, direta ou indiretamente, com a realização desse sonho.

Agradeço à professora Roseli pelos diálogos que temos realizado ao longo desses anos de trabalho e que têm me permitido compreender muito mais do que imaginei compreender sobre o mundo, a vida e as relações humanas, para além do apoio grandioso para a realização dessa tese;

Às amigas e aos amigos do NIASE e do CREA pelos exemplos de dedicação, comprometimento e amor com o trabalho que me inspiraram e me apoiaram ao longo desse percurso;

Às professoras Heloisa, Mariana, Isabela, Fabiana e ao professor Anselmo, membros da banca, pelas contribuições tão fundamentais para a melhoria do trabalho;

Aos meus pais, por todo o amor e apoio ao longo de toda minha trajetória de vida;

Às minhas irmãs, por se fazerem presentes em minha vida mesmo quando distantes fisicamente, pelo diálogo e parceria que alimentam a alma;

Às amigas e aos amigos queridos, em especial Carol, Yuri, Henrique, Laura, Ju, Lê (*in memoriam*), Davi, Fernanda, Danilo, Caio e Maria Emília, das boas companhias que a gente aprende a cuidar, se deixar ser cuidada e quer ter sempre perto;

À minha sogra pelas contribuições que sempre enriquecem;

Ao meu amor, Bruno, por toda amorosidade, carinho e pela alegria de dividir sonhos, tornar a vida mais leve e me dar a força para persistir nos momentos mais duros;

À minha pequena Cecília que ainda enquanto estava apenas em meus sonhos, já trazia motivação e luz para o meu caminho, e que antes mesmo de chegar aos meus braços já havia me ensinado tanto me permitindo sentir um amor tão intenso e que trouxe ainda mais alegria e sentido para nossas vidas.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

A violência de gênero (VdG) é um problema global de saúde pública que afeta mulheres em todas as nacionalidades, idades, classes sociais, nos diversos grupos culturais, étnicos e raciais e em todos os níveis educacionais. Estudos têm demonstrado a importância da socialização de atração para a violência como raiz desse fenômeno, com destaque inclusive para a socialização que ocorre no contexto escolar. A partir de investigações realizadas no grupo de pesquisa, NIASE, em que foi desenvolvida esta tese, a presente pesquisa teve como foco principal identificar ações voltadas a adolescentes e jovens mulheres que previnam a VdG, buscando sua superação. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de trabalhos nas bases de dados Scielo, Google Acadêmico, ERIC e Web of Science, utilizando descritores como “violência de gênero”, em português e em inglês. Foi realizada uma caracterização geral dos trabalhos quanto a: ano e tipo da publicação, país, área do conhecimento e tipo de trabalho apresentado em relação à VdG (interventivo, descritivo, teórico ou de revisão de literatura). Os resultados mostraram que a produção brasileira está mais focada em aspectos descritivos em relação à VdG do que interventivos e foi encontrada apenas uma intervenção realizada a partir da área da Educação. Na literatura internacional, entretanto, a maioria dos trabalhos que abordavam intervenções são da área de Educação. Não foram encontrados trabalhos brasileiros, ou referentes ao contexto nacional, nas bases internacionais consultadas. Ademais, os resultados encontrados também foram analisados e discutidos em relação às dimensões transformadoras, ou seja, aspectos da realidade que abordem formas de superar a VdG; e quanto às dimensões excludentes, isto é, aspectos da realidade discutidos no trabalho que reforçam a socialização de atração para a violência, promovem a violência de gênero ou sua tolerância. Observou-se que os trabalhos nacionais apresentam maior número de elementos excludentes que os trabalhos analisados na literatura internacional. A análise dos trabalhos permitiu indicar os desafios ainda enfrentados em nosso país, haja visto que a escassez de produção de conhecimento que apresente respostas concretas a esse problema, ainda tão presente em nossa sociedade, e que dificulta a transformação do contexto social tão violento que vivemos. Ao final são apresentadas indicações sobre aspectos relevantes a serem considerados na realização de intervenções preventivas da VdG.

Palavras-chave: Violência de gênero; Violência contra mulher; Adolescentes; Escola; Prevenção.

ABSTRACT

Gender-based violence (GBV) is a global public health problem that affects women of all nationalities, ages, social classes, cultural, ethnic and racial groups and at all educational levels. Studies have demonstrated the importance of socialization for the attraction towards violence as the root of this phenomenon, with emphasis on the socialization that occurs in the school context. Based on investigations carried out in the research group in which this thesis was developed, NIASE, the present research had as main focus to identify actions aimed at girls and young women that prevent GBV, seeking to overcome it. For this purpose, a bibliographic research of scientific papers was carried out in the databases Scielo, Google Scholar, ERIC and Web of Science, using descriptors such as “gender violence”, in Portuguese and in English. A general characterization of the papers was carried out regarding: year and type of publication, country, area of knowledge and type of work presented in relation to the GBV (interventional, descriptive, theoretical or literature review). The results presented in the Brazilian production are more focused on the descriptive aspects in relation to the VdG than the intervening ones and only one intervention carried out from the Education area was found. In the international literature, however, most of the papers that carried out intervention were in the Educational area. No Brazilian papers, or references to the national context, were found in the consulted international databases. In addition, the results found were also analyzed and discussed in relation to the transformative dimension, that is, aspects of reality that address ways of overcoming a VdG; and to the exclusionary dimension, that is, aspects of reality discussed in the paper that reinforce socialization for the attraction towards violence, promote gender violence or tolerance to it. It is highlighted that national papers have a greater number of exclusionary elements than papers analyzed in the international literature. The analysis of the papers indicates the challenges still faced in the country, since there is a scarcity of knowledge production that presents concrete answers to this problem, which is still so present in our society and which hinders the transformation of the violent social context in which we live. At the end, indications on the relevant aspects to be considered when carrying out VdG preventives are displayed.

Key-words: Gender-based violence; Violence against women; Adolescents; School; Prevention.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 – Prevalência da violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo nas regiões definidas pela Organização Mundial de Saúde..... | 11 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|

LISTA DE QUADROS

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1 - Trabalhos captados na base de dados Google Acadêmico | 92 |
| Quadro 2 - Trabalhos captados no Scielo | 96 |
| Quadro 3 - Artigos da literatura internacional captados pelas bases Google Acadêmico e Scielo | 101 |
| Quadro 4 - Trabalhos captados no Eric | 104 |
| Quadro 5 - Trabalhos captados no Web of Science | 104 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|----------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1 - Elementos excludentes presentes na literatura nacional | 92 |
| Tabela 2 - Elementos transformadores presentes na literatura nacional | 96 |
| Tabela 3 - Elementos excludentes presentes na literatura internacional | 101 |
| Tabela 4 - Elementos transformadores presentes na literatura internacional | 104 |

SUMÁRIO

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| RESUMO | 5 |
| ABSTRACT | 6 |
| LISTA DE FIGURAS | 7 |
| LISTA DE QUADROS | 8 |
| LISTA DE TABELAS | 9 |
| 1. INTRODUÇÃO | 9 |
| 1.1 OBJETIVO DO ESTUDO E QUESTÕES QUE O GUIARAM | 26 |
| 2 MARCO TEÓRICO DA INVESTIGAÇÃO | 27 |
| 2.1 A IDENTIDADE, SEXUALIDADE E PAPÉIS SOCIAIS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: AS CONTRIBUIÇÕES DE CASTELLS E GIDDENS. | 27 |
| 2.2 O PATRIARCALISMO: CONTRIBUIÇÕES DE CASTELLS E DE GIDDENS. | 31 |
| 2.3 O MOVIMENTO FEMINISTA E O FEMINISMO DIALÓGICO | 32 |
| 2.4 AS RELAÇÕES AMOROSAS | 35 |
| 2.5 O AMOR RADICAL | 38 |
| 2.6. A DUPLA MORAL | 39 |
| 2.7 A ATRAÇÃO PELA VIOLÊNCIA | 40 |
| 2.8 OS MODELOS DE MASCULINIDADE | 43 |
| 2.9 O CONTEXTO ESCOLAR NA PREVENÇÃO DA VDG | 45 |
| 2.10 A SOCIALIZAÇÃO PREVENTIVA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO | 49 |
| 3 UM POUCO SOBRE A POPULAÇÃO-ALVO DESSE ESTUDO | 51 |
| 3 METODOLOGIA | 54 |
| 3.1 PROCEDIMENTOS DE COLETA, DE ORGANIZAÇÃO E DE ANÁLISE DOS DADOS | 54 |
| 4 RESULTADOS: DADOS E ANÁLISES. | 57 |
| 4.1 DESCRIÇÃO DO LEVANTAMENTO QUANTO À LITERATURA CIENTÍFICA NACIONAL | 58 |
| 4.1.1 Resultados do levantamento realizado na base de dados Google Acadêmico | 58 |
| 4.1.2 Resultados do levantamento realizado na base de dados Scielo | 69 |
| 4.1.3 Caracterização geral sobre trabalhos referentes ao contexto brasileiro | 77 |
| 4.2 DESCRIÇÃO DO LEVANTAMENTO QUANTO À LITERATURA CIENTÍFICA INTERNACIONAL | 78 |

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4.2.1 Resultados do levantamento de artigos internacionais realizado Google Acadêmico e Scielo _____ | 79 |
| 4.2.2 Resultados do levantamento realizado na base <i>ERIC</i> _____ | 84 |
| 4.2.3 Caracterização dos artigos obtidos a partir da base <i>ERIC</i> _____ | 89 |
| 4.2.4 Resultados do levantamento realizado na base <i>Web of Science</i> _____ | 90 |
| 4.2.5 Caracterização dos artigos obtidos a partir da base <i>Web of Science</i> _____ | 107 |
| 4.2.6 Caracterização geral sobre trabalhos referentes ao contexto internacional _____ | 107 |
| 5 DISCUSSÃO _____ | 109 |
| 5.1 DISCUSSÃO INICIAL QUANTO À CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS ESTUDOS _____ | 109 |
| 5.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS SEGUNDO A METODOLOGIA COMUNICATIVA: DIMENSÃO EXCLUDENTE E DIMENSÃO TRANSFORMADORA _____ | 110 |
| 5.2.1 Análise da literatura nacional segundo a Metodologia Comunicativa _____ | 111 |
| 5.2.2 Análise da literatura internacional segundo a Metodologia Comunicativa _____ | 119 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS _____ | 130 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____ | 133 |

1. INTRODUÇÃO

O primeiro contato que tive com a temática da prevenção de violência como tema de pesquisa ocorreu ainda na graduação, por meio de pesquisa de iniciação científica que focou a formação inicial de profissionais da educação e da saúde para a identificação e encaminhamento de casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes. Posteriormente, meu contato com a teoria e a metodologia adotadas na presente pesquisa surgiu inicialmente com a participação em seminários temáticos do Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (NIASE), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Como parte das ações desenvolvidas neste núcleo, atuei como colaboradora em pesquisa relacionada à educação de pessoas jovens e adultas, inseri-me como moderadora-colaboradora em grupo de prática cultural e educativa de Tertúlias Literárias Dialógicas e passei a ter uma participação mais efetiva no eixo de estudos sobre prevenção da violência de gênero, que vem sendo desenvolvido pelo NIASE desde 2008.

No âmbito profissional, a atuação com adolescentes autores de práticas infracionais em privação de liberdade tem me permitido observar algumas questões relativas às violências, suas consequências para os familiares e as companheiras desses jovens, instigando algumas reflexões e indagações pessoais.

Dessa forma, buscando respostas relacionadas a essa questão junto ao grupo de prevenção da violência de gênero, e por meio da participação no desenvolvimento de pesquisas, seminários com a participação de pesquisadores e pesquisadoras internacionais, e atuação junto à disciplina “Feminismo Dialógico: mulheres e transformação social” - ofertada pelo NIASE para a graduação em Pedagogia, Psicologia e Educação Física, da Universidade Federal de São Carlos (BACHEGA *et al.*, 2019) - pudemos notar a carência de pesquisas referentes ao contexto brasileiro que indicassem ações para a prevenção da violência, surgindo, então, a proposta que buscamos realizar nesse estudo.

A pesquisa desenvolvida para esta tese está centrada na linha de investigação do NIASE/UFSCar sobre ações preventivas da violência de gênero. Neste estudo específico, buscamos analisar a produção científica, nacional e internacional, quanto a ações de prevenção da violência de gênero, a fim de destacar evidências científicas que

permitam embasar práticas escolares com adolescentes que sejam democráticas, solidárias e igualitárias.

Para desenvolver o estudo, foi realizada pesquisa bibliográfica em bases nacionais e internacionais de artigos e outros tipos de documentos on-line. Algumas questões guiaram nosso olhar na pesquisa: “Há produção científica, brasileira e estrangeira, e ações de intervenção em escolas que promovam de maneira efetiva a prevenção da violência de gênero contra mulheres jovens? Quais aspectos caracterizam e promovem o maior sucesso para tais ações?”

Por que centrar o estudo de violência de gênero nas mulheres, mais especificamente nas meninas jovens?

Verificando os dados mundiais, encontramos que o número de mulheres que sofre variadas formas de violência é alarmante, o que leva a questão aqui considerada um problema de saúde pública (WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO, 2013). Além disso, a violência contra as mulheres é uma forma grave de violação aos direitos humanos (KRANTZ; GARCÍA-MORENO, 2005) tendo em vista os prejuízos profundos ao bem-estar físico, sexual, reprodutivo, mental e social das mulheres e de suas famílias (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS, 2012). O presente estudo está baseado na Declaração para Eliminação da Violência Contra Mulheres das Nações Unidas, que a define como “qualquer ato de violência baseada em gênero que resulte, ou possa resultar, em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico às mulheres, incluindo ameaças de tais atos, coerção ou privação de liberdade, quer seja em âmbito público ou privado” (NATIONS, 1994, p. 3, tradução nossa).

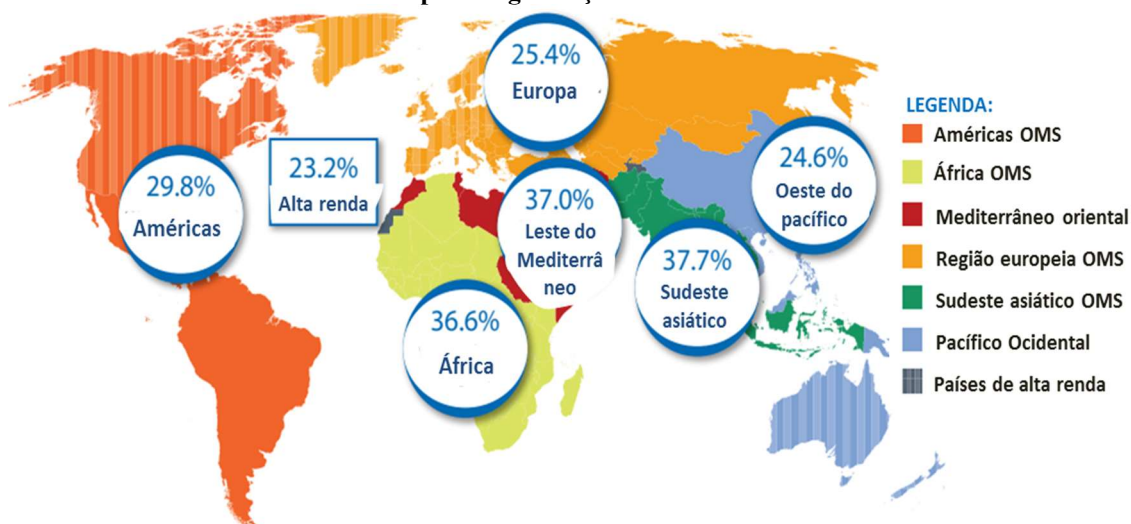
A expressão Violência de Gênero (VdG) engloba todas as formas de violências contra as mulheres, além das violências contra pessoas de orientação sexual distinta da heterossexual. Além disso, embora haja estudos que investiguem ou explorem a ocorrência de violência perpetrada por mulheres contra homens, dada a menor incidência dessa ocorrência (SCHRAIBER; D’OLIVEIRA; FRANÇA JUNIOR, 2008; THUREAU *et al.*, 2015), este estudo trará o recorte de violência de gênero contra as mulheres.

Outro recorte aplicado ao estudo foi o da violência de gênero contra mulheres jovens, relacionada diretamente aos relacionamentos afetivo-sexuais, uma vez que há graves consequências desse tipo de violência para a saúde física e mental das mulheres. Segundo a Organização Mundial de Saúde, mulheres que tenham sido física ou sexualmente abusadas por seus parceiros apresentam importantes taxas mais elevadas de

uma série de problemas de saúde. Por exemplo, elas são 16% mais propensas a ter bebê abaixo de peso ao nascer; têm mais do que duas vezes mais chances de ter um aborto; são quase duas vezes mais propensas a sofrer de depressão, e, em algumas regiões, são 1,5 vezes mais propensas a adquirir o HIV, em comparação com as mulheres que não tenham sofrido violência por parte do parceiro (WHO, 2013).

A estimativa, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) é de que mundialmente 35% das mulheres já sofreram violência física ou sexual por parceiro íntimo ou violência sexual por não parceiro (WHO, 2013), como indicado na figura 1 a seguir. Assim, ao falar em VdG são englobadas violência cometida por parceiro íntimo, violência sexual, violência no namoro.

Figura 1 – Prevalência da violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo nas regiões definidas pela Organização Mundial de Saúde.



Fonte: Adaptado de World Health Organization (2013).

Ademais, em nível global, 38% dos assassinatos de mulheres são cometidos por parceiros ou ex-parceiros íntimos (WHO, 2013), sendo a VdG a principal causa de morte e invalidez entre mulheres de 16 a 44 anos, o que supera o número de vítimas por acidentes, câncer e guerra (INTERNATIONAL AMNESTY, 2004).

No caso brasileiro, as estatísticas sobre o triênio 2009-2011 apontam que a média de mortes de mulheres por causas violentas foi de 5.722 por ano, ou uma a cada 1 hora e 32 minutos, sem grande diferença entre as cinco macrorregiões¹ do país (GARCIA *et al.*, 2015).

¹ A maior taxa de mortes por 100.000 mulheres foi 6,93 (Nordeste) e a menor 5,07 (Sul).

Com mais de 5000 mortes violentas de mulheres por ano, o Brasil se encontra na quinta posição em relação ao número de feminicídios comparado com outros países do mundo (WAISELFISZ, 2015). Além disso, Cerqueira e Coelho (2014) indicam que no Brasil apenas 10% dos casos de violência sexual não letal chegam ao conhecimento da polícia. Eles também estimam a ocorrência de 527 mil tentativas ou consumação de estupros por ano, com 70% das vítimas sendo crianças ou adolescentes. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Énois (2015), com 2285 garotas, de 14 a 24 anos, de todo o Brasil: 94% já foram assediadas verbalmente, e 77% fisicamente, nos espaços públicos; 90% já deixaram de fazer algo por medo da violência e 47% já foram forçadas a ter relações sexuais com o parceiro.

Cabe notar ainda que nas unidades brasileiras de saúde preponderam os atendimentos a meninas e mulheres em decorrência de alguma forma de violência sofrida quando comparados aos atendimentos masculinos para todas as idades até os 59 anos. Em relação aos agressores, dentre as adolescentes (12 a 17 anos) são principalmente os pais (26%) e os parceiros e ex-parceiros (23,2%) e, dentre as mulheres adultas (18 a 59 anos), metade das agressões é cometida por um parceiro ou ex-parceiro (WAISELFISZ, 2015). Ademais, segundo Minayo, Assis e Njaine (2011), em pesquisa realizada em 10 capitais brasileiras com adolescentes (14 a 19 anos) de ambos os sexos, 86,9% relataram que já foram vítimas de alguma forma de violência (física, psicológica ou sexual) cometida por parceiro.

A VdG é uma forma de violência que não se restringe a uma localização específica e está presente nos diversos ambientes (doméstico, educacional, laboral, de entretenimento), públicos ou privados (PUIGVERT, 2014a). Ela atinge mulheres de todas as idades, culturas, em espaços públicos, privados, educativos, de trabalho, de lazer, etc. (OLIVER; VALLS, 2004; PADRÓS; AUBERT; MELGAR, 2010).

Historicamente, a VdG foi considerada consequência da dependência econômica das mulheres, e acreditava-se que desapareceria com a emancipação econômica e social feminina (VALLS; PUIGVERT; DUQUE, 2008). A realidade mostrada pelas pesquisas, entretanto, indica que, apesar de ser mais frequente em determinados grupos, mesmo com as conquistas por maior equidade educacional, de emprego e renda, o que também ocorre no caso do Brasil (INSTITUTO de PESQUISA ECONÔMICA e APLICADA-IPEA, 2011), a VdG afeta mulheres em todas as nacionalidades, idades, classes sociais, nos diversos níveis educacionais e grupos culturais, étnicos e raciais (OLIVER; VALLS, 2004).

Deve-se acrescentar que apesar da criação de legislações nas últimas décadas, em relação à violência contra a mulher, ela continua acontecendo e, lamentavelmente, vem aumentando. Este é um dos aspectos que fundamentam nossa premissa de que *se trata de uma forma de violência arraigada em questões sociais que demandam uma mudança de cultura e uma abordagem preventiva, que alcance as origens e as “permissões” sociais que existem para tais ocorrências, já que a existência de leis específicas não tem sido suficiente para impedi-la.*

Na revisão realizada por Alldred e Biglia (2015) em relação a países como Itália, Irlanda, Espanha, Reino Unido e União Europeia, por exemplo, os autores consideraram que as legislações não abarcam questões de violências de gênero, ou então não abordam questão de maneira efetiva. De maneira geral, a violência de gênero é tratada como uma questão individual, que se refere à esfera privada, deixando de abordar aspectos estruturais e formas de violência normalizadas culturalmente (ALLDRED; BIGLIA, 2015).

Especificamente sobre o Brasil, após uma determinação internacional de 2001 da Organização dos Estados Americanos (OEA) foi sancionada em 2006 a lei número 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006). A lei recebeu esse nome em homenagem à biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que foi vítima de violência cometida por seu então marido, professor universitário – situação emblemática de que a violência ocorre em todos os grupos, incluindo as de escolaridade universitária e que pode ser cometida por homens pertencentes a todos os grupos, incluindo o de formação universitária. Essa lei busca coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher por meio de um conjunto de mecanismos legais que possibilitam o acolhimento emergencial e a assistência social da vítima (VICENTIM, 2010). Ainda assim, é preocupante a constatação de que a maior parte do crescimento dessa taxa ocorreu sob a vigência dessa lei (WAISELFISZ, 2015).

Cabe notar que recentemente, em 13 de maio de 2019, foi sancionada uma nova lei (nº 13.827), que altera a regra para autorização de medida protetiva de urgência nos casos de violência doméstica contra a mulher (BRASIL, 2019). A mudança é válida para os quase três mil municípios brasileiros em que não há sede de comarca e, portanto, um juiz responsável. Nesses casos, o delegado de polícia, e na ausência deste o policial, poderá determinar o afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima, comunicando em 24 horas o juiz da comarca responsável a fim de que ele decida se mantém ou revoga a medida protetiva. Além disso, a lei prevê

que “nos casos de risco à integridade física da ofendida, ou à efetividade da medida protetiva de urgência, não será concedida liberdade provisória ao preso”. Outra alteração trazida pela lei de 2019 é a determinação do registro da medida protetiva de urgência em banco de dados mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.

Mais um aspecto importante ao analisar com maior detalhe o contexto brasileiro, em relação à violência de gênero é a interseccionalidade: cor/raça-gênero. Sob a vigência Lei Maria da Penha, o número de homicídios diminuiu 2,1% entre as mulheres brancas e aumentou 35,0% entre as mulheres negras (WAISELFISZ, 2015).

Diante de dados tão inquietantes sobre a incidência da violência de gênero contra as mulheres em nível global e nacional e da constatação de que a maior parte da violência de gênero sofrida pelas mulheres é cometida por companheiros amorosos nas variadas formas de relacionamentos (namoro, noivado, casamento, relações esporádicas, etc.) (WHO, 2013), articular a violência de gênero às relações afetivo-sexuais é uma necessidade para a sua superação. Também é necessário articular ao debate a adolescência como fase de primeiras exposições a relacionamentos afetivo-sexuais.

1.1. RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS, VIOLÊNCIA DE GÊNERO E ADOLESCÊNCIA

Como afirmam Schlösser e Camargo (2014), o amor e os relacionamentos amorosos - ao que aqui chamamos de afetivo-sexuais - têm enorme importância na felicidade, bem estar e na qualidade de vida da população. É por meio dessas relações interpessoais que os seres humanos experienciam suas emoções e sentimentos mais intensos. Desse modo, surgem contribuições importantes para uma compreensão cada vez mais aprimorada do amor e relações amorosas como campo de conhecimento. Ainda assim, destacam os autores, como a literatura científica brasileira se foca mais em discussões teóricas, frente ao fenômeno das relações amorosas, em detrimento dos estudos empíricos de cunho quantitativo e experimental, como é observado na literatura internacional; dessa forma, segundo os autores, tem-se uma fragilização da dimensão cognitiva, influenciando negativamente o fortalecimento de uma ciência psicológica do amor (SCHLÖSSER; CAMARGO, 2014).

Buscando compreender as características do contexto brasileiro quanto às relações afetivo-sexuais, destacamos, primeiro, o estudo descritivo realizado por Paiva, Aranha e Bastos (2008). Nele, foram analisadas opiniões e atitudes em relação às

normas para a sexualidade de 5.040 homens e mulheres, com idades entre 16 e 65 anos, de todo território brasileiro. A partir de dados dos censos de 1998 comparados com os dados de 2005, a autora e os autores mostraram que quanto ao significado da vida sexual, a alternativa mais escolhida pelos(as) participantes foi “sexo é uma prova de amor pelo(a) parceiro(a)”, selecionada por 46,8% das mulheres e por 39,0% dos homens, sendo que a alternativa menos escolhida pelos(as) participantes foi “sexo é uma necessidade física, como a fome e a sede” (8,5% das mulheres e 13,3% dos homens). Na comparação entre as faixas etárias, o estudo apontou que a população entre 16 e 25 anos valorizou mais frequentemente o sexo como fonte de prazer do que a população mais velha.

Outro destaque importante na comparação entre os resultados das pesquisas de 1998 e de 2005, realizada pela autora e pelos autores, se refere ao aumento na tolerância da população em geral quanto à masturbação e ao sexo homossexual, associados a um aumento também da valorização da fidelidade e do casamento como contexto para o início da vida sexual. Ademais, a pesquisa indicou um aumento, de 65,1% em 1998 para 76,2% em 2005, na concordância da população em geral em relação a se falar sobre sexo com pessoas menores de 15 anos. E houve ainda concordância expressiva da população estudada em relação aos jovens terem acesso a informações sobre o uso de preservativo e métodos contraceptivos nas escolas, assim como acesso facilitado a preservativos na escola e nos serviços de saúde.

Quanto às ideias dos próprios jovens, vale trazer aqui dois estudos de décadas diferentes. No estudo de Wagner, Falcke e Meza (1997), foram investigadas as concepções sobre "família", "casamento" e "separação" e quais eram os "projetos de vida" de 60 adolescentes, entre 12 e 17 anos, de ambos os sexos. Todos os participantes eram de classe socioeconômica média, sendo 30 deles de famílias de originais e 30 de reconstituídas, isto é, famílias em que um dos pais constituiu união e coabita com outro companheiro(a) em companhia do(s) filho(s) do primeiro casamento. As autoras apontam que os (as) adolescentes indicaram concordar que as pessoas se casam por amor e se separam porque este acabou, havendo maior concordância por parte das garotas, o que, segundo as autoras, devia-se ao fato de os sentimentos e a subjetividade ainda se encontrarem mais associados ao sexo feminino enquanto a praticidade e a objetividade seguiam vinculadas aos padrões de relacionamento do sexo masculino. Wagner, Falcke e Meza (1997) observaram, ainda, que a configuração familiar não era a

principal responsável pela formação das crenças e valores dos adolescentes no que se refere à "Família", ao "Casamento", à "Separação" e aos seus "Projetos de vida".

Passados mais de dez anos, no mesmo sentido, Costa e Fernandes (2012) buscaram compreender as representações sociais do amor e do sexo para adolescentes de uma capital do nordeste brasileiro. O estudo utilizou um teste de associação livre de palavras, um questionário sociodemográfico e contou com a participação de 301 adolescentes com idades entre 12 e 18 anos. As autoras analisaram os resultados a partir de categorias de respostas e testes estatísticos, e observaram que, dessa amostra, as representações sociais para amor associaram-se principalmente à categoria *Companheirismo*, isto é, para 64,8% dos (as) participantes o termo “amor” evocou palavras como companheirismo, respeito, amizade e confiança. Em seguida, para 54,8% dos (as) participantes, apareceram as evocações categorizadas como *Carinho* (abraço, beijo e carinho) e para 42,2% dos (as) participantes as evocações foram categorizadas como *Relacionamento*, pois evocaram palavras como namoro, noivado, casamento.

Costa e Fernandes (2012) observaram também que, para 37,5% dos (as) participantes, as representações de “amor” evocaram palavras categorizadas como *Família*. As autoras destacam que essa categoria se constituiu, sobretudo, pelos participantes mais jovens, entre 12 e 14 anos, afirmando que tal fenômeno talvez pudesse ser explicado pela maior identificação dos adolescentes com sua família ainda no início da adolescência, sendo que tal identificação tenderia a se aproximar dos outros grupos sociais com o passar do tempo para os jovens. Ademais, para 24,9% dos (as) participantes, a palavra “amor” provocou evocações relacionadas à sexualidade.

Quanto à palavra “sexo”, Costa e Fernandes (2012) observaram que as principais evocações foram relacionadas à categoria *Prazer* (felicidade, gozo, satisfação, orgasmo, êxtase – 60,8%), seguida pela categoria *Sentimento* (amor, paixão, gostar, coração – 59,5%) e, então, pela categoria *Prevenção* (preservativo, camisinha, proteção, anticoncepcional, prevenção, ISTs, AIDS – 41,5%). As autoras apontam que essa categoria ressalta uma relevante controvérsia presente na literatura científica em relação ao aumento do uso de preservativos e outros cuidados contraceptivos, coincidindo com Paiva *et al.* (2008), ao passo que outros autores (CARLETO *et al.*, 2010; SALDANHA *et al.*, 2008), anos antes, já indicavam que vinha ocorrendo uma diminuição no uso desses cuidados por parte da população mais jovem.

No tocante às diferenças entre os gêneros, Costa e Fernandes (2012) destacam que os resultados corroboraram que havia diferenças na percepção desses temas. As

autoras observaram que, para a palavra “amor”, as mulheres usaram mais termos relacionados à categoria *Companheirismo* e *Carinho* o que, segundo as autoras, denota uma maior valorização dos laços afetivos e a expectativa de construção de relacionamentos mais duradouros. Já os homens usaram mais palavras relacionadas à categoria *Desejo*, não estando associadas necessariamente a afeto, o que denotaria uma afirmação da masculinidade. Para as representações da palavra “sexo”, as autoras observaram que as mulheres representam-na mais por evocações associadas a *Sentimento*, como *Cumplicidade* e *Carinho*, enquanto os homens associam “sexo” mais às categorias *Gênero* com palavras como homem, mulher, menino(a), gato(a), *Relação* (transa, prática, sexualidade, disposição, corpos), e *Orgia* (diversão, safadeza, pegação, aventura).

Quanto à idade, foi observado pelas autoras que para os participantes mais jovens, entre 12 e 14 anos, as representações de “sexo” foram mais associadas à *Prevenção* das ISTs e da gravidez, enquanto para os mais velhos, entre 15 e 18 anos, as representações foram mais associadas a *Desejo* e *Maturidade*. As autoras destacam que isso denota que haja certa busca em ambos os grupos por adequar-se ao modelo adulto e assumir a sexualidade como responsabilidade (COSTA; FERNANDES, 2012).

Outro destaque importante apontado por essas pesquisadoras é de que as representações de “sexo” relacionadas à *Prevenção*, *Gravidez* e *Relacionamento*, além de indicarem certo nível de informação a respeito da prevenção de ISTs e gravidez, demonstram preocupação com a prática sexual e suas consequências. Entretanto, as práticas sexuais dos adolescentes não parecem ser inibidas por tais preocupações, haja vistos os números crescentes de gravidez precoce e da incidência de ISTs entre a população mais jovem à época e que continuam agora em ascensão. As autoras afirmam, então, que esses dados refletiam que, para os jovens, o sexo estava ainda mais vinculado a fatores positivos (como o prazer) do que aos riscos (COSTA; FERNANDES, 2012).

As autoras destacavam, então, que é possível reconhecer que existam preocupação e esforços por parte dos estabelecimentos de ensino em abordar a sexualidade sobre seu aspecto biofisiológico, entretanto, tal abordagem já não lhes parecia alcançar as demandas de ordem psicoafetivas geradas nesse contexto, nem possuíam a capacidade de assumir essa responsabilidade e demanda que são também de domínio familiar e social (COSTA; FERNANDES, 2012).

Dois anos após a publicação do artigo de Costa e Fernandes (2012), um estudo realizado pelos Institutos Avon e Data Popular buscou compreender as concepções de jovens brasileiros(as) sobre as normas e expectativas quanto às relações amorosas. Dentre os 2046 participantes, com idades entre 16 a 24 anos, de ambos os sexos, que responderam ao questionário eletrônico, 96% concordaram que existia machismo, embora grande parte ainda aprovasse valores machistas, dado o índice de concordância com frases como: *A mulher deve ter a primeira relação sexual com um namorado sério* (51%) e *A mulher deve ficar com poucos homens* (41%). O estudo indicou também que muitos desses jovens reprovavam comportamentos não conservadores das mulheres, dado que consideravam incorretos para a mulher: *Ficar bêbada em bares, em festas ou na balada* (80%), *Ter vários ficantes ou casinhos* (76%) ou *Ter relações sexuais com um homem na primeira vez que sai com ele* (68%). Além disso, 37% das jovens assumiram que já tiveram relações sexuais sem preservativo por insistência do parceiro (AVON; POPULAR, 2014).

A análise desses três estudos brasileiros permite identificar, em três diferentes décadas, a persistência entre adolescentes e jovens do país marcações distintas sobre relações afetivo-sexuais para meninos e meninas, bem como por meninos e meninas. A marcação de gênero distingue e expressa as expectativas sociais de e para cada parte.

Quanto à junção entre relações afetivo-sexuais e violência de gênero, focalizando o contexto brasileiro, Arantes, Sastre e González (2010) analisaram na cidade de São Paulo as representações mentais de 120 adolescentes de ambos os sexos com 12, 14 e 16 anos, sobre um episódio de violência – física e psíquica – sofrida por uma mulher, buscando evidenciar os fatores psicológicos subjacentes a essas representações.

A partir da teoria dos Modelos Organizadores de Pensamento, as autoras observaram que apesar da diversidade (e singularidade) de respostas obtidas, foi possível identificar cinco diferentes modelos organizadores utilizados pelos(as) participantes para analisar o conflito descrito pelas pesquisadoras, o que refletia formas diferentes de se posicionar diante da violência contra a mulher. Em dois dos modelos houve identificação e rechaço da violência, e propostas de ações (Modelos 1 e 2). Nesses modelos a relação entre os protagonistas (agressor e vítima) foi imaginada pelos e pelas participantes como de oposição, em que o agressor seria uma pessoa que queria dominar a parceira e ela, por sua vez, era imaginada como alguém que não estaria disposta a ser submissa a ele. Nesses modelos os (as) participantes também imaginaram

que a ruptura seria a melhor solução para o conflito (ARANTES; SASTRE; GONZÁLEZ, 2010).

Entretanto, nos três outros modelos (Modelos 3, 4 e 5) apontados pelas pesquisadoras (ARANTES; SASTRE; GONZÁLEZ, 2010), a violência estaria identificada apenas na atribuição de pensamentos e sentimentos, bem como era defendido que os protagonistas deveriam manter a relação, o que sugere que a interpretação seria a de que havia uma dinâmica de complementaridade entre os protagonistas da história. Nesses modelos, os e as participantes pareciam negar, total ou parcialmente, os dados sobre a violência do conflito explicitados no texto que lhes foi apresentado e pareciam dar mais importância aos aspectos emocionais (fragilidade, tristeza, insegurança e medo) do agressor do que aos efeitos da violência sobre a vítima.

As análises qualitativas do estudo de Arantes, Sastre e González (2010) mostraram que a maior parte (60%) dos (as) participantes escolheu os Modelos 1 ou 2. Dois destaques revelados pelas autoras referem-se à distribuição da frequência de respostas segundo o gênero e a idade dos e das participantes. Mais da metade dos participantes homens escolheu ações caracterizadas como o Modelo 1. O que as autoras discutem ser importante indicador de que reconhecimento da violência ocorra mais entre os homens do que entre as mulheres. Além disso, a identificação do maltrato também foi maior entre os participantes mais novos do que entre os mais velhos. Isso, discutem as autoras, pareceu ser importante sinal do processo de naturalização e perpetuação da violência por meio dos padrões sexistas de socialização, ou seja, vai-se aprendendo e cristalizando a normalização da violência.

Recorrendo a estudos internacionais, encontramos em Straus (2004) a definição de *dating* como uma relação entre duas pessoas envolvendo encontros para interação social e atividades conjuntas com a intenção explícita ou implícita de continuar a relação até que uma das partes termine ou até que algum relacionamento de maior comprometimento seja estabelecido (por exemplo, morar juntos, noivado, casamento). Esse conceito pode ser bem traduzido para a língua portuguesa como namoro.

No consórcio *International Dating Violence Study* coordenado por Straus (2004) foram analisados dados de 31 universidades de 16 países ao redor do globo, incluindo o Brasil. Os autores e as autoras encontraram uma taxa de 29% dos estudantes de ambos os sexos tendo agredido fisicamente algum namorado(a) nos últimos 12 meses. Ainda com variações relevantes entre as universidades estudadas (entre 17% e 45%), o estudo destacou como em contextos culturais tão diferentes, mesmo a menor das taxas de

agressões físicas entre parceiros representava um número substancial de estudantes que são violentos com seus(suas) parceiros(as) (STRAUS, 2004).

Aqui, é importante ressaltar que, quanto aos estudos sobre violência de gênero e relações afetivo-sexuais de adolescentes e jovens, bem como aos dados sobre esse tipo de violência, geralmente são focalizados apenas dados a respeito de namoro, ou relações mais duradouras. Isso esconde ou deixa na sombra os dados sobre um tipo de relacionamento afetivo-sexual que vem crescendo mundialmente e também no Brasil: as relações esporádicas.

Recorrendo à literatura internacional, encontramos em Valls, Puigvert, Duque (2008) que a violência contra as mulheres que ocorre também em relações esporádicas pode ser um fator importante para explicar a alta incidência de violência contra meninas e mulheres jovens. Isso traz ainda o agravante de que legalmente esses casos não sejam considerados violência doméstica, já que o agressor não se configura formalmente como um parceiro ou ex-parceiro, o que acaba por gerar mais dificuldades nos atendimentos às vítimas ou implicações em processos judiciais, bem como na construção de políticas públicas de prevenção.

Os relacionamentos ou relações sexuais ocasionais, geralmente encontros de uma única noite, são chamados *one night stand* nos países de língua inglesa. Ele pode ser traduzido pelo termo “ficar” no contexto nacional, pois como explica Justo (2005), autor brasileiro, o “ficar” consiste de uma interação afetivo-sexual que comumente envolve beijos, abraços e carícias, podendo, ou não, chegar à relação sexual, e podendo se encerrar em um único momento ou se repetir, mas sem qualquer comprometimento entre as partes.

Sobre os encontros esporádicos, Justo (2005) destaca ainda que o ficar já era, no início da primeira década do século XXI a relação mais expressiva da cultura adolescente brasileira. Para o autor, esse não era um fenômeno superficial e isolado entre os jovens, pois se ligava também a outras subjetivações produzidas na sociedade contemporânea. Em meio à condição de aceleração do tempo e alargamento de espaço, explica o autor, surgiu também a abreviação dos vínculos empregatícios e a rarefação de outras formas de relacionamentos que antes também eram caracterizadas por solidez e durabilidade, como as relações de vizinhança, amizades e relações familiares.

Produzido uma década depois do estudo de Justo (2005), outro estudo brasileiro que ajuda a compreender o tema é a revisão sobre programas de prevenção de violência por parceiro íntimo na adolescência em diferentes bases internacionais, realizado por de

Oliveira *et al.* (2016). Nele, autores e autoras mostraram que dentre os 30 estudos analisados, de 1997 a 2013, havia um único estudo brasileiro. Assim, os dados e a escassez de estudos nacionais tornam relevante e necessária a realização de pesquisas sobre a prevenção da VdG, tendo como lócus o contexto brasileiro e com vistas à produção de políticas e práticas com base em evidências científicas de que realmente previnam e superem a violência contra as mulheres adolescentes e jovens em relacionamentos afetivo-sexuais, mais permanentes ou esporádicos. E é a isso que nos propomos a contribuir com essa tese.

Ao entrecruzar visões sobre relações afetivo-sexuais com a violência de gênero, recorrendo-se ao modelo ecológico de compreensão da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher adotado pela OMS (2012) tem-se a noção de fatores de risco e de proteção a partir de vários níveis de influência (individual, relacional, comunitário e social). Esse modelo permite uma abordagem bastante abrangente da questão, que não trata apenas dos riscos individuais para se tornar vítima ou perpetrador da violência, mas também as crenças e sistemas sociais e econômicos que criam condições favoráveis para a ocorrência desse tipo de violência.

Conforme o levantamento de 2012 realizado pela OMS, os principais fatores de risco, isto é, os fatores que têm o mais forte efeito ou são consistentemente identificados nos estudos sobre a vitimização da mulher são, no nível individual: juventude, baixo nível de escolaridade, exposição à violência intrapessoal durante a infância e uso nocivo de álcool. No nível comunitário, são: as sanções comunitárias fracas e pobreza. No nível social, os principais fatores de risco identificados para a vitimização das mulheres são: as normas de gênero tradicionais que toleram a violência (OMS, 2012).

Frequentemente, aposta-se na função educativa da escola para se superar o quadro descrito sobre violência de gênero. Porém, dois fatores devem ser considerados para que isto se concretize: a própria escola é palco de violência, tendo a violência de gênero como elemento primordial, e é preciso trazer para a escola de adolescentes e juventude espaços de diálogo sobre gênero e sobre relações afetivo-sexuais como forma de prevenção de violência.

Sobre o primeiro fator, vale mencionar o documento da UNESCO sobre o status da violência escolar e *bullying* em âmbito global, que aponta que causas subjacentes à violência escolar e ao *bullying* incluem normas de gênero e sociais e fatores contextuais e estruturais mais amplos. Muito da violência escolar e do *bullying* está baseado em gênero. Isto é, a violência que resulta em dano físico ou sexual ou psicológico ou

sofrimento contra alguém está baseada em discriminações de gênero, expectativas em relação ao gênero ou estereótipos de gênero ou com base no status de poder diferencial ligado ao gênero (UNESCO, 2017).

Sobre o segundo fator, em extensa revisão de nível global, estudiosos ligados ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) analisaram mais 2.500 publicações de várias regiões do mundo em busca de evidências científicas sobre o endereçamento da violência de gênero relacionada à escola. A seguir são apresentados quatro aspectos principais a esse respeito indicados pelo estudo (PARKES *et al.*, 2016).

O primeiro deles é a indicação de que as abordagens mais promissoras dessa questão envolvem a reflexão e a conscientização sobre identidades, normas e desigualdades de gênero que moldam o risco e a experiência da violência sexual. O estudo menciona que trabalhar sobre gênero, sexo e violência em grupos de jovens do mesmo sexo, as vezes combinados com sessões em grupos mistos, pode fornecer "espaços seguros" para a conscientização sobre igualdade de gênero, prevenção da violência e reparação. É apontada, entretanto, a necessidade de mais evidências quanto à sustentabilidade desses clubes ou grupos, pois são frequentemente separados do currículo principal da escola (PARKES *et al.*, 2016).

Além disso, é destacada a importância de que a facilitação desses grupos de jovens seja qualificada, sustentada por professores e mentores de pares bem treinados e apoiados. Outra recomendação a respeito desses grupos interventivos é de que sejam integradas a outras formas de intervenção a fim de que o ônus da mudança não seja excessivamente atribuído às meninas (PARKES *et al.*, 2016).

O segundo aspecto das evidências científicas encontradas no estudo refere-se ao trabalho sobre violência entre pares, gangues, crimes violentos, guerras e conflitos. O estudo indicou que programas com escopos mais amplos em relação à violência, isto é, que sejam baseados na comunidade para desenvolver reflexão crítica e habilidades interpessoais, juntamente com apoio e preparo socioeconômico, são capazes de dissuadir o envolvimento de jovens com gangues (PARKES *et al.*, 2016).

Nesse sentido, o estudo apontou que, para o trabalho em grupo visando o *bullying*, incluindo o homofóbico e o *cyberbullying*, as abordagens mais promissoras envolvem a reflexão sobre crenças e estereótipos, o reconhecimento e a regulação das emoções e a comunicação e resolução de conflitos, sendo os trabalhos mais eficazes aqueles que combinam abordagens preventivas que envolvem toda a escola (PARKES *et al.*, 2016).

O terceiro campo de evidências apontado pelo estudo da UNICEF indica que a confiança das professoras e dos professores em abordar a violência de gênero relacionada à escola pode ser fortalecida por meio do apoio à reflexão sobre seus próprios valores, crenças e histórias pessoais; materiais curriculares e formação em estratégias para abordar a discriminação e a violência; bem como com a formação em pedagogias interativas e inclusivas. Ademais, o envolvimento de comunidades escolares inteiras, incluindo as chefias, no desenvolvimento e manutenção de políticas, protocolos e práticas, pode reduzir a violência e promover normas não violentas e equitativas (PARKES *et al.*, 2016).

O quarto aspecto das evidências apontadas no estudo refere-se ao trabalho com engajamento colaborativo de toda a comunidade (pais, líderes comunitários e religiosos, etc.) no enfrentamento da VdG relacionada à escola. Os autores explicam que abordagens que reconhecem características positivas e dinâmicas de identidades e práticas culturais podem ser formas eficazes de engajar comunidades no enfrentamento da forma de violência. E, além disso, intervenções com homens e meninos envolvendo reflexões sobre normas sobre masculinidade, dinâmica de relacionamentos e meios de subsistência reduziram a violência praticada pelo parceiro íntimo nos locais em que foram aplicadas (PARKES *et al.*, 2016).

Assim, a compreensão adotada nesta investigação é de que apesar de possuir muitos fatores e muitas causas, a VdG se deve principalmente a origens culturais, sistemas de valores e modelos que interiorizamos e que promovem violências e desigualdades nas relações amorosas (GÓMEZ, 2004; OLIVER; VALLS, 2004; PADRÓS; AUBERT; MELGAR, 2010). Sua erradicação demanda uma transformação social profunda, envolvendo a todos os agentes de socialização: família, escola, mídia, grupo de pares, grupos religiosos e culturais (OLIVER; SANTOS, 2014). Isso é reforçado pela revisão realizada por O’Leary e Slep (2012) sobre programas de intervenção em relação à violência cometida por parceiro íntimo e que destacou que aqueles voltados a aspectos amplos (envolvendo temas como abuso de substância, saúde sexual e relações familiares, por exemplo) têm maiores chances de sucesso do que os que se focam apenas em alvos específicos como apenas a violência cometida por parceiro. É essa compreensão e atuação amplas em relação à VdG que é adotada no presente estudo, como será explicitado posteriormente.

Elboj (2006-2008) destaca que é ainda muito frequente nos contextos escolares a tolerância em relação a práticas que poderiam ser consideradas como favorecedoras de

violência de gênero, ou mesmo que representem esse fenômeno, mas que não são entendidas como tal. Por exemplo, ações de meninos como comentários sobre meninas, levantar suas saias ou puxar seus cabelos, com frequência são interpretadas como de “pouca importância”, “coisa de criança” ou “normais no contexto escolar”.

Isto demonstra como é necessário fomentar a educação, inclusive quanto ao currículo oculto (olhares, gestos ou linguagem), como ferramenta para que mulheres, adolescentes ou adultas, estudem em um lugar seguro, livre de qualquer forma de violência, e aprendam o amor como um sentimento construído socialmente e não instintivo (ELBOJ, 2006-2008; FLECHA; PUIGVERT; REDONDO, 2005).

Tendo isso em vista o papel do educador quanto à prevenção de violência e como agente de socialização são destacadas três investigações realizadas dentro do grupo de pesquisa do NIASE, que buscaram mapear as publicações nacionais e internacionais e construir reflexões práticas que fortaleçam as atuações preventivas no contexto brasileiro. A primeira delas aborda a formação de professores em relação à violência de gênero a partir da análise de artigos publicados entre 2008 e 2016, período em que também foi oferecida uma disciplina que aborda a temática voltada aos estudantes dos cursos de Pedagogia e outras licenciaturas. A outra dedicou-se à identificação de produção científica, tanto em bases nacionais quanto em bases internacionais, sobre práticas desenvolvidas dentro da escola visando à prevenção da violência de gênero, buscando ressaltar quais têm obtido sucesso nessa prevenção.

O estudo sobre formação de profissionais para a prevenção de violência foi realizado a partir da literatura científica nacional e internacional. Na literatura nacional, baseou-se em dez artigos científicos, captados na base Scielo, publicados no período de 2008 a 2016. No âmbito nacional, revelou-se que a questão da violência contra a mulher foi tema em um único trabalho brasileiro no período, estando as discussões centradas na questão do preconceito e da diversidade sexual. Na literatura internacional, no mesmo período e captados pela base *Scopus*, houve a produção de seis artigos que tratavam especificamente do tema violência contra mulher e formação de professores. Foi identificado no estudo que, além da diversidade sexual foram discutidos pelos artigos internacionais também a diversidade racial e injustiças sociais de maneira geral, além de recomendações e indicações de ações sobre a formação do professorado, bem como relatos sobre intervenções específicas em relação a várias formas de violência. São muitos os aspectos envolvidos na questão da formação docente no Brasil e essas análises preliminares indicam a importância da produção de conhecimento sobre a

realidade brasileira de forma a subsidiar a atuação dos educadores a respeito do tema no contexto nacional, direcionados à prevenção de violência, e não apenas à sua denúncia (BACHEGA, BELLINI, GALLI e MELLO, 2019).

Na outra pesquisa conduzida pelo NIASE, foi proposta a identificação de produção científica, tanto em bases nacionais quanto em bases internacionais, sobre práticas desenvolvidas dentro da escola, visando à prevenção da violência de gênero, buscando ressaltar quais têm obtido sucesso nessa prevenção. Os dados apontaram que no âmbito internacional ações que buscam intervir junto a aspectos culturais quanto à naturalização da VdG, bem como que envolvam a comunidade de forma mais ampla, têm obtido resultados promissores. No âmbito nacional, no entanto, não foi possível encontrar pesquisas que avaliassem os resultados de intervenções visando à prevenção da VdG, restringindo-se principalmente a pesquisas sobre a prevalência desse tipo de violência – denúncia sem anúncio (PREZENSZKY *et al.*, 2018). Finalmente, uma terceira investigação conduzida dentro do grupo de pesquisa buscou identificar ações voltadas ao combate e à prevenção de violência de gênero contra mulheres nas universidades, comparando as produções nacional e internacional (BELLINI, 2018). Nesse estudo, foi identificado que pouco vem sendo produzido cientificamente no âmbito nacional acerca de tais ações, havendo um maior foco na denúncia acerca da incidência da VdG no contexto universitário do que propriamente ações para sua superação. Isso fica mais claro na análise feita pela pesquisadora acerca do âmbito internacional em que há maior foco na proposição de ações superadoras.

A tese aqui apresentada pretende dar continuidade às investigações que visam a abarcar essa lacuna da produção científica nacional, no campo da educação escolar. A perspectiva adotada se baseia nos estudos desenvolvidos pela Comunidade de Pesquisa de Excelência para Todos (CREA), da Universidade de Barcelona (UB), com a qual o NIASE/UFSCar trabalha em parceria desde 2001. O CREA/UB vem investindo em pesquisas que destacam o caráter social e interativo da atração e das escolhas afetivo-sexuais e, em decorrência disso, caminhos para a formação e vivência de um amor radicalmente livre de violência.

Observada a questão da violência contra as mulheres como um tema de extrema relevância social, dadas as consequências brutais dela decorrentes, não apenas em relação a aspectos relacionados à saúde física e mental das vítimas (traumas físicos, emocionais, etc.), mas também em relação aos aspectos das relações interpessoais, sociais, culturais, econômicos, com destaque para as relações afetivo-sexuais, pesquisar

as contribuições que a literatura internacional e nacional trazem para a superação e prevenção do fenômeno é ao que nos propomos.

1.1 OBJETIVO DO ESTUDO E QUESTÕES QUE O GUIARAM

Desenvolver práticas eficazes de prevenção da violência de gênero contra adolescentes e jovens meninas é uma tarefa urgente, prioritária (FLECHA; PUIGVERT; REDONDO, 2005), e que demanda uma profunda transformação cultural e social (ELBOJ, 2005). Dessa forma, a presente investigação visa a contribuir com a construção de conhecimento científico comprometido em produzir transformações sociais nessa direção. Para isso, foi proposto realizar uma pesquisa bibliográfica com finalidade de responder às seguintes perguntas de pesquisa: Há, na produção científica, brasileira e estrangeira, bem como em termos de programas de intervenção em escolas, dados indicativos de prevenção efetiva da violência de gênero? Quais aspectos caracterizam o sucesso para tais programas ou ações?

Explicitadas as bases sociais e acadêmicas de nossas preocupações e as questões que guiaram o estudo, passamos aos capítulos que sintetizam conceitos, caminhos e análises acionados.

Além dessa introdução, a tese está composta por uma seção e dez subseções que explicitam o embasamento teórico sobre o qual foi realizado o estudo. Em seguida, é apresentada a metodologia adotada, seguida de uma apresentação detalhada dos dados encontrados e organizados, separados em dados da literatura nacional e dados da literatura internacional. Na seção consecutiva, então, são apresentadas as análises e discussões realizadas, também a partir da separação entre literatura brasileira e internacional. Por fim, são apresentadas nas considerações finais, indicativos de continuidade e limitações do trabalho desenvolvido nessa tese.

2 MARCO TEÓRICO DA INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo será apresentado o marco teórico do estudo a partir de obras fundamentais que embasam a perspectiva de investigação adotada, bem como a justificativa de sua contribuição ao campo teórico. O objetivo do capítulo é explicitar a compreensão adotada sobre como se dá a socialização na sociedade da informação, as relações afetivo-sexuais e de gênero enfocando aspectos peculiares da adolescência.

A partir de Castells (1999), serão elucidados o conceito e a importância da identidade na sociedade da informação, em especial na crise do patriarcalismo. A partir de Giddens (1993), são explicados os conceitos de amor romântico, amor confluyente, relacionamento puro e sexualidade plástica, bem como a noção de identidade e da dualidade sujeito e estrutura adotadas nesse estudo (GIDDENS, 2002; 2009). Estas são noções importantes para elucidar a perspectiva do feminismo dialógico (PUIGVERT, 2001), da atração pela violência e, principalmente, do amor radical (GÓMEZ, 2004), principal embasamento teórico deste estudo, compreendido como chave para a construção de relações amorosas livres de violência, plenamente satisfatórias em todos seus aspectos.

2.1 A IDENTIDADE, SEXUALIDADE E PAPÉIS SOCIAIS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: AS CONTRIBUIÇÕES DE CASTELLS E GIDDENS.

Manuel Castells (1999) chama de sociedade em rede a organização social que se instaurou no mundo a partir da revolução tecnológica do século XX disseminando tanto o capitalismo quanto o estatismo industriais. O autor destaca que essa nova organização penetra todos os níveis da sociedade e é caracterizada

pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão de obra; por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da vida — o tempo e o espaço — mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes. (CASTELLS, 1999, p. 17).

O autor busca então analisar práticas de diversos movimentos sociais argumentando que a identidade pode ser compreendida como núcleo resistente à

homogeneização podendo se tornar semente de mudanças socioculturais na era da sociedade da informação (CASTELLS, 1999).

Na compreensão do sociólogo espanhol, identidade pode ser definida como a fonte de significados e experiências de um ator social ou um povo. Ela é originada e construída no próprio indivíduo por meio de processos de individuação, com base em um atributo, ou em um conjunto de atributos culturais inter-relacionados que prevalecem sobre outras fontes de significado para a ação praticada por determinado ator. Dessa forma todas as identidades são formadas a partir da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, memória coletiva, fantasias pessoais, aparatos de poder e crenças religiosas. Essa matéria-prima é processada pelo indivíduo, grupo social e sociedade, reorganizando os significados em função das tendências sociais e projetos culturais enraizados em estruturas sociais e visão de tempo/espaço (CASTELLS, 1999).

Para certo ator social, individual ou coletivo, pode haver várias identidades. Isso, no entanto, torna-se fonte de tensão e contradição tanto em sua autorrepresentação quanto para a ação social desse(s) ator(es). É importante notar a distinção entre identidade e papel social, por exemplo, alguém que seja empregada, mãe, militante, católica e corredora, ao mesmo tempo. Nesse sentido, os papéis têm sua definição a partir de normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade, não por autodefinições de significados como as identidades, sendo que a importância dos papéis sociais é relativa e seu poder de influenciar o comportamento das pessoas varia segundo os acordos entre os indivíduos e essas instituições e organizações (CASTELLS, 1999).

De maneira genérica, é possível afirmar que as identidades organizam significados, isto é, sistematizam identificações simbólicas da finalidade da ação praticada pelo ator social. Já os papéis sociais organizam as funções desse ator social. Para a maioria dos atores sociais, na sociedade em rede, o significado se organiza em torno de uma identidade primária (uma identidade que estrutura as demais), autossustentável ao longo do tempo e do espaço, bem como também é possível que ocorram coincidências entre papéis sociais e autodefinições do ator, por exemplo, quando ser mãe é a autodefinição mais importante para a mulher e também para o grupo social a que pertença (CASTELLS, 1999).

A identidade também é tema central para Giddens (2009), ao tratar do que chama de Alta Modernidade (que coincide com o período denominado de Sociedade da Informação por Castells). Giddens (2009) argumenta que a sociedade atual é

caracterizada por seu caráter altamente reflexivo. Na compreensão desse sociólogo (GIDDENS, 2002), o indivíduo pode ter papel ativo na manutenção ou transformação da estrutura social em que está inserido, o que configura a dualidade entre sujeito e estrutura. Por meio de ações rotinizadas, o indivíduo reproduz as ações que permitem a manutenção das relações. No entanto, na Alta Modernidade, por meio da reflexão, o indivíduo pode escolher suas ações.

Deve ser ressaltado que a reflexão não é espontânea, nem o indivíduo se basta para tal. O papel do outro, por meio do diálogo, é central para essa reflexão crítica acerca do mundo. Esse aspecto é compreendido nesse estudo a partir da teoria da ação dialógica de Freire (2012), ao destacar o papel transformador do diálogo. Ele será aportado a partir da concepção de Aprendizagem Dialógica (AUBERT *et al*, 2016), que será apresentada na seção sobre o contexto escolar e a prevenção da VdG.

Considerando-se os objetivos desse estudo, outra discussão sociológica importante e ligada aos papéis sociais e identidade é a sexualidade. Na obra “A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas”, o britânico Anthony Giddens (1993) expõe discussões sob um ponto de vista sociológico a respeito das mudanças sociais relativas a casamento, família, mas, mais diretamente, sexualidade. O autor apresenta um estudo social que não está centrado nos domínios econômicos e políticos em que persistem as desigualdades entre os gêneros, mas sob um aspecto emocional. Ele explicita a relevância desse viés em função das mudanças de ampla e grande importância realizadas pelas mulheres, tanto as mulheres comuns em suas vidas cotidianas, como as mulheres dos grupos conscientemente feministas, e que impactaram diretamente as relações afetivo-sexuais tanto para as mulheres como para os homens (GIDDENS, 1993).

Nesse sentido, Giddens (1993) compreende a sexualidade como um traço da personalidade, de modo que está intrinsecamente vinculada ao eu, isto é, aos projetos de identidades dos indivíduos. As pessoas possuem uma sexualidade, seja hetero ou homoafetiva, que pode ser reflexivamente alcançada, interrogada e desenvolvida. As mudanças provocadas pela revolução sexual que têm antecedentes que remontam ao século XIX permitiram que a vida pessoal se tornasse um projeto mais aberto criando novas demandas e ansiedades. Isto é, as mulheres, ao não admitirem mais as dominações sexuais masculinas, criaram implicações para ambos os sexos. (GIDDENS, 1993).

O autor afirma que “a sexualidade é uma elaboração social que opera dentro dos campos do poder, e não simplesmente um conjunto de estímulos biológicos que encontram ou não uma liberação direta.” (GIDDENS, 1993, p.33). Outro aspecto importante discutido por ele refere-se a como a sexualidade tem sido “descoberta”, “revelada” e propiciado o desenvolvimento de estilos de vida muito variados de sexualidade na atualidade. A sexualidade é algo que

cada um de nós ‘tem’, ou cultiva, não mais uma condição natural que um indivíduo aceita como um estado de coisas preestabelecido. De algum modo que tem de ser investigado, a sexualidade funciona como um aspecto maleável do eu, um ponto de conexão primário entre o corpo, a autoidentidade e as normas sociais. (GIDDENS, 1993, p.25)

Nosso corpo manifesta, dentre outros aspectos das características humanas, nossa sexualidade. Pelos mais diversos ideais e valores, nas diferentes sociedades e culturas ao redor do mundo, os corpos são adornados, acarinhados, marcados, mutilados e até debilitados intencionalmente. Para Giddens (1993), isto explica, parcialmente, como o corpo é o portador visível da autoidentidade e está cada vez mais integrado às decisões individuais do estilo de vida.

Ilustra Giddens (1993) que assim

como a loucura, a sexualidade não é um fenômeno já existente, aguardando análise racional e correção terapêutica. O prazer erótico se transforma em ‘sexualidade’ à medida que a sua investigação produz textos, manuais e estudos que distinguem a ‘sexualidade normal’ de seus domínios patológicos. A verdade e o segredo do sexo foram determinados pela busca e pelo acesso fácil a tais ‘descobertas’. (p.30)

Giddens (1993) pontua que para ambos os gêneros (masculino e feminino), a revolução sexual que se iniciou próxima dos 1960 não foi apenas um avanço na permissividade sexual, mas envolveu ainda a revolução sexual feminina (que tem consequências profundas também para a sexualidade masculina) e o florescimento da homossexualidade masculina e feminina. Foram mudanças muito mais profundas e irreversíveis do que as dos movimentos sociais, por mais importante que tenha sido a facilitação de discussões mais livres sobre a sexualidade que surgiu como fruto dos movimentos sociais pós-segunda guerra mundial (GIDDENS, 1993).

Giddens (1993) explica que a reprodução e, portanto, também a heterossexualidade já foram compreendidas socialmente como partes da natureza; entretanto, com as mudanças sociais, científicas e tecnológicas, a sexualidade passou a ser componente integral das relações sociais. O autor acrescenta que embora ainda não

se tenha atingido o estágio de compreensão da heterossexualidade como apenas uma questão de preferência, esta é a implicação da socialização da reprodução.

Considerando-se que é na adolescência que a maior parte das pessoas inicia suas relações afetivo-sexuais, é justificado o foco deste estudo serem as mulheres nessa faixa de desenvolvimento a fim de aprofundar a compreensão sobre o processo de construção das relações afetivo-sexuais, violentas ou não violentas, entre adolescentes. Elboj (2006-2008) e Flecha (2013) destacam ainda como estas primeiras relações afetivo-sexuais influenciam fortemente o tipo de relações que as pessoas terão durante a vida adulta.

A seguir são apresentadas as tendências sociais e culturais principais que tradicionalmente caracterizam a socialização dominante das relações afetivo-sexuais e a aspectos fundamentais das contribuições teóricas do movimento feminista e da compreensão de adolescência que explicitam recorte realizado no presente estudo.

2.2 O PATRIARCALISMO: CONTRIBUIÇÕES DE CASTELLS E DE GIDDENS.

Segundo Castells (1999), patriarcalismo é definido como “autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar” (p.169), sendo necessário que ele permeie toda a organização da sociedade, desde a produção e consumo até a política, legislação e cultura para que essa autoridade seja de fato exercida. O patriarcalismo, portanto, tem dimensões políticas, culturais e psicológicas. Afirma o autor que

os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade, também são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo. É essencial, porém, tanto do ponto de vista analítico quanto político, não esquecer o enraizamento do patriarcalismo na estrutura familiar e na reprodução sociobiológica da espécie, contextualizados histórica e culturalmente (CASTELLS, 1999, p. 169).

O domínio direto do homem sobre a família, que era quase exclusivo quando ele era o centro do sistema de produção, passa a ficar enfraquecido com a separação entre o lar e o local de trabalho na última parte do século XIX. O centro da família, como afirma Mary Ryan citada por Giddens (1993), deslocou-se “da autoridade patriarcal para a afeição maternal”.

Nesse mesmo sentido, Castells (1999) refere que a insurreição maciça e global das mulheres contra sua opressão desde os anos 1970 possui quatro elementos fundamentais: a) a transformação econômica por meio das oportunidades de trabalho feminino remunerado que aumentou o poder de barganha da mulher no ambiente familiar; b) as transformações tecnológicas a partir do conhecimento biofarmacológico, c) as transformações promovidas pelos movimentos feministas desde os anos 1960 e d) a rápida difusão de ideias em uma cultura altamente globalizada. O autor afirma ainda que a repercussão dos movimentos sociais, e do feminismo em particular, sobre as relações entre os sexos proporcionou o questionamento da heterossexualidade como norma. Assim como, também, os movimentos de lésbicas e gays gerou impacto devastador o sobre o patriarcalismo.

Assim, como se buscou destacar nos dados apresentados no capítulo anterior, embora haja relevantes conquistas femininas em relação à diminuição de discriminações e aumento do acesso à educação e ao trabalho remunerado, a violência interpessoal e o abuso psicológico contra a mulher têm se expandido, “justamente em virtude da ira masculina, tanto individual quanto coletiva, ante a perda de poder” (CASTELLS, 1999, p. 170-171). A seguir são apresentados alguns aspectos do movimento feminista e da vertente de feminismo adotada nesse estudo.

2.3 O MOVIMENTO FEMINISTA E O FEMINISMO DIALÓGICO

Segundo Castells (1999), o movimento feminista contemporâneo surgiu na década de 1960 nos Estados Unidos e na Europa, a partir da década de 70, embora possamos mencionar resistências femininas e origens do pensamento feminista há muito mais tempo, como por exemplo, a conquista do direito ao voto para as mulheres estadunidenses em 1920. O movimento feminista apresenta formas e orientações muito diversas e, assim como os demais movimentos sociais, os feministas serão definidos pelas metas e pelos valores que expressam (CASTELLS, 1999).

Algumas vertentes do movimento feminista abordam o feminismo como extensão do movimento pelos direitos humanos, defendendo os direitos das mulheres como seres humanos, não como objetos, bonecas, coisas ou animais. Outras vertentes, como o de feministas liberais e de feministas socialistas, destacam os direitos das mulheres sendo iguais aos direitos dos homens e, a partir da crença na possibilidade de reformar o capitalismo, concordam com a luta pelos direitos econômicos e de se ter, ou

não, filhos, apesar de discordarem quanto à análise das raízes do patriarcalismo e quanto às táticas e linguagem (CASTELLS, 1999).

O “feminismo cultural” está muitas vezes associado ao feminismo da diferença que defende que as mulheres são diferentes porque têm histórias de vida muito diferentes. Essas vertentes do movimento feminista possuem valores como não competição, não violência e a multidimensionalidade da experiência humana. Já o “feminismo essencialista” defende que há diferenças essenciais entre homens e mulheres havendo superioridade moral e cultural da feminilidade. Ademais, podemos mencionar os feminismos de identidades autodefinidas como o “feminismo negro” e “feminismo mexicano-americano” (CASTELLS, 1999).

Na era da sociedade em rede, caracterizada por redes flexíveis e alianças variáveis, essa diversidade e o poder de se adaptar às mais variadas culturas e identidades talvez seja a principal fortaleza do movimento feminista. E segundo Castells (1999), mesmo com tantas diferenças, ainda assim é possível indicar uma essência comum entre as diversas vertentes do movimento feminista. Trata-se do esforço histórico, individual ou coletivo, formal ou informal, em busca de se redefinir o gênero feminino em oposição direta ao patriarcalismo (CASTELLS, 1999).

Na análise de Puigvert (2001) os movimentos feministas se dividem em três categorias principais. A primeira delas, o feminismo da igualdade, surge no contexto da Modernidade. Nesse movimento, guiadas pelos ideais iluministas de igualdade e solidariedade, voltadas para a libertação da superstição, das imposições religiosas e da verdade revelada surgiram muitas lutas em busca de condições iguais entre todas as pessoas. Diante das condições assimétricas entre homens e mulheres, surgiram movimentos de mulheres que lutavam por uma igualdade também entre os gêneros. Dada a assimetria de poder vigente, muitas colocaram suas vidas em risco para lutar por igualdade, entretanto, ainda assim, surgiram outras formas de hierarquias nos movimentos sociais e dentre as feministas as mulheres acadêmicas se apropriam da luta de todas as mulheres (PUIGVERT, 2001).

Sufrágio feminino, acesso igualitário à educação, direito ao trabalho e equiparação de salários são algumas conquistas fundamentais advindas dos movimentos entendidos como feminismo da igualdade (CHERFEM; MELLO; SANTOS, 2010). É importante notar que ainda que tenham surgido alguns problemas, esse movimento foi de grande importância para o surgimento de maior solidariedade entre as mulheres, a

sensibilização e acompanhamento daquelas que viviam em situações de violência e abuso e na afronta da justiça (PUIGVERT, 2001).

Se a Modernidade permitiu o surgimento do sujeito social, capaz de transformar sua realidade e mudar o curso da história, a segunda onda de movimentos feministas surge com a crítica ao modelo homogeneizante adotado pelos feminismos da igualdade e com o desaparecimento do sujeito social proclamado pelo movimento pós-moderno. O feminismo da diferença nasce embasado na perspectiva da dissolução da referência à razão como uma garantia de possibilidade de compreensão do mundo. Com isso, a tendência inicial do feminismo da igualdade de buscar reivindicar direito às mulheres que poderiam ser estendidos a todas as pessoas é rompido. Embasado pelas noções pós-modernas do relativismo que impede a noção de referências estáveis, e do estruturalismo que coloca as transformações sociais como mero reflexo das possibilidades estruturais, tem-se a impossibilidade de igualdade entre as pessoas (PUIGVERT, 2001).

Buscando responder aos problemas surgidos com os feminismos da igualdade e da diferença, por meio da radicalização dos princípios da Modernidade aliado também à crítica à homogeneização entre as pessoas, nasce a teoria de Puigvert que propõe um feminismo dialógico (PUIGVERT, 2001).

Assim, abarcando as contribuições dos movimentos feministas ao longo do século XX, em conjunção com os valores da sociedade atual, o feminismo dialógico busca de maneira fundamental contar com as vozes de todas as mulheres em solidariedade e na promoção da igualdade de diferenças como seu conceito fundamental (CHERFEM; MELLO; SANTOS, 2010; PUIGVERT, 2001). Na compreensão do feminismo dialógico sobre as relações de gênero a igualdade de diferenças é a busca pelo respeito às diferenças não apenas entre os homens e as mulheres, mas crucialmente entre as inúmeras identidades possíveis a cada mulher. Que cada uma, independente das diferenças de classe social, escolaridade, raça, etnia, grupo cultural, etc. tenha o igual direito de ser respeitada.

Nesse sentido, Oliver e Valls (2004) destacam que, ao longo de seu desenvolvimento, o pensamento feminista tem analisado a violência como fruto da estrutura patriarcal da sociedade, que inclui família, relações sociais, ideologia e política. As autoras afirmam que, no que tange à violência de gênero,

uma coisa é penalizar os agressores, proteger as vítimas e facilitar a sua recuperação física e da saúde, da autoestima e da autonomia (tudo

necessário e essencial, e onde não se pode poupar esforços), mas outra coisa é incidir sobre a raiz do problema e propor linhas de base que o elimine (OLIVER; VALLS, 2004, p. 87, tradução nossa).

Nessa concepção de feminismo, a luta pela transformação social é defendida por meio da revisão crítica de pressupostos culturais sobre como se constroem os modelos amorosos e com rechaço à mera inversão de papéis (masculino/opressor, feminino/oprimido) como via de superação das desigualdades e da violência baseadas em gênero (OLIVER; VALLS, 2004; VALLS; PRADOS-GALLARDO, 2014). O desenvolvimento teórico salienta-se na necessidade de convivência entre distintas identidades e ocorre aliado à ação social por meio de diálogo igualitário junto às mulheres não acadêmicas, em igualdade de valor com total respeito às diferenças.

Em consonância com o que tem sido pesquisado pelo CREA/UB e pelo NIASE/UFSCar, compreende-se que para além dos conceitos de identidade, papel social, patriarcado e sexualidade, a atração e as relações afetivo-sexuais estão no centro da produção e, portanto, da prevenção de violência contra mulheres. Na próxima subseção, será abordado o tema das relações amorosas e da dupla moral, como elementos que compõem as questões da atração sexual e das relações afetivo-sexuais.

2.4 AS RELAÇÕES AMOROSAS

Ancorando-se em Giddens (1993), tem-se que o amor apaixonado, expressão genérica que liga o amor e desejo sexual, é caracterizado por um envolvimento emocional tão intenso que comumente chega a perturbar as rotinas e obrigações habituais da vida do indivíduo, ou de ambos os indivíduos. Há uma idealização temporária da pessoa por quem se está apaixonado(a) e todos os demais aspectos do mundo parecem de repente sem graça; surge um fervor quase religioso e uma propensão às opções radicais e aos sacrifícios (GIDDENS, 1993). A partir de alguns registros de poesias amorosas do Antigo Egito, por exemplo, alguns deles anteriores a 1000 a.C., Giddens (1993) afirma que é possível compreender que o amor era retratado como um esmagamento do eu, algo que se assemelha a uma doença, mas que também possui poderes ocultos.

Compreende-se que esse amor apaixonado pode ser considerado um fenômeno mais ou menos universal quando comparado com o amor romântico, por exemplo, que, como será explicitado a seguir, possui características bem mais culturalmente

específicas. Na Europa pré-moderna, por exemplo, os casamentos muito raramente ocorriam em função da atração sexual entre os pretendentes, mas sim, na grande maioria das vezes, sob o alicerce econômico, ou seja, como forma de organizar o trabalho agrário para as camadas mais pobres e como formas de organizar e somar as economias e propriedades para as camadas ricas (GIDDENS, 1993).

Na modernidade, o surgimento do **amor romântico** introduziu a ideia de narrativa para a vida individual e estendeu a reflexividade do amor sublime para todos os indivíduos que agora tem sua história narrada independentemente dos processos sociais mais amplos. Pela primeira vez vincula-se amor e liberdade sendo ambos normativamente desejados. Giddens (1993) explica que a ascensão do amor romântico teve implicações em dois sentidos principais em relação à situação das mulheres. Num sentido, o amor romântico ajudou a fortalecer a subjugação das mulheres e pode ser encarado como um compromisso ativo e radical com a “masculinidade/masculinismo²” da sociedade moderna. Noutro sentido, nele o amor sublime tende a predominar sobre o ardor sexual tendo em vista que pressupõe que o vínculo emocional durável com outra pessoa pode ser estabelecido com base nas qualidades intrínsecas do vínculo em si.

A partir disso, Giddens (1993) caracteriza novos aspectos da intimidade e relações amorosas contemporâneas. Ele chama de **relacionamento puro** aquele em que há igualdade sexual e emocional, e que é “explosivo em suas conotações em relação às formas preexistentes do poder do sexo” (GIDDENS, 1993, p.18). No relacionamento puro há um vínculo emocional próximo e continuado com a outra pessoa. Ambas as partes entram na relação apenas pela própria relação e esta só continua enquanto ambas consideram que extraem dela satisfações suficientes para cada uma individualmente para nela permanecerem. Ele parte de uma reestruturação genérica da intimidade.

Explica Giddens (1993) que o amor romântico é um precursor do relacionamento puro, ao mesmo tempo em que se mantém em tensão em relação a ele. Pois, o que mantém o relacionamento puro é a aceitação por parte de cada um dos parceiros, “até segunda ordem”, de que cada um obtenha da relação benefício suficiente

² O termo que aparece no texto original é “maleness” que na versão em português da obra foi traduzido pelo termo “machismo”. Em nossa compreensão, tal termo possui um significado próprio na língua portuguesa que não corresponde ao sentido descrito por Giddens. Optamos então pelo uso do neologismo “masculinidade/masculinismo” na busca por enfatizar o que compreendemos sobre a ideia do autor. O sentido de que a sociedade moderna está centrada nos homens e na masculinidade.

que justifique sua continuidade. A exclusividade sexual se mantém enquanto os parceiros a consideram desejável ou essencial.

Ainda na caracterização de novos aspectos das relações iniciados no final do século XVIII, Giddens (1993) chama **sexualidade plástica** à sexualidade descentralizada e liberta das necessidades de reprodução que teve sua origem na tendência à limitação rigorosa da dimensão da família e que se desenvolveu com a difusão dos métodos contraceptivos modernos e das novas tecnologias reprodutivas. O autor enfatiza que a sexualidade plástica tem sido crucial para a emancipação implícita no relacionamento puro e para reivindicação da mulher ao prazer sexual. Ele explica que com a continuidade do desenvolvimento tecnológico dos meios de reprodução, a concepção passa a ser não apenas inibida artificialmente, mas também produzida artificialmente o que permite que a sexualidade possa afinal ser plenamente autônoma (GIDDENS, 1993).

Além disso, segundo o autor, atualmente, a maior parte das pessoas chega aos casamentos com experiências sexuais e conhecimentos sobre sexualidade, desse modo, o desenvolvimento do relacionamento marital envolve também muito mais expectativas quanto à sexualidade do que antes. Estes são alguns aspectos, de acordo com Giddens (1993) que influem na construção e duração dos relacionamentos e casamentos contemporâneos. Tais mudanças permitem o surgimento de relacionamentos mais igualitários e satisfatórios para todos os envolvidos.

Nesse sentido, surge o que Giddens (1993) denomina **amor confluyente** definido como aquele em que a continuação do relacionamento depende da intimidade, isto é, o amor se desenvolve junto ao desenvolvimento da intimidade entre os parceiros. Nele, a abertura de um em relação ao outro é essencial e ele se desenvolverá conforme cada um manifestar suas preocupações e necessidades em relação ao outro, se colocar vulnerável em relação ao outro, conhecer as peculiaridades do outro. O amor confluyente é ativo e contingente e, por isso, entra em choque com as categorias “para sempre” e “único” da ideia de amor romântico. Quanto mais o amor confluyente se consolida, mais ele se afasta da ideia de “pessoa especial” e o que conta mais é o “relacionamento especial”. Ele presume também a igualdade na doação e recebimento emocionais, e esse aspecto o aproxima cada vez mais do relacionamento puro. Outro destaque importante é que ele introduz o prazer sexual recíproco como elemento-chave na manutenção ou dissolução do relacionamento conjugal. Nele, a sexualidade de uma pessoa é um fator importante e que tem de ser negociado como parte do relacionamento.

2.5 O AMOR RADICAL

A partir de teóricos das ciências sociais e da educação, Jesús Gómez (2004) iniciou uma linha de investigações destacando o caráter social e interativo da atração e das escolhas afetivo-sexuais (ALONSO; MARIÑO; RUÉ, 2012; PADRÓS; AUBERT; MELGAR, 2010). Essa compreensão levou a uma série de estudos realizados pelo *Community of Research on Excellence for All* (CREA) vinculado à Universidade de Barcelona (UB), e a uma nova forma de prevenir a VdG, considerados referência de sucesso em diversos países (BURGUÉS *et al.*, 2015; VALLS; PRADOS-GALLARDO, 2014).

Contando com as vozes dos e das adolescentes participantes de sua pesquisa, Jesús Gómez (2004) afirma que a base de relações satisfatórias está em nossos gostos, atrações e desejos, bem como em sermos capazes de mudá-los quando não nos fazem felizes. O amor como algo radicalmente livre. Isso é possível a partir da compreensão de que as motivações e desejos amorosos estão baseados em valores e modelos de atração promovidos e aprendidos ao longo da vida.

Essa teoria se apoia nos conceitos de socialização apresentados por Berger e Luckmann (1968) em que noção de que a realidade é construída socialmente e é ao mesmo tempo objetiva e subjetiva. Para esses autores, o indivíduo não nasce membro da sociedade, mas, sim, com uma predisposição à sociabilidade e se torna membro da sociedade. Por meio de processos de interiorização a pessoa apreende acontecimentos objetivos que passam a ter sentido para ela e dos quais participam os outros também.

No que tange às relações afetivo-sexuais, portanto, a socialização é entendida como o processo em que, por meio das interações sociais desde o nascimento, são interiorizados padrões e normas de relações e do que é considerado atraente (FLECHA; PUIGVERT; REDONDO, 2005), ainda que isso não afete a todos de maneira idêntica (OLIVER; VALLS, 2004). Na socialização das relações afetivo-sexuais dois processos são fundamentais: atração e escolha (VALLS; PRADOS-GALLARDO, 2014).

Desse modo, a concepção teórica de amor defendida por Gómez (2004) e adotada neste estudo compreende que o amor é uma construção histórica e social, e não algo irracional. Conseqüentemente, é possível considerar o amor como algo pelo qual podemos nos responsabilizar. E essa concepção de amor traz um impacto direto sobre as relações amorosas, como são estabelecidas e como se desenvolvem. Ela também permite analisar a violência de gênero, bem como lutar contra ela alterando a maneira

como as pessoas são socializadas, a maneira como compreendem o amor, os modelos amorosos tidos como desejáveis, os modelos femininos e masculinos considerados atraentes (FLECHA; PUIGVERT; REDONDO, 2005).

2.6. A DUPLA MORAL

Outro aspecto da história das relações amorosas considerado de grande importância para a temática abordada nesse estudo refere-se à dupla moral. Para abordar a questão, Giddens (1993) apresenta uma história de ficção (que poderia ser real) do escritor Julian Barnes em que um homem se torna obcecado pelas histórias dos relacionamentos anteriores de sua esposa até descobrir que um desses casos amorosos foi com um de seus amigos próximos (antes que ele se casasse com a esposa). O homem então assassina o amigo, amarra a esposa em uma cadeira e se mata na frente dela. Giddens discute, dentre outras questões, como atualmente é aceito na maior parte das culturas ocidentais que as mulheres tenham muitos amantes antes, durante ou depois de iniciarem relacionamentos amorosos “sérios”, embora os relacionamentos extraconjugais para os homens fossem bastante comuns e aceitos na Europa pré-moderna. Quanto às mulheres, a licenciosidade sexual era abertamente permitida entre as mulheres ‘respeitáveis’ somente entre os grupos aristocráticos. Nota-se, que “a liberdade sexual acompanha o poder e é uma expressão do poder” (GIDDENS, 1993, p. 49).

Desse modo, na grande maioria das culturas ocidentais, para as mulheres, o sinônimo de virtude sempre esteve ligado à sua recusa ao prazer sexual. O namoro com acompanhante e os casamentos forçados são exemplos de proteções institucionais criadas nas diversas culturas para assegurar a “virtude” feminina. Enquanto para os homens o desfrutar da sexualidade é visto como algo positivo, valorizado pela sociedade nas mais diferentes culturas, para as mulheres, o desfrutar da sexualidade é visto como algo imoral. Esse peso diferente dado à sexualidade entre os gêneros é chamado dupla moral (GIDDENS, 1993).

Esse aspecto da socialização tradicional é discutido por Gómez (2004), Padrós, Aubert, & Melgar (2010), Schubert & Valls-Carol (2015) enfatizando como o “dois pesos e duas medidas” para a aprovação social quanto ao número de parceiros fortalece uma divisão comum entre as mulheres e garotas “de respeito”, “virtuosas”, as garotas “boas”, com quem os homens buscarão relacionamentos duradouros, e as mulheres

consideradas imorais, “fáceis”, que já tiveram muitos companheiros, a quem a sociedade “não dá respeito, porque não se dão o respeito”, com quem os homens ou os garotos buscarão apenas “passar um tempo” ou se relacionam para “tirar proveito”, isto é, ter relações sexuais sem compromisso afetivo.

Para esses autores e autoras a decorrência grave da dupla moral promovida pela socialização tradicional é a dicotomia criada em que para a ocorrência de relações excitantes, apaixonantes, têm-se, necessariamente, relações temporárias e instáveis, enquanto as relações duradouras são tranquilas e estáveis, mas também sempre “mornas” e sem paixão (GÓMEZ, 2004; PADRÓS; AUBERT; MELGAR, 2010; SCHUBERT; VALLS-CAROL, 2015).

Flecha, Puigvert e Redondo (2005) explicam que esse duplo padrão de relacionamentos é usado frequentemente, principalmente pelas garotas, para justificar relações violentas com a ideia que são temporárias e que, no futuro, para relações com quem quererão criar uma família, escolherão um parceiro que seja um “bom menino”, alguém não violento. Assim, para superar tal dicotomia é necessário romper com a vinculação tradicional entre atração sexual e violência promovida pelos meios culturais contemporâneos, como será mais bem explicitado no tópico seguinte.

2.7 A ATRAÇÃO PELA VIOLÊNCIA

Gómez (2004), Padrós, Aubert, & Melgar (2010), Schubert & Valls-Carol (2015) destacam que o modelo tradicional de relação amorosa carrega uma série de dinâmicas e concepções negativas. As brigas, por exemplo, são comumente entendidas como algo que dá vida ou alegria às relações, que sem elas ficariam enfadonhas ou cairiam em rotina entediante (GÓMEZ, 2004). Surgem, então, duas formas de eleição para as relações amorosas, as escolhas movidas pelo desejo, por uma atração ainda que seja por pessoas com padrões violentos, e as escolhas movidas pela ética e racionalidade em direção a parceiros não violentos, mas que frequentemente são privadas de paixão e atração intensas. Assim, seria possível reconhecer uma atratividade exercida pela violência, promovida pela socialização tradicional e que influi diretamente sobre nossas escolhas afetivo-sexuais (GÓMEZ, 2004; PADRÓS; AUBERT; MELGAR, 2010; VALLS; PRADOS-GALLARDO, 2014).

Na mesma linha e acrescentando argumentos, Flecha, A., Puigvert e Redondo (2005) destacam que os meios de comunicação têm contribuído para essa socialização

de atração para a violência, ao invés de atração por relações igualitárias, ao apresentarem como atraentes apenas os modelos de mulher como a que atende ao modelo idealizado de feminilidade (doce, bondosa, passiva, etc.) e de homem como o que ostenta poder por meio da violência. As autoras ressaltam que, tradicionalmente, por meio da mídia e das várias instituições e interações sociais, os valores da masculinidade interiorizados pelas jovens, os quais interferirão em suas relações afetivas e sexuais, são ligados a posturas, comportamentos e atitudes desiguais ou agressivas.

Seja qual for o tipo de relação, duradoura ou esporádica, a questão fundamental para Gómez (2004) é que seja guiada pela superação da dupla moral, que segmenta atração, excitação e paixão, por um lado, e respeito, amor e bondade, por outro. O autor explicita que as mudanças sociais da modernidade não permitem mais um amor ancorado na filosofia da consciência, de um lado, ou associado a instintos, de outro, mas passa a incorporar a intersubjetividade como elemento transformador do que antes era concebido como apenas pessoal ou privado. Assim, a partir da análise e da crítica às contribuições de Giddens (1993) e outros autores da sociologia, como Ulrich Beck (1944-2015) e também da psicologia, como Lev Vygotsky (1896-1934) e George Mead (1863-1931), Gómez (2004) propõe uma forma alternativa de relação afetivo-sexual: a que mescle amor, paixão, bondade e excitação.

Gómez (2004) explica que o contexto atual permite um maior protagonismo dos indivíduos em que os âmbitos comunicativos nas famílias e nos processos educativos multiplicam as possibilidades de liberdade dos sujeitos. Além disso, apesar de vivermos ainda diante de inúmeras desigualdades, o diálogo e o consenso passam a ter um lugar fundamental, em oposição ao que tradicionalmente sempre ocorreu: a imposição dos que tem mais poder (mais fortes).

Assim, é possível concluir com Gómez (2004) que, estando nossas motivações e desejos baseados em valores e modelos de atração promovidos socialmente, o amor pode ser entendido como sentimento construído histórica e socialmente, e não como algo irracional. Por conseguinte, a base de relações satisfatórias estaria, então, em nossos gostos, atrações e desejos, bem como em sermos capazes de mudá-los quando não nos fazem felizes. Na mesma direção e já voltadas para a superação da violência, Flecha, A., Puigvert e Redondo (2005) argumentam que a compreensão de uma origem “biológica” ou “mágica” para o amor desfavorece a erradicação da VdG, pois permite considerá-la como resultado de relações amorosas incontrolláveis, sobre as quais não se

pode intervir. Ao passo que, se entendemos o amor como construído socialmente isto nos permite responsabilizarmo-nos por ele e desenvolvermos contribuições científicas para compreender como são criados o imaginário social sobre as relações afetivas e sexuais, os valores a elas atribuídos como positivos ou negativos e como atraentes ou não atraentes.

Ao tratar de atração, Jesús Gómez e outros autores e autoras do CREA/UB indicam que, na socialização tradicional, os homens considerados atraentes são os fortes, divertidos, seguros de si mesmos, e bondosos, “mas não demasiadamente” (GÓMEZ, 2004; PADRÓS; AUBERT; MELGAR, 2010; VALLS; PRADOS-GALLARDO, 2014). Com relação aos homens muito dóceis e sensíveis, segundo tais autores, eles são considerados desejáveis apenas como amigos, pouco atraentes, ou com quem são mantidas relações “mornas” e não realmente apaixonantes e excitantes. Frequentemente, são mais valorizados os homens que tratam as mulheres com indiferença, ou que chegam a enganar ou a serem violentos com suas parceiras, do que os homens que as tratam bem e se preocupam com elas (BURGUÉS *et al.*, 2015; OLIVER; SANTOS, 2014).

Em pesquisa recente realizada por meio de metodologia quasi-experimental por Puigvert *et al.* (2019), o projeto “*Free Teen Desire*” (Marie Skłodowska-Curie Grant, 2015 a 2016, No 659299) buscou reunir pela primeira vez dados quantitativos sobre a vinculação da atração sexual a comportamentos violentos e sobre em que medida essa vinculação pode ser questionada. Alguns resultados parciais desse projeto foram apresentados por Puigvert *et al.* (2019) referentes a quatro escolas secundárias da Europa (Inglaterra, Espanha, Chipre e Finlândia) em que as autoras analisaram o padrão de atração de 100 adolescentes do sexo feminino (13-16 anos), tanto para relacionamentos fixos quanto esporádicos, em relação a meninos com dois perfis diferentes: um com atitudes violentas e outro com comportamento não violento.

As autoras observaram que de maneira geral os meninos não violentos foram mais preferidos que os violentos. Entretanto, análises mais detalhadas em que os dados foram separados por tipo de homem (violento versus não violento) e tipo de relação afetiva sexual (“ficada” vs estável) mostraram preferência pelos homens violentos em relação aos não violentos para as relações esporádicas. As autoras ressaltam como esses dados são importantes para compreender a vitimização em relacionamentos afetivo-sexuais, apoiar a elaboração de campanhas de prevenção de violência de gênero e, em

discussão com outros dados da literatura científica, os resultados desse estudo ajudam a compreender os fatores de risco que permeiam a vitimização por violência de gênero.

Também em busca de ampliar a compreensão sobre os fatores envolvidos na vinculação entre atratividade e violência, Alonso, Mariño e Rué (2012), a partir de estudo aprofundado sobre como família, mídia e grupos de pares influenciam as escolhas afetivo-sexuais entre a população jovem e adolescente, descreveram a *miragem de ascensão* como mais um aspecto da socialização que contribui para explicar o surgimento de relações violentas. Trata-se da percepção errônea que muitas garotas têm de que seu status social e atratividade aumentarão ao se envolverem com garotos populares e considerados atraentes pelo grupo, mas que também são violentos e maltratam pessoas. O que ocorre, entretanto, é o contrário: seu valor perante o grupo diminui e, por vezes, elas acabam sendo desprezadas tanto pelos garotos como pelas garotas do grupo (ALONSO; MARIÑO; RUÉ, 2012; ROSELL *et al.*, 2014). Esse fenômeno explica as situações frequentes em que meninas escolhem ficar com meninos violentos, considerados pelo grupo social como atraentes, acreditando que isso elevará seu status de atração perante o grupo, embora a realidade mostre como consequência justamente o contrário, ou seja, que elas passam a ser desprezadas.

Sob a mesma perspectiva dialógica, Flecha, Puigvert e Redondo (2005) explicam que uma socialização preventiva é a que promove relações embasadas em igualdade e diálogo, não em imitações do modelo que tem oprimido as mulheres por séculos. O diálogo surge assim como a única alternativa à violência, pois é quando o diálogo se nega que surge o conflito.

Com Flecha, Puigvert, & Redondo (2005), compreende-se que é possível analisar a violência de gênero e lutar contra ela alterando a maneira como as pessoas são socializadas e como compreendemos o amor, os modelos amorosos tidos como desejáveis, os modelos femininos e masculinos considerados atraentes e os valores a ele associados. A seguir apresentamos dois outros elementos fundamentais nessa mudança social, e tomados como centrais em nossa investigação: os modelos de masculinidade e o contexto escolar.

2.8 OS MODELOS DE MASCULINIDADE

Considerando esses elementos, Flecha, R., Puigvert e Rios (2013) realizaram uma meta-pesquisa baseada em dados coletados ao longo de 12 anos pelo grupo de pesquisa CREA/UB, que lhes permitiu dividir as práticas e posturas masculinas em três modelos distintos.

O primeiro, chamado de Masculinidade Dominante Tradicional (MDT), foi desenvolvido a partir do modelo teórico discutido por Connel (1987) como modelo hegemônico de masculinidade que se baseia em um padrão típico de comportamento e de práticas, um conjunto de valores de identidade e expectativas sociais de como o homem deve permitir o domínio dos homens sobre as mulheres e reforçar as desigualdades existentes. O MDT é caracterizado por: evitar ser visto como feminino, buscar status e poder, não expressar sentimentos, independência, ousadia e agressividade (BURGUÉS *et al.*, 2015; FLECHA; PUIGVERT; RÍOS, 2013). O homem MDT promove relações baseadas em poder e dominação e é fruto direto da socialização tradicional que associa desejo sexual à violência. Além disso, é importante ressaltar que esse modelo está presente em todas as raças, etnias, classes socioeconômicas e grupos sociais. O que define o MDT não é seu estereótipo, postura delicada ou bruta, sensibilidade ou insensibilidade, mas sim as formas de relações que estabelece com as outras pessoas, homens e mulheres.

O segundo modelo é o da Masculinidade Tradicional Oprimida (MTO) e sofre opressão pelos modelos MTD. O MTO não é agressivo nem sexista e partilha das atividades domésticas, entretanto, não suscita desejo e não é visto como atraente, limitando-se a uma linguagem da ética, isto é, a escolha “racional correta” para um relacionamento duradouro e estável, mas não a realmente desejada pelas mulheres. Embora não violentos, os homens MTO também não mantêm relações igualitárias, pois podem ser traídos ou maltratados por suas companheiras ao promover apenas uma inversão direta do modelo opressor (FLECHA; PUIGVERT; RÍOS, 2013).

Por fim, o modelo de Novas Masculinidades Alternativas (NAM) é o que representa uma alternativa real aos modelos tradicionais de masculinidade, unindo as linguagens do desejo e da ética, juntando atração e equidade. São caracterizados pela autoconfiança, força e coragem como estratégias para enfrentar as atitudes negativas do MDT, e rejeição explícita a qualquer forma de violência (sexismo, racismo, etc.). Ao provocar a atração e o desejo sexual das mulheres por meio de relações igualitárias, os homens que se apresentam como novas masculinidades alternativas tornam-se chave no rompimento com a dupla moral nas sociedades (e que gera e justifica a violência contra

as mulheres), possibilitando a superação e a erradicação da violência de gênero (FLECHA *et al.*, 2013).

2.9 O CONTEXTO ESCOLAR NA PREVENÇÃO DA VDG

Allred e Biglia (2015) afirmam como vital para a proteção de crianças e adolescentes que a violência de gênero seja compreendida para além de um problema individual ou familiar do qual possam se sentir envergonhadas ou que não possa ser problematizado. Além disso, destacam que a compreensão da violência de gênero como sistêmica é fundamental para promover e apoiar os esforços para a transformação social necessária em relação a essa questão. Elas explicam que uma compreensão mais sistêmica da questão torna essa violência política e apenas quando as jovens passam a vê-la não apenas como incidentes individuais é que questionam as relações de poder ao redor delas (ALLDRED; BIGLIA, 2015).

Assim, compreendendo que a prevenção da violência de gênero requer a reestruturação das várias instituições e modelos sociais, serão abordadas reflexões que destacam a responsabilidade da escola nessa construção. São apresentados a seguir estudos que têm se constituído em importantes elementos que podem estar presentes na educação escolar e que beneficiam a prevenção de violências por meio do diálogo.

Por meio do projeto INCLUD-ED 'Estratégias de inclusão e coesão social na Europa a partir da educação' (*Community of Research on Excellence for All - CREA*, 2006-2011; INCLUD-ED, 2012) pesquisadores de 15 universidades e instituições de pesquisa europeias analisaram sistemas, teorias e resultados educacionais contrastando-os com estudos de escolas bem-sucedidas em toda a Europa, algumas das quais envolveram a participação e empoderamento dos familiares e comunidade. O projeto colocou especial ênfase na relação entre educação e exclusão social sofrida por cinco grupos específicos: mulheres, pessoas portadoras de deficiências, jovens, imigrantes e minorias culturais.

Tal projeto permitiu identificar as chamadas Boas Práticas Educativas, isto é, ações que obtiveram bons resultados para o êxito escolar e melhor convivência, mas apenas em contextos específicos, e as Atuações Educativas de Êxito (AEE) definidas como “ações que contribuem para o êxito na escola (conforme refletido no progresso dos alunos em termos de rendimento escolar) e na convivência” (INCLUD-ED, 2012, p. 18) em quaisquer contextos socioculturais em que sejam aplicadas. Ou seja, atuações

que ampliaram a eficiência e equidade permitindo às escolas alcançar bons resultados acadêmicos para todo o alunado, em especial às pessoas com maior risco de exclusão social, nos diversos contextos em que foram realizadas. Além disso,

as AEEs identificadas no projeto já foram transferidas para outros contextos com resultados excelentes, já que não foram simplesmente transpostas e sim recriadas em diálogo com as pessoas residentes nas áreas. Portanto, não são experiências isoladas bem-sucedidas e sim atuações de êxito que têm componentes universais passíveis de transferência. Assim, é possível superar perspectivas contextualistas que legitimam desigualdades e utilizar atuações de êxito como uma base para políticas educacionais e sociais (INCLUDED, 2012, p. 72)

As sete AEEs identificadas no projeto INCLUD-ED são baseadas no conceito de *aprendizagem dialógica* (FLECHA, 1997), que é uma maneira de conceber a aprendizagem e as interações nela envolvidas (MELLO; BRAGA; GABASSA, 2012). Tal concepção engloba e supera a concepção construtivista realizando uma importante precisão: o processo de formação de significado não depende apenas da intervenção de profissionais da educação, mas também do conjunto de pessoas e contextos relacionados com as aprendizagens do alunado (FLECHA, R., 1997).

Os sete princípios da aprendizagem dialógica, que na prática se dão em unidade (MELLO, 2003), podem ser assim expressos:

a) **Diálogo igualitário**: se baseia nos conceitos de dialogicidade e palavra verdadeira, de Paulo Freire, e na teoria da ação comunicativa, de Jürgen Habermas. Nele, as falas e proposições dos/as participantes buscam consensos e acordos, e são consideradas em função da validade de seus argumentos, e não pela posição de poder (profissão, classe social, etc.) que ocupa quem as realiza (AUBERT *et al.*, 2016; FLECHA, 1997; MELLO; BRAGA; GABASSA, 2012).

b) **Inteligência cultural**: todas as pessoas, de qualquer idade ou contexto social, têm capacidade de linguagem e ação que podem ser desenvolvidas através das interações humanas. Todas têm a aprender e a ensinar, ninguém sabe tudo, assim como ninguém ignora tudo. Este princípio baseia-se no diálogo igualitário e na atribuição de papel fundamental à coletividade na formação da mente individual, a partir de teóricos da psicologia (como Vygotsky e George Mead), sociologia (como Habermas, Beck e Giddens), filosofia e educação (como Paulo Freire). A Inteligência cultural pressupõe, assim, uma interação que contempla a pluralidade de dimensões das relações humanas e de suas diferentes formas de inteligência (AUBERT *et al.*, 2016; FLECHA, 1997; MELLO; BRAGA; GABASSA, 2012).

c) **Transformação:** embasando-se na defesa de Freire (2012) de que as pessoas são seres de transformação, não de adaptação, e de que não há amanhã sem a transformação do hoje feio e perverso, é possível perceber o futuro problematizado e não inexorável. Nem a sociedade, nem a educação são resultados imutáveis do sistema ou das estruturas sociais, mas as pessoas e os movimentos é que geram a sociedade e a educação, podendo, assim, transformá-las. “A aprendizagem dialógica transforma as relações entre as pessoas e seu entorno por meio do diálogo, do consenso possível, do trabalho coletivo em prol de um objetivo comum” (MELLO; BRAGA; GABASSA, 2012 p. 54).

d) **Dimensão instrumental:** indica que a aprendizagem dialógica pressupõe o domínio dos recursos elaborados pela ciência e pela tecnologia, ao longo da história humana. Também defende que não basta garantir o acesso à informação, é preciso também viabilizar a capacidade de selecionar os dados que possibilitarão uma maior movimentação social (MARIGO; MELLO; AMORIM, 2012). Pois, “o dialógico não se opõe ao instrumental, mas à colonização tecnocrática da aprendizagem.” (FLECHA, R., 1997, p. 23).

e) **Criação de sentido:** no contexto da sociedade da informação, cada vez mais avançada e moderna, as pessoas tendem também a ser cada vez mais solitárias e individualistas. Tal postura favorece o que Max Weber chamou de perda de sentido da vida (AUBERT *et al.*, 2016; FLECHA, 1997; MELLO; BRAGA; GABASSA, 2012), em que as existências são ameaçadas pelo dinheiro e pelo poder a se converterem em mero produto técnico. Na criação de sentido da aprendizagem dialógica, a noção é de que cada pessoa excluída é uma perda irreparável para todas as demais e de que a comunicação pessoa-pessoa abre caminho para a solidariedade em direção à superação dos problemas criados pelo dinheiro e poder (FLECHA, 1997).

f) **Solidariedade:** a aprendizagem dialógica fundamenta-se em concepções, teorias e práticas solidárias, favoráveis à democracia, igualdade, paz e liberdade sexual, e recusa teorias e práticas que fomentem ditadura, desigualdade, guerra ou violência (FLECHA, R., 1997). “Não é possível dialogar e buscar consensos, ou objetivos comuns a alcançar, se me considero único no mundo, ou se a situação dos sujeitos ao meu redor não me atingem” (MELLO; BRAGA; GABASSA, 2012, p. 71).

g) **Igualdade de diferenças:** a igualdade é o valor fundamental de toda educação progressista. Entretanto, não se trata aqui da simples redução à igualdade de oportunidades, que defende que todas e todos tenham as mesmas oportunidades de

chegar às posições altas ou baixas de uma sociedade sem questionar a distância entre elas. A verdadeira igualdade inclui o mesmo direito à proteção social para todos os grupos e pessoas, sem homogeneização cultural, isto é, o igual direito de ser diferente, de viver de forma diferente (AUBERT *et al.*, 2016; FLECHA, 1997; MELLO; BRAGA; GABASSA, 2012).

Outra indicação importante do Projeto INCLUED-ED (2012) é de que seria enganoso apresentar um entendimento único dos processos de inclusão e exclusão social e educacional para todos os grupos vulneráveis abordados. Dada sua natureza qualitativa, as análises resultantes limitam-se aos contextos estudados e não são generalizáveis para todos os grupos vulneráveis. A pesquisa buscou abrir caminhos intelectuais a partir dos quais pesquisadores/as poderão investigar situações semelhantes em outras partes do mundo. É essa a direção pretendida com esse estudo, compreender melhor os processos de inclusão e exclusão social e educacional quanto à dimensão gênero no contexto nacional.

Considerando que o tema das relações de gênero envolve importante transformação cultural e está ligado a temas por vezes tidos como “tabus” (sexualidade, modelos familiares, homofobia, transfobia, etc.), é proposto o trabalho busca por trabalhos com evidências científicas que possam apoiar as práticas educativas de prevenção à VdG.

Tal questionamento é apoiado, por exemplo, pela constatação de que, após uma revisão de mais de 50 artigos acerca da dimensão gênero nas práticas educativas, as/os pesquisadoras/es do projeto INCLUD-ED (2012) indicaram que, embora haja estudos que orientem como alcançar condições igualitárias para homens e mulheres, poucos estudos enfocam as práticas educativas que superam a discriminação contra as mulheres ou os fatores que afetam a obtenção de resultados acadêmicos diferenciados por gênero (MELGAR; RAMMEL, 2010).

A revisão realizada pelo INCLUD-ED (2012) também permitiu identificar três indicadores presentes em práticas educativas que impedem a igualdade de oportunidades: a) a dupla exclusão vivida pelas mulheres, pois a discriminação (sexista) vivenciada ao longo da história impacta sobre seu desempenho acadêmico, gerando uma segunda discriminação (escolaridade); b) os modelos tradicionais de masculinidade transmitidos pelas práticas educativas e c) a violência de gênero (MELGAR; RAMMEL, 2010).

Considerando o que foi abordado até o momento quanto à socialização do indivíduo para a atração pela violência e para modelos tradicionais ou alternativos de masculinidade e relacionamentos, bem como a possibilidade de intervir nesse processo, os próximos subitens tratarão mais diretamente dessa proposta de ação sobre essa socialização e as teorias sociológicas e psicológicas que a fundamentam.

2.10 A SOCIALIZAÇÃO PREVENTIVA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Vários estudos na Espanha (GARCÍA; MIRCEA; DUQUE, 2010; VALLS *et al.*, 2008; VALLS; PRADOS-GALLARDO, 2014; VALLS; PUIGVERT; DUQUE, 2008) têm possibilitado uma investigação mais profunda a respeito da socialização preventiva da violência de gênero e produzido evidências científicas de sua efetividade.

A proposta de socialização preventiva da violência de gênero em que se baseia este estudo é definida por Oliver e Valls (2004, p. 113) como um “processo social por meio do qual podemos desenvolver a consciência das regras e valores que evitam os comportamentos e atitudes que levam à violência contra as mulheres e promovem comportamentos igualitários e respeitosos”. Na compreensão de que nossas ações são construídas socialmente a partir dos valores, regras e modelos que conhecemos e vivenciamos em nossas relações, e em consonância com Freire (2014), entendemos que as pessoas são resultado de uma história de condicionamentos, e não determinações, sociais. Ou seja, um aspecto crucial é que somos constantemente capazes de aprender, de escolher novos padrões de comportamentos, de nos atrairmos por novos modelos ou mudarmos nossos padrões de ações e, dessa forma, prevenir o envolvimento em relacionamentos violentos.

Sobre o contexto em que se pretende realizar o presente estudo, são considerados os apontamentos de Oliver e Valls (2004) de que, apesar da magnitude do problema da violência de gênero, não é extenso o debate sobre o papel que as escolas podem desempenhar em relação à sua prevenção. É possível dizer que a questão de gênero no espaço escolar ao longo do século XX voltou-se a ações de garantia de acesso de garotas ao ensino e seu desempenho, ou ainda à questão das tarefas domésticas, em determinadas profissões ou em relação à diferenciação dos brinquedos. Ao passo que, para o século XXI, resta o desafio de tornar as escolas livres de qualquer abuso ou discriminação para as meninas (ELBOJ, 2006-2008).

Carmen Elboj (2006-2008) explica que, embora várias sejam as iniciativas, programas e experiências fomentando a educação não sexista, muitas delas continuam focando aspectos biológicos da sexualidade e a prevenção de doenças e gravidez (o que já é um grande avanço), estando ainda desligadas da questão do sentimento.

Isto demonstra como é necessário fomentar a educação, inclusive quanto ao currículo oculto (olhares, gestos ou linguagem), como ferramenta para que mulheres, crianças, adolescentes ou adultas, estudem em um lugar seguro, livre de qualquer forma de violência, e aprendam o amor como um sentimento construído socialmente e não instintivo (ELBOJ, 2006-2008; FLECHA; PUIGVERT; REDONDO, 2005).

3 UM POUCO SOBRE A POPULAÇÃO-ALVO DESSE ESTUDO

A adolescência é em geral o período de transição entre a fase infantil e a fase adulta da história do indivíduo, entretanto de acordo com cada grupo sociocultural, isso pode significar diferentes momentos segundo a idade cronológica quanto ao início, duração e eventos envolvidos nessa. É comum na cultura ocidental a referência à adolescência como um período de tumultos, estresse, humores oscilantes, conflitos dentro e fora do ambiente doméstico. Alguns justificam as dificuldades que comumente surgem nesse período em função de mudanças hormonais ou outros aspectos do desenvolvimento fisiológico, entretanto não é possível se estabelecer uma regra. Cada indivíduo experiencia o período da adolescência de maneira própria dependendo de sua maturidade física, emocional e cognitiva, bem como de vários outros aspectos biológicos e socioculturais (UNITED NATIONS, 2011).

Não há, assim, uma definição universalmente aceita para adolescência. Segundo as Nações Unidas, adolescentes são os indivíduos na segunda década de suas vidas, isto é, entre os 10 e 19 anos incompletos (UNITED NATIONS, 2011). Trata-se de um longo período em que além de mudanças fisiológicas, mudanças culturais fundamentais também ocorrem nessa transição da condição infantil para a condição adulta. Nessa subseção, serão destacados pontos principais que ajudarão a compreender alguns aspectos fundamentais que podem compor o momento vivenciado pelas participantes desse estudo.

Tratando-se inicialmente dos aspectos biofisiológicos, a puberdade é compreendida como conjunto de eventos bioquímicos que altera o tamanho e a forma e funcionamento do corpo e torna os indivíduos aptos à procriação (COLE; COLE, 2004). Esse período é marcado por intenso crescimento esquelético linear; alteração da forma e composição corporal; desenvolvimento de órgãos e sistemas e desenvolvimento de gônadas e caracteres sexuais secundários (LOURENÇO; QUEIROZ, 2010).

Como todos os eventos que ocorrem no desenvolvimento humano, o ritmo em que ocorrem as mudanças da puberdade depende de complexas interações entre fatores genéticos e ambientais (COLE; COLE, 2004). Além dos fatores constitucionais, isto é, inerentes ao próprio indivíduo, o início e o desenvolvimento da puberdade recebe influência de diversos fatores relacionados à saúde, à nutrição (p. ex. ingestão calórica, nível de gordura corporal), psicossociais (p. ex. depressão, estresse), socioeconômicos

(p. ex. nível de conflitos familiares) e até climáticos (COLE; COLE, 2004, QUEIROZ, 2010).

Diante disso, é compreensível, portanto, que a puberdade tenha uma variação grande de ocorrência tanto entre os sexos, como entre os indivíduos do mesmo sexo (UNITED NATIONS, 2011). A duração média das mudanças que ocorrem nesse período, por exemplo, pode variar de dois a quatro anos, com uma estimativa de início entre as garotas, em média 18 meses antes do início entre os garotos (COLE; COLE, 2004, QUEIROZ, 2010).

Essa variabilidade faz com que, em uma sala de aula do primeiro ano do ensino médio, por exemplo, encontram-se pessoas em diferentes momentos de seu desenvolvimento biológico. Somadas ao estresse gerado pela grande intensidade de hormônios e mudanças fisiológicas, as mudanças físicas (seu início mais cedo ou muito posterior em relação ao grupo de pares) podem ser fruto de grande sofrimento para os adolescentes, dependendo também da maior ou menor facilidade do grupo em lidar com as diferenças individuais.

Ainda que mudanças biológicas determinem aspectos relacionados à reprodução, como visto anteriormente a partir das contribuições de Giddens (1993), a sexualidade e a atividade sexual recebem influência muito maior do ambiente sociocultural em que o indivíduo está inserido. Grande parte do comportamento sexual é aprendido por meio das observações e práticas sociais (COLE; COLE, 2004).

Além disso, socialmente, a adolescência também representa um período de importantes alterações quanto às relações sobre trabalho, casamento, direção, ingestão de bebidas alcoólicas, votação nas eleições e a participação em determinados rituais, para citar apenas algumas das mudanças de acordo com cada sociedade e grupo cultural.

No Brasil, por exemplo, desde 1990 com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA considera-se legalmente como adolescente a pessoa com idade entre 12 e 18 anos incompletos. Ao passo que a tendência das ações e políticas adotadas pelo Ministério da Saúde seja adotar a idade cronológica sugerida pela OMS, 10 a 19 anos (EISENSTEIN, 2005). Por outro lado, há outras situações em que a idade cronológica é menor permitindo que os jovens comecem a participar dos processos eleitorais a partir dos 16 anos, quando também é permitido, com o consentimento de seus pais ou responsável, que a pessoa se case (BRASIL, 1990).

Influenciados pelos estudos de Jean Piaget (1896-1950), muitos autores tem proposto que o período da adolescência representa uma mudança de capacidade para

realização de operações formais. Nessa compreensão, apenas com a maturidade advinda da adolescência é que a pessoa seria capaz de pensar sistematicamente sobre todas as relações lógicas de um determinado problema, o que não ocorreria de maneira consistente entre as crianças ainda na segunda infância. Outros autores, mais ligados às teorias do processamento de informação propõem, entretanto, que as mudanças cognitivas advindas da adolescência decorrem muito mais da capacidade de memória de trabalho que aumenta e maior eficiência no uso de regras e estratégias (COLE; COLE, 2004).

A partir de uma compreensão sociocultural do desenvolvimento humano, compreende-se que embora seja relevante o desenvolvimento e maior sofisticação do pensamento dos indivíduos nessa fase da vida, quando comparados às crianças menores, é fundamental a observação quanto às atividades e demandas sociais a que os jovens são submetidos nesse período (ROGOFF, 2005). Compreende-se que, ainda que influenciadas por uma maturação biofisiológica, o desenvolvimento das habilidades e aprendizagens dos e das adolescentes está intrinsecamente ligado aos valores culturais e mudanças definidas por seu contexto cultural, às práticas sociais a que os jovens são chamados a desenvolver no processo de reconhecimento como membros adultos de seu grupo social.

Desse modo, a compreensão adotada nesse estudo é de que as relações afetivo-sexuais, as paqueras, o *crush*, o ficar, os namoros e as relações sexuais vividas na adolescência, bem como os valores e modelos ligados a tais relações, são construções importantes que vão se dando como parte dos complexos processos de socialização vividos desde o período de gestação.

4 METODOLOGIA

Focalizando o tema e os adolescentes como sujeitos eleitos para o estudo, a revisão inicial que baseou a introdução da presente tese se baseou nos seguintes descritores: violência; gênero; escola; adolescentes; prevenção; intervenção; violência no namoro. Em seguida, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sistemática com finalidade de responder às perguntas de pesquisa propostas.

4.1 PROCEDIMENTOS DE COLETA, DE ORGANIZAÇÃO E DE ANÁLISE DOS DADOS

O presente estudo pode ser caracterizado como uma pesquisa bibliográfica, como definido por Lima e Miotto (2007). Essas autoras indicam um conjunto de etapas que compõem uma pesquisa, que são a *elaboração do projeto de pesquisa*, a *investigação das soluções*, a *análise explicativa das soluções* e a *síntese integradora*. Na elaboração do projeto de pesquisa foram definidos os critérios para a seleção das fontes de dados, sendo eles: representarem a produção científica nacional de maior acesso (representado aqui pelas bases Scielo e Google Acadêmico) e internacional de maior acesso (*Web of Science*) e diretamente relacionada com a temática educacional (*Educational Resources Information Centre – ERIC*). Nas bases Scielo e *Web of Science*, constam trabalhos acadêmicos de revistas científicas indexadas. Já a base Google Acadêmico, as buscas incluem outras fontes como congressos, manuais, etc. A base *ERIC*, por sua vez, reúne materiais de relevância específica para a área educacional e incluem relatórios de pesquisa, manuais, artigos científicos, circulares, leis, trabalhos de congressos, e outros.

A estratégia de busca foi adotada de acordo com a especificidade de cada base de dados. Os descritores usados foram “prevenção de violência de gênero” para as buscas por trabalhos brasileiros ou referentes ao Brasil, realizadas no Scielo e Google Acadêmico e “*gender violence prevention*” e “*gender-based violence prevention*” para as bases *ERIC* e *Web of Science* que tiveram o propósito de abordar a produção científica internacional.

Na fase de investigação das soluções, após o refinamento por meio da leitura dos títulos, palavras-chave e resumos dos trabalhos captados, foram excluídos os trabalhos

que não abordavam a violência de gênero, ou que a tratavam em contextos muito específicos e que não colaborariam para responder à questão investigada. Foram incluídos estudos publicados em espanhol, inglês e português, sem delimitação do período de produção. Os estudos selecionados foram resenhados e então organizados segundo as seguintes informações:

Ano: ano da publicação do trabalho analisado

Tipo da publicação: se o trabalho é um artigo científico, uma publicação de divulgação, um manual ou guia informativo sobre o tema, apresentação em congresso, simpósio, etc. Considerando o objetivo do estudo compreendemos que seria importante a contabilidade/exclusão dos trabalhos definidos em língua inglesa como “*grey literature*”, isto é, trabalhos publicados de maneira informal, ou com menor rigor de análise pela comunidade científica como trabalhos de conclusão de curso, apresentações em congressos ou outros eventos científicos, relatórios de pesquisa, comunicações de imprensa ou texto de sites.

País: país onde foi realizada a pesquisa ou intervenção ou, na ausência dessa informação, país de vinculação dos pesquisadores envolvidos, a partir das indicações de localização das universidades ou centro de pesquisa a que estavam vinculados.

Tipo de trabalho ou de intervenção: se o trabalho é teórico ou de revisão de literatura a respeito da violência e de sua prevenção; se o trabalho visava realizar um levantamento quanto a incidência ou descrição de aspectos da violência de gênero; Ou se trabalho relata sobre uma pesquisa ou intervenção que atuou buscando uma prevenção da violência de gênero, sendo estas classificadas como atuações de prevenção.

Área do conhecimento: área do conhecimento em que foi produzida a pesquisa ou atuação em questão.

Para organização destas informações em quadros, atribuímos a cada artigo um código, montado da seguinte forma:

- Artigos obtidos a partir da base Google Acadêmico: Gs_
- Artigos obtidos a partir da base *Scielo*: S_
- Artigos obtidos a partir da base *Web of Science*: Ws_
- Artigos obtidos a partir da base *ERIC*: E_.

Depois, reunimos os artigos captados em base brasileira num quadro, e os captados em base internacional em outro. Passamos a analisar comparativamente os nacionais entre si, e os internacionais entre si, em cada coluna de informações, para

descrever cada um e poder desenvolver a descrição unitária e a posterior análise por comparação. Posteriormente, comparamos os resultados obtidos da análise comparativa dos artigos nacionais com os resultados obtidos da análise comparativa dos artigos internacionais.

Para a *análise explicativa das soluções* e a *síntese integradora*, como pretendíamos buscar denúncias sobre a violência de gênero contra meninas adolescentes e jovens, mas também anúncios sobre programas e ações para sua superação, encontramos no aporte metodológico em que se baseia esse estudo, a metodologia comunicativa, um instrumento de organização e análise de dados que muito nos auxiliou. Ela parte da intersubjetividade e da reflexão para a construção de conhecimento científico que colabore com a transformação dos problemas sociais ainda vividos no século XXI. Dessa forma, o que se busca com o presente estudo não é apenas descrever e explicar a realidade, mas compreendê-la e interpretá-la tanto com o objetivo de estudá-la, como para transformá-la (GÓMEZ *et al.*, 2006). As tabelas construídas com base nos elementos transformadores e nos excludentes apontados pelos artigos mostram as categorias analíticas decorrentes dos dados. Assim, além das análises das caracterizações gerais dos estudos em função da distribuição das informações descritas anteriormente, também foram analisadas e discutidas frente às dimensões transformadoras ou seja, aspectos da realidade que abordem formas de superar a atração pela violência e que promovam relações afetivo-sexuais envolventes e também igualitárias, e as dimensões excludentes presentes nos trabalhos, isto é, aspectos da realidade que reforçam a socialização de atração para a violência, promovem a violência de gênero ou sua tolerância.

Explicados os caminhos que realizamos para organização e análise dos dados, passamos a eles.

5 RESULTADOS: DADOS E ANÁLISES.

Os resultados desse estudo são apresentados em duas etapas diferentes. A primeira apresenta uma descrição dos trabalhos captados nas diferentes bases consultadas a partir de dados explícitos, como data, formato da publicação, área do conhecimento, objetivo, resultados principais e conclusões ou indicações apresentadas nos trabalhos. Na segunda etapa, os trabalhos são analisados a partir de uma interpretação reflexiva proposta com base na metodologia comunicativa adotada Gómez *et al.*, (2006)

Com intuito de realizar um levantamento quanto à produção acadêmica nacional brasileira foram realizadas buscas nas bases de dados Google Acadêmico e Scielo, ambas realizadas com os termos em português. Na busca realizada no Google Acadêmico foi utilizado o descritor "prevenção de violência de gênero" e foram encontrados 29 resultados. Foram excluídos os trabalhos que apareciam duplicados, os que não tratavam efetivamente do tema, as citações e as patentes, de modo que foram analisados 21 trabalhos no total, incluindo artigos científicos, dissertações e tese, resumos de apresentações em eventos científicos, trabalhos de conclusão de curso e monografias. A grande maioria dos trabalhos encontrados nessa base foram em língua portuguesa ou espanhola, sendo que 16 documentos foram desenvolvidos no Brasil, quatro foram desenvolvidos em Portugal e um trabalho refere-se a El Salvador.

Quanto à busca realizada na base de dados Scielo, utilizando o descritor "prevenção de violência de gênero" foi possível localizar um artigo; com os descritores "violência de gênero" AND "prevenção" associados, foi possível identificar 22 artigos. Todos os trabalhos levantados no Scielo eram artigos de periódicos científicos. Excluindo-se os repetidos, foram analisados um total de 15 trabalhos captados nessa base.

Desse modo, os estudos denominados pertencentes à literatura internacional totalizaram 60 trabalhos. Eles foram captados em menor número a partir das buscas em português realizadas nas bases Google Acadêmico (cinco trabalhos) e Scielo (quatro trabalhos) e, em maior número, por meio de buscas realizadas nas bases *ERIC* (12 trabalhos) e *Web of Science* (39 trabalhos).

Considerando o objetivo do estudo, a descrição e a análise dos resultados são apresentadas a seguir em relação aos contextos nacional e internacional, tanto no que se

refere ao conjunto da busca quanto em relação aos trabalhos identificados e considerados.

5.1 DESCRIÇÃO DO LEVANTAMENTO QUANTO À LITERATURA CIENTÍFICA NACIONAL

Os trabalhos realizados no contexto brasileiro, ou que se referiam a este, foram encontrados apenas por meio das buscas realizadas nas bases Google Acadêmico (16 trabalhos no total) e Scielo (15 trabalhos) e são apresentados em um tópico denominado literatura científica nacional. Em conjunto, os trabalhos captados por meio dessas duas bases totalizam 31 trabalhos analisados e eles são apresentados a seguir destacando-se seus aspectos gerais e aqueles mais relevantes para nossa investigação.

5.1.1 Resultados do levantamento realizado na base de dados Google Acadêmico

Nas buscas realizadas por meio da base Google Acadêmico, como mencionado anteriormente, foram utilizados os descritores “prevenção de violência de gênero”, em português, e foram captados 21 trabalhos, destes 16 trabalhos foram realizados no Brasil e cinco trabalhos foram realizados em outros países (quatro deles em Portugal e um em El Salvador). Os trabalhos estão apresentados esquematicamente no Quadro 1 que informa ano, tipo de trabalho realizado, área do conhecimento e país. Uma descrição resumida de cada trabalho é apresentada em seguida no corpo do texto.

Quadro 1 – Trabalhos captados na base de dados Google Acadêmico

| Código | Referência | Ano | Tipo de trabalho | Área do conhecimento | País |
|---------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-------------------------|-----------------------------|-------------|
| Gs1 | SERPA, Cíntia; MAGALHÃES, Diogo Souza; CELMER, Elisa Girotti. Projeto empoderando mulheres: uma iniciativa de enfrentamento à violência de gênero. IN: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10 DESAFIOS ATUAIS DOS FEMINISMOS . 2013. Florianópolis. Anais... Florianópolis. 2013. Disponível em: < http://repositorio.furg.br/handle/1/5229 >. Acesso em 19 jan. 2020. | 2013 | Intervenção | Direito e Psicologia | Brasil |
| Gs2 | RUI, Betina Galves. Políticas públicas transversais de prevenção à violência de gênero na rede pública de ensino : uma análise do Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2019 | 2019 | Teórico | Direito | Brasil |
| Gs3 | HERTZOG, Kimberlly Grignet. Atenção às Mulheres Vítimas de Violência de Gênero nos Serviços de Saúde de Foz do Iguaçu – PR. 2017 . 79 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Saúde Coletiva) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017. | 2017 | Descritivo | Saúde pública | Brasil |
| Gs4 | LIMA, Daniel Costa; BÜCHELE, Fátima; CLÍMACO, Danilo de Assis. Homens, gênero e violência contra a mulher. Saúde e Sociedade , v. 17, n. 2, p. 69-81, 2008. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902008000200008&script=sci_arttext&tlng=pt >. Acesso em 10 jan. 2020. | 2008 | Teórico | Saúde pública | Brasil |
| Gs5 | MAITO, D.C.; SEVERI F.C. Processos Administrativos e Sanções Disciplinares de Universidades Brasileiras no Combate de Violência de Gênero e Violência Sexual. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA EM DIREITO , 2016, Anais... Ribeirão Preto: 2016. Disponível em: < http://www.hu.usp.br/wp-content/uploads/sites/180/2017/01/De%C3%ADse-Camargo-Maito-I-SPD-FDRP.pdf >. Acesso em: 15 jan. 2020. | 2016 | Descritivo | Direito | Brasil |

| Código | Referência | Ano | Tipo de trabalho | Área do conhecimento | País |
|---------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-------------------------|-----------------------------|-------------|
| Gs6 | LIMA, Daniel Costa. Homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher: desafios e possibilidades . 2008. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. | 2008 | Descritivo | Saúde pública | Brasil |
| Gs7 | ACOSTA, Fernando; BARKER, Gary. Homens, violência de gênero e saúde sexual e reprodutiva: um estudo sobre homens no Rio de Janeiro/Brasil . Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2003. Disponível em: < https://promundo.org.br/recursos/men-gender-based-violence-and-sexual-and-reproductive-health/ >. Acesso em: 19 jan. 2020. | 2003 | Descritivo | Saúde pública | Brasil |
| Gs8 | OLIVEIRA, Josemara C. A violência conjugal na perspectiva do homem com comportamento agressivo . 2011. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Psicologia Clínica) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. | 2011 | Descritivo | Psicologia / Saúde pública | Brasil |
| Gs9 | HERNANDES, Margareth da Silva. O silenciamento da discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas: a inconstitucionalidade da omissão . 2016. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Gênero e diversidade na escola) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. | 2016 | Teórico | Educação | Brasil |
| Gs10 | OLIVEIRA, Ana Aparecida Holanda de. Lei “Maria da Penha”: a percepção dos homens internos da Casa de Privação Provisória de Liberdade professor José Jucá Neto (CPPL III) . 2013. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade Cearense, Centro de Ensino Superior do Ceará, Fortaleza, 2013. | 2013 | Descritivo | Serviço Social | Brasil |

| Código | Referência | Ano | Tipo de trabalho | Área do conhecimento | País |
|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|-----------------------|----------------------|--------|
| Gs11 | SANTOS, Raquel Auxiliadora dos. Promotoras Legais Populares: avançando na luta pela igualdade de gênero e na compreensão da Educação de Jovens e Adultos. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. | 2014 | Intervenção | Educação | Brasil |
| Gs12 | BELLINI, Daniela Mara Gouvêa <i>et al.</i> Violência contra mulheres nas universidades: contribuições da produção científica para sua superação (SciELO e <i>Web of Science</i> 2016 e 2017). 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. | 2018 | Revisão de literatura | Educação | Brasil |
| Gs13 | ANKLAM, Luísa Mantelli; PEREIRA, Renata Caetano. Arquitetura e a caça às bruxas: mecanismos para subversão da cultura de violência contra a mulher. PIXO-Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade , v. 3, n. 10. | 2019 | Teórico | Arquitetura | Brasil |
| Gs14 | BASTOS, Alexandre Martins. Violência doméstica e familiar contra mulher e atuação da defensoria pública do Pará: a defesa e assistência interdisciplinar ao homem agressor pelo NEAH símbolo ou política pública de prevenção de delitos. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11140 . Acesso em: 19 jan 2020 | 2016 | Intervenção | Direito | Brasil |
| Gs15 | SILVA, Maria Isabele; ALBERTON, Mario Henrique. A Lei do Feminicídio 13.104/2015 e seus Impactos no Estado do Paraná. Revista de Estudos Jurídicos , v. 2, n. 29, 2019. | 2019 | Teórico | Direito | Brasil |
| Gs16 | FONSECA, Vanessa do Nascimento. “Precisamos falar com os homens?”: uma análise dos efeitos da colonialidade nas estratégias de transformação das masculinidades. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019 | 2019 | Intervenção | Psicologia | Brasil |

Fonte: Elaborado pela autora

O primeiro artigo analisado (Gs1) é um resumo de trabalho apresentado em um seminário sobre violência de gênero realizado em 2013 em Florianópolis - SC. O trabalho buscou relatar a experiência do projeto de extensão "Empoderando Mulheres da Universidade Federal do Rio Grande - FURG" que realizou, em 2012, o primeiro Curso de Promotoras Legais Populares da cidade do Rio Grande - RS. O projeto é oferecido por meio de parceria entre os cursos Direito e Psicologia articulados com o poder público local e utiliza a estratégia do empoderamento de mulheres a partir da formação a respeito de temas como: Direitos Individuais e Sociais; Direitos das Mulheres e relações familiares; Gênero e sexualidade; Prevenção de DST/AIDS; Prevenção às drogas; Relações étnico-raciais; Educação Ambiental e Geração de Renda. É previsto que estas mulheres atuem como multiplicadoras (promotoras legais populares) e disseminadoras de novos saberes e informação, colaborando então para a transformação de sua realidade concreta e, conseqüentemente, para a conquista paulatina de uma sociedade justa e sustentável. Apesar de algumas dificuldades relatadas, como a alta evasão de participantes (o curso iniciou com 40 inscritas e 15 o concluíram), o projeto obteve bons resultados com o empoderamento de mulheres capacitadas para atuar como multiplicadoras da luta pela defesa de direitos e gerar impactos positivos em suas comunidades, além de destacar a importância de projetos extensionistas, que combinam a prática social com a pesquisa e o ensino, com ações articuladas internamente no contexto universitário.

O segundo trabalho (Gs2) analisado foi uma dissertação de mestrado em Direito, publicada em 2019, que buscou investigar, por meio de uma discussão teórica, se, em relação às políticas públicas transversais de gênero, as diretrizes do Plano Nacional da Educação estão sendo observadas pelo Estado do Rio Grande do Sul. O trabalho utilizou um método de abordagem dedutivo e explicativo, em que por meio da exposição de diversos conceitos e da sua explicação buscou auxiliar nas conclusões sobre o assunto tratado na pesquisa. O estudo destacou como a dominação nas relações de gênero desencadeia a prática da violência e como, apesar das transformações sociais advindas a partir da criação de instrumentos normativos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), na realidade vivenciada no Brasil estes instrumentos ainda estão no campo das formalidades. Em relação ao Plano Nacional de Educação de 2014 a autora destaca que o mesmo não prevê gênero como problema social a ser abordado pela educação, o que permite que os planos estaduais e municipais que dele decorrem também sejam omissos em relação a essa questão que é tão fundamental em um país

com dados de violência e mortalidade de mulheres e população LGBTQ tão altos como é o caso do Brasil. O estudo destaca ainda como a educação é um meio importante de prevenção da violência de gênero em função dos espaços para discussões, debates e práticas reflexivas que ela proporciona. Destaca ainda que para modificar questões que violem direitos humanos e fundamentais, como é a questão da violência e discriminação de gênero, é fundamental que a formulação, implementação e avaliação de qualquer política pública sejam realizadas a partir de um diagnóstico de cada local onde a mesma será desenvolvida, atenção à sua implementação, bem como acompanhamento e posterior avaliação de sua eficácia.

O terceiro trabalho (Gs3) foi publicado em 2017 e consiste em Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Saúde Coletiva. O estudo buscou identificar se existem protocolos para atendimento das mulheres vítimas de violência de gênero e como se dá seu acolhimento nas unidades básicas de saúde do município de Foz do Iguaçu-PR. A autora observa que as ações e programas para o combate à violência são escassas e, quando acontecem, ocorrem apenas em ocasiões pontuais e não por meio de um trabalho contínuo. Embora exista um protocolo de atendimento às mulheres vítimas de violência, ele é pouco conhecido nas unidades de saúde do município. Diante de situações de violência, os profissionais da saúde relataram encaminhar mulheres vítimas de violência geralmente para o Centro de Referência de Atendimento à Mulher Vítima de Violência (CRAM). Em casos de violência física ou psicológica, também ocorriam encaminhamentos para o atendimento médico e psicológico e, nos casos em que as mulheres relatavam ter sido vítimas de violência sexual, geralmente era realizado o encaminhamento para o hospital de alta complexidade. Os profissionais relataram que, por vezes também orientam e encaminham as vítimas a procurarem a delegacia para que possam fazer a denúncia contra o agressor. A autora observa que o desconhecimento quanto aos protocolos de atendimento às vítimas implica em que os profissionais realizem os atendimentos e encaminhamentos dos casos da maneira como acham mais correta, o que pode comprometer o atendimento às vítimas, dificultar sua inserção na atenção básica à saúde, bem como sub notificação dos dados destinados à vigilância epidemiológica.

O quarto trabalho analisado (Gs4) foi um artigo de discussão teórica da área de Saúde Coletiva, publicado em 2008. O estudo objetivou realizar uma reflexão sobre a incorporação dos homens e da perspectiva de gênero nos esforços de prevenção e atenção à violência contra as mulheres. Os autores e a autora discutem três críticas

importantes relativas a essa questão. A primeira se refere à ausência de comprovação quanto à eficácia dos programas de atenção aos homens agressores; a segunda é o fato de que a violência desses homens é vista por muitos programas como uma patologia, o que impossibilita a responsabilização dos mesmos por seus atos; e a terceira é que os poucos recursos governamentais e privados devem ser direcionados especificamente para as vítimas da violência praticada, e não para os homens autores de tais atos. Os autores e a autora destacam ainda que a violência é decorrente da busca dos homens por cumprir as “normas” de um modelo hegemônico de masculinidade e que isso é prejudicial para a saúde e bem-estar de todos e todas. Eles e ela concluem então com a indicação de que as intervenções com homens autores de violência não são o melhor nem o único caminho para eliminar a violência contra as mulheres; entretanto, quando integradas com outras ações dirigidas às mulheres, esse pode ser um importante meio para promover a equidade de gênero e diminuir a violência.

O quinto trabalho analisado (Gs5) refere-se à apresentação em uma mesa Temática sobre "Direitos Humanos e Movimentos Sociais" sobre um projeto de mestrado visando investigar como as universidades brasileiras têm buscado tratar a violência de gênero e violência sexual ocorridas em seus âmbitos. Em se tratando de projeto, não foram apresentados resultados da pesquisa e sim abordada a relevância da temática a ser investigada a partir de uma contextualização sobre as ações que têm tratado da violência de gênero e violência sexual em universidades de vários países. No projeto de pesquisa estava prevista a análise de estatutos e regimentos internos das universidades brasileiras com maior número de estudantes de cada estado da federação e do distrito federal, e outros documentos em que constem normas referentes à ação em relação a essa forma de violência. Além disso, as autoras previam a realização de entrevistas com mulheres que vivenciaram violências de gênero no âmbito universitário.

O sexto trabalho analisado (Gs6) também é uma dissertação de mestrado, porém da área de Saúde Pública publicada em 2008. A dissertação teve dois objetivos: a) realizar uma reflexão crítica sobre intervenções com homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher, tendo como base a análise de literatura nacional e estrangeira sobre o tema e informações colhidas em um programa de prevenção e atenção à violência doméstica e familiar do sul do Brasil e b) Identificar como profissionais que atuam em um programa governamental de atenção e prevenção à violência doméstica e familiar compreendem o envolvimento dos homens autores de violência e da dimensão de gênero nesse contexto. O autor destaca que é possível notar,

a partir das falas de alguns participantes homens autores de violência contra mulheres, a responsabilização das mulheres pela violência por eles cometida. Além disso, pontua que o modelo ecológico de compreensão da violência mostra-se profícuo para o debate sobre as causas e formas de combate à violência de gênero, pois propõe que a violência seja resultado da interação entre fatores individuais, relacionais, comunitários e sociais, permitindo uma compreensão mais ampla em relação a um fenômeno social tão complexo.

O sétimo trabalho analisado (Gs7) é um relatório sobre uma pesquisa realizada por organizações não-governamentais que atuam em relação à participação dos homens na temática da prevenção da violência. O relatório foi publicado em 2003 e a pesquisa teve como objetivo explorar as atitudes de homens e o uso de violência contra mulheres, a partir da perspectiva dos homens, utilizando a abordagem relacional de gênero, e verificando a associação entre VdG e saúde sexual e reprodutiva. Participaram do estudo homens com idades entre 15 e 49 anos, a maioria casado ou em união estável, residentes de três comunidades diferentes (uma de baixa renda, uma de classe média e uma de alta renda) do município do Rio de Janeiro. A pesquisa destacou que, principalmente entre os homens mais jovens, foi mencionado que o comportamento feminino não é digno de confiança e assuntos domésticos como renda e filhos são considerados frequentemente como motivos para os desentendimentos e para o uso de violência contra as companheiras. Ademais, os homens jovens geralmente se veem no direito de terem parceiras sexuais “adicionais”, podendo, todavia, usar violência caso descubram que a parceira os “traiu”. Diante de uma série de supostas justificativas para o uso de violência contra mulheres, 37,6% dos homens participantes da pesquisa concordaram com pelo menos uma das “justificativas”. O relatório indica ainda a importância de que sejam fortalecidas as ações já existentes de combate à VdG e de propor, como pauta da agenda pública, o envolvimento e a responsabilização de homens nessa problemática.

O oitavo trabalho analisado (Gs8) é de 2011 e foi uma monografia desenvolvida para obtenção do título de especialista em Psicologia Clínica. O estudo investigou como homens que agridem suas companheiras, de forma sistemática, percebem e descrevem seu comportamento, possibilitando, assim, uma ampliação nas formas de enfrentamento do fenômeno da violência doméstica. A autora observou que de forma geral estes homens minimizam seu papel, colocando a responsabilidade sobre as mulheres, e justificam suas ações sob uma perspectiva simplista. Isto é observado, por exemplo, nos

relatos de que cuidado (ou a falta dele) com os filhos ou com a casa são usados como desculpas para as agressões. Os dados revelam que há dificuldade, entre os homens agressores, em se aceitarem como responsáveis pelas agressões que cometem contra suas companheiras. A autora conclui então que intervenções com homens autores de violência podem ter resultados bastante positivos quando integradas a outras ações e, dirigidas à questão do comportamento agressivo, essas intervenções podem ser um importante meio para promover a equidade de gênero e diminuir a violência.

O nono trabalho analisado (Gs9) foi realizado como trabalho de conclusão de curso para obtenção do título, em 2016, de especialista em Gênero e Diversidade na Escola. O estudo realizou uma análise sobre a importância das discussões de gênero e sexualidade nas escolas, da necessidade premente de ajustar o tema aos planos de educação, nas esferas municipal, estadual e federal. A autora traz a denúncia de como partidos políticos vinculados a igrejas cristãs (católicas, pentecostais, evangélicas) avançam nos poderes legislativos e executivos, impondo a religião como dogmática legal no ordenamento jurídico rechaçando os debates referentes a gênero e sexualidade. Ela explica que o Plano Nacional da Educação (2014-2024) iniciou um “silenciamento” da questão, o que gerou um “efeito dominó” em relação aos outros Planos das esferas estaduais e municipais, sendo também observado o silenciamento e a retirada de menções à sexualidade e gênero. De modo que, segundo a autora, um plano de educação nacional limitado e direcionado apenas a uma parte da sociedade, centrado na preservação e garantia somente dos direitos de sujeitos pertencentes aos padrões heteronormativos, promove uma educação que não condiz com a realidade social na qual se inserem uma diversidade de famílias.

O décimo estudo analisado (Gs10) é um trabalho de conclusão de curso da área de Serviço Social. O estudo realizado em 2013 teve o objetivo geral de analisar a percepção sobre a Lei Maria da Penha por homens privados preventivamente de liberdade devido a essa lei. Os objetivos específicos incluíram também a análise sobre a eficácia dessa lei e o entendimento desses homens acerca da violência contra a mulher. Quanto às características socioeconômicas dos participantes, a maioria eram negros, empobrecidos e usuários de álcool ou crack. Os resultados da pesquisa mostraram que todos participantes tinham conhecimento sobre a Lei Maria da Penha, mas apesar de concordarem com sua execução emitiram várias críticas sobre ela. Também foi observado que a maioria dos homens estava sob o efeito de álcool ou crack no ato da prisão, que poucos respondiam por outros crimes e muitos consideraram sua prisão

injusta. A autora discute que a prática da violência contra as mulheres, um dos tipos mais frequentes de violência praticados no Brasil, representa um obstáculo para a conquista da equidade de gênero. Ela destaca ainda que apenas a punição penal dificilmente será suficiente para possibilitar que os agressores reflitam e mudem sua conduta. Ao contrário, afirma a autora, ainda que necessário o uso de aparatos legais, o uso de estratégias políticas e pedagógicas, para além dos legais, pode representar instrumentos mais perenes para a construção de novos valores em nossa sociedade.

O décimo primeiro trabalho analisado (Gs11) foi uma dissertação de mestrado em Educação publicada em 2014. Nela a autora buscou compreender junto às participantes de um curso de Promotoras Legais Populares, que elementos presentes no desenvolvimento do curso podem ajudar a pensar a prática da Educação de pessoas Jovens e Adultas e outros espaços educativos. Participaram da pesquisa quatro mulheres de perfis diversos que haviam frequentado o curso de formação de Promotoras Legais Populares no ano da pesquisa. A autora discute que as desigualdades de gênero são históricas e trazem consequências para as vidas das mulheres em diferentes âmbitos, sendo as mulheres negras, empobrecidas e com baixa escolaridade as mais atingidas. Além disso, destaca a autora, apesar da maior escolarização das mulheres na sociedade, esse impacto positivo ainda não permitiu alcançar equidade no mercado de trabalho, nem a superação da violência de gênero. É discutido então como o conhecimento sobre as desigualdades de gênero e os direitos sociais da população feminina trazem elementos para que estas mulheres busquem melhores oportunidades no mundo, em diferentes aspectos. Como resultados das entrevistas realizadas, é possível destacar que as participantes relataram a importância de serem reconhecidas por terem maior conhecimento a respeito dos seus direitos, afirmaram que passaram a não admitir situações de discriminação e subordinação das mulheres, bem como terem se sentido estimuladas, com o curso, a voltar a estudar e buscar mais informações e conhecimentos de forma geral.

O décimo segundo trabalho analisado (Gs12) também é uma dissertação de mestrado em Educação, publicada em 2018. A pesquisa teve como objetivo evidenciar as contribuições teóricas e empíricas, no âmbito da educação, difundidas em artigos científicos nacionais e internacionais, relacionados à temática da violência de gênero na universidade, com destaque para a violência contra a mulher. As análises realizadas no estudo evidenciaram que há importantes referenciais, especialmente no que tange às publicações científicas internacionais, sobre como proceder para combater e prevenir a

VdG no contexto universitário. Entretanto, a literatura científica brasileira está ainda muito ligada à discussão e análise dos fatores que promovem e mantêm a violência de gênero nas universidades. A partir da literatura científica analisada a autora produz recomendações explícitas para o combate e a prevenção da VdG no contexto universitário.

O décimo terceiro trabalho analisado (Gs13) foi publicado em 2019 e consistiu em um artigo científico da área de Arquitetura. A partir de uma discussão sobre os usos dos espaços na sociedade contemporânea e sobre o papel da arquitetura como infraestrutura de encontro, a autora teve como objetivo no artigo discutir como o processo de redução das desigualdades de gênero pode ser dado a partir da produção de espaços de arquitetura que possibilitem o engajamento político, a ocupação do espaço público e o reconhecimento das mulheres como agentes de transformação da cidade. Ademais a autora destaca possíveis diretrizes orientadoras para a estruturação de um programa de necessidades de prevenção de violência.

O décimo quarto trabalho analisado (Gs14) é uma dissertação de mestrado em Gestão Pública. A pesquisa buscou realizar uma análise da Lei Maria da Penha, na execução da política pública do Núcleo Especializado de Atendimento ao Homem (NEAH) da Defensoria Pública do Pará. O autor discute se o NEAH tem contribuído ou não para prevenção de crimes de violência doméstica e familiar no município de Belém – PA, e avalia a potencialidade do Núcleo em construir políticas públicas a partir da sua atuação, por meio dos grupos de reflexão e terapêuticos. São pontuadas as principais dificuldades para o funcionamento adequado do núcleo, como o grande período em que o mesmo funcionou com ausência de defensores suficientes e com instalações precárias para o atendimento ao público, o que, segundo o autor, colabora para não participação do público (agressores) aos grupos terapêuticos e reflexivos, bem como implica que uma parcela não consiga ser atendida pela defensoria pública. Como fatores positivos em relação ao funcionamento do NEAH o autor destaca que, dentre os assistidos que participaram dos grupos de reflexão e terapêuticos, a maioria avaliou os serviços prestados como de boa qualidade.

O décimo quinto trabalho analisado (Gs15) foi um artigo da área do Direito em que se realiza um ensaio que analisa a Lei nº 13.104/2015, que prevê o feminicídio como homicídio qualificado e crime hediondo, e a Lei nº 13.104/2015 (Lei Maria da Penha), discutindo seus impactos na sociedade. Por meio de método dedutivo e pesquisa bibliográfica indireta, o trabalho discute a lei do feminicídio como uma evolução da Lei

Maria da Penha, com base na constatação de que a maioria dos casos concretos de feminicídio começa pela violência doméstica familiar. O autor conclui que a aprovação da Lei nº 13.104/2015 está fazendo com que o tema do feminicídio seja debatido por juristas e políticos para haver propostas e acompanhamento de medidas preventivas de enfrentamento à violência contra as mulheres, destacando que, sendo uma medida punitiva, esta lei não deve ser interpretada como medida de combate a esse tipo de violência.

O décimo sexto, e último trabalho brasileiro analisado (Gs16) a partir das buscas nessa base foi uma tese de doutorado em Psicologia, publicada no ano de 2019. O trabalho analisou como as masculinidades têm sido objeto de intervenções internacionais, discutindo o tema dentro de sua trama colonial-capitalística neoliberal e da cisheterossexualidade compulsória. A autora discute como prejudicial a busca por heróis que afirma ser muito frequente na sociedade brasileira, destacando as lutas individuais em detrimento das coletivas. Ela pontua também que determinados discursos para a inclusão dos homens na promoção da equidade de gênero os afastaram da luta contra o patriarcado, ou mesmo da equidade de gênero em si, fazendo que tal aproximação se tornasse um movimento por garantias apenas de mais direitos. Os resultados das análises realizadas sugerem que não é apenas pelo comportamento e atitudes individuais e privadas, ou apenas pela proposição de políticas públicas que serão realizadas mudanças sociais.

5.1.2 Resultados do levantamento realizado na base de dados Scielo

Nas buscas realizadas por meio da base Scielo, como mencionado anteriormente, foram utilizados os descritores “prevenção de violência de gênero”, em português, e foram captados 19 trabalhos, destes 14 trabalhos foram realizados no Brasil, um trabalho foi realizado por pesquisador estrangeiro referindo-se ao contexto brasileiro e quatro trabalhos foram realizados em outros países (dois deles no Chile, um no México e um na Espanha). Desse modo, 15 trabalhos foram analisados na categoria de Literatura Nacional e quatro na categoria Literatura Internacional. Todos os trabalhos captados pela base Scielo estão apresentados esquematicamente no Quadro 2, a seguir, e uma descrição resumida de cada trabalho é apresentada em seguida no corpo do texto.

Quadro 2 – Trabalhos captados no Scielo

| Código | Referência | Ano | Tipo de trabalho | Área do conhecimento | País |
|--------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|-----------------------|----------------------|-----------------|
| S1 | MURTA <i>et al.</i> 2013. Prevenção à violência no namoro e promoção de habilidades de vida em adolescentes. Psicologia USP , São Paulo, 2013 24(2), 263-288 | 2013 | Intervenção | Psicologia | Brasil |
| S2 | PAIXÃO, Gilvânia Patrícia do Nascimento <i>et al.</i> Situações que precipitam conflitos na relação conjugal: o discurso de mulheres. Texto & Contexto-Enfermagem , v. 23, n. 4, p. 1041-1049, 2014. | 2014 | Descritivo | Saúde | Brasil |
| S3 | BARKER, Gary. Violencia masculina o violencia patriarcal? Tendencias globales sobre hombres y violencia. Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana , n. 22, p. 316-330, 2016. Disponível em: < https://www.redalyc.org/pdf/2933/293345349014.pdf >. Acesso em 19 jan. 2020. | 2016 | Teórico | Sociologia | Portugal/Brasil |
| S4 | CECCON, Roger Flores; MENEGHEL, Stela Nazareth; HIRAKATA, Vania Naomi. Mulheres com HIV: violência de gênero e ideação suicida. Revista de Saúde Pública , v. 48, p. 758-765, 2014. | 2014 | Descritivo | Saúde | Brasil |
| S5 | ROCHA, Natália Hosana Nunes; BEVILACQUA, Paula Dias; BARLETTO, Marisa. Metodologias participativas e educação permanente na formação de agentes comunitários/as de saúde. Trabalho, Educação e Saúde , v. 13, n. 3, p. 597-615, 2015. | 2015 | Intervenção | Educação em saúde | Brasil |
| S6 | FLACH, Roberta Matassoli Duran; DESLANDES, Suely Ferreira. Abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais: uma análise bibliográfica. Cadernos de Saúde Pública , v. 33, p. e00138516, 2017. | 2017 | Revisão bibliográfica | Psicologia | Brasil |
| S7 | MEDRADO, Benedito; LEMOS, Anna Renata; BRASILINO, Jullyane. Violência de gênero: paradoxos na atenção a homens. Psicologia em Estudo , v. 16, n. 3, p. 471-478, 2011. Available from < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722011000300014&lng=en&nrm=iso >. access on 08 Dec. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722011000300014 . | 2011 | Descritivo | Saúde pública | Brasil |

| Código | Referência | Ano | Tipo de trabalho | Área do conhecimento | País |
|--------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|------------------|------------------------|--------|
| S8 | CARVALHO, Milca Ramaiane da Silva <i>et al.</i> Estratégias de enfrentamento da violência conjugal: Discurso de mulheres envolvidas com drogas. Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro , v. 23, n. 2, e20180291, 2019 . Available from < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452019000200223&lng=en&nrm=iso >. access on 08 Dec. 2019. Epub Apr 18, 2019. http://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2018-0291 . | 2019 | Descritivo | Saúde | Brasil |
| S9 | VASCONCELOS, Cristina Silvana da Silva; CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves. CARACTERIZAÇÃO, REINCIDÊNCIA E PERCEPÇÃO DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER SOBRE GRUPOS REFLEXIVOS. Psicol. Soc., Belo Horizonte , v. 31, e179960, 2019 . Available from < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822019000100225&lng=en&nrm=iso >. access on 08 Dec. 2019. Epub Nov 04, 2019. http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31179960 . | 2019 | Descritivo | Psicologia | Brasil |
| S10 | KRONBAUER, José Fernando Dresch; MENEGHEL, Stela Nazareth. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. Revista de Saúde Pública , v. 39, p. 695-701, 2005. Available from < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102005000500001&lng=en&nrm=iso >. access on 08 Dec. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102005000500001 . | 2005 | Descritivo | Saúde pública | Brasil |
| S11 | CASTILHO, Ela Wiecko V. de. A criminalização do tráfico de mulheres: proteção das mulheres ou reforço da violência de gênero?. cadernos pagu , n. 31, p. 101-123, 2008. Available from < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332008000200006&lng=en&nrm=iso >. access on 08 Dec. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332008000200006 . | 2008 | Teórico | Direito (Criminologia) | Brasil |
| S12 | GRANJA, Edna; MEDRADO, Benedito. Homens, violência de gênero e atenção integral em saúde. Psicologia & Sociedade , v. 21, n. 1, p. 25-34, 2009. Available from < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000100004&lng=en&nrm=iso >. access on 08 Dec. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000100004 . | 2009 | Descritivo | Saúde pública | Brasil |

| Código | Referência | Ano | Tipo de trabalho | Área do conhecimento | País |
|--------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|-----------------------|------------------------------|--------|
| S13 | FORNARI, Lucimara Fabiana; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Prevenção e enfrentamento da violência de gênero por meio de jogos educativos: uma revisão de escopo. RISTI-Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação , n. 33, p. 78-93, 2019. Disponível em: < http://www.scielo.mec.pt/pdf/rist/n33/n33a07.pdf > Acesso em: 19 jan. 2020 | 2019 | Revisão bibliográfica | Educação | Brasil |
| S14 | LAWRENZ, Priscila <i>et al.</i> Violência contra Mulher: Notificações dos Profissionais da Saúde no Rio Grande do Sul. Psicologia: Teoria e Pesquisa , v. 34, 2018. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722018000100527&lng=pt&tlng=pt > Acesso em: 19 jan. 2020 | 2018 | Descritivo | Saúde pública/ Psicologia | Brasil |
| S15 | MENEGHEL, Stela Nazareth; FARINA, Olga; RAMÃO, Silvia Regina. Histórias de resistência de mulheres negras. Revista Estudos Feministas , v. 13, n. 3, p. 567-583, 2005. | 2005 | Intervenção | Serviço social | Brasil |

Fonte: elaborado pela autora.

Os artigos descritos a seguir foram captados na base Scielo. O primeiro artigo brasileiro analisado a partir do levantamento realizado na base Scielo (S1) é da área de Psicologia e foi publicado em 2013. O estudo relata uma intervenção de prevenção primária da violência de gênero que teve como objetivo atuar sobre as crenças sexistas e homofóbicas entre adolescentes e sobre sua intenção de enfrentamento à violência no namoro, comparando esta população com adolescentes que não receberam a intervenção. O estudo teve um delineamento quase experimental e avaliou ainda os efeitos do programa sobre a prática de habilidades ensinadas no decorrer do programa e sua manutenção entre os adolescentes participantes cinco meses após o término do programa. Os participantes do grupo experimental receberam uma intervenção constituída de sete encontros grupais em que foram abordados temas como gênero, direitos e habilidades de vida. Os participantes do grupo controle não receberam qualquer intervenção. Os resultados apontam que houve maior redução das respostas sexistas hostis e homofóbicas explícitas e maior aumento em respostas não sexistas e não homofóbicas dentre os participantes que receberam a intervenção. Entretanto, não houve diferenças entre os participantes dos dois grupos quanto às respostas sobre a intenção de enfrentamento à violência no namoro. Resultados positivos também foram obtidos na avaliação de processo, que indicou a prática de habilidades interpessoais positivas durante e após cinco meses da aplicação do programa.

O segundo artigo analisado (S2) foi publicado em 2014 e é das áreas de Saúde Pública e Enfermagem. O estudo teve o objetivo de analisar situações que precipitam ou intensificam conflitos na relação conjugal, a partir do discurso de mulheres vítimas de violência doméstica. Os resultados mostraram que a relação de controle e dominação do homem para com a mulher é ainda presente na vida dessas participantes e que o ciúmes, a infidelidade do companheiro, a paternidade e maternidade sem planejamento e o uso de álcool e drogas são situações que precipitam ou intensificam os conflitos conjugais. O lugar social da mulher ainda é percebido como restrito à esfera privada, exigindo atitudes de obediência e submissão por parte das mulheres. Também foi observado um padrão variado de moralidade e normas para a (in)fideliidade praticada por cada sexo, com tolerância à traição praticada pelos homens enquanto que a infidelidade feminina acirra as situações de violência contra a mulher por parte do parceiro. Segundo as próprias autoras, a principal limitação do estudo foi não apresentar estratégias outras para resolução de conflitos, que não utilizem de meios desrespeitosos e violentos. Por fim, a autora destaca a importância do preparo por parte da equipe de saúde que atua

nos diversos espaços de atendimento às mulheres e que pode ser de sumária importância no enfrentamento das situações de violência.

O terceiro artigo analisado (S3) foi publicado em 2016, é da área de Sociologia e seu autor é português. O artigo discute diferentes formas de violência que ocorrem em vários países do mundo, incluindo Brasil. O estudo examina como a violência é baseada em complexas relações de poder em que homens de baixa renda ou pertencentes a grupo específicos, como homens indígenas ou de grupos sociais etnicamente excluídos, sofrem a violência por parte de homens mais poderosos. O autor argumenta pela superação do que chama de modelo repressivo simplista de prevenção da violência que, segundo ele, costuma ignorar desigualdades estruturais, em favor de um modelo que compreenda interseccionalidades e múltiplas dimensões de poder ao mesmo tempo em que considere também as dimensões de poder na violência de homens contra mulheres. O autor discute ainda como a punição da transgressão das leis é diferente para homens de classe média ou de baixa renda, pois são estes os que têm maior probabilidade de enfrentar a violência policial e o encarceramento.

O quarto artigo analisado (S4) é da área de Saúde e foi publicado em 2014. O estudo teve o objetivo de analisar a relação entre violência de gênero e ideação suicida em mulheres com HIV. Os resultados mostraram que a idade da primeira relação sexual ser menor que 15 anos, ter maior número de filhos, pobreza, ter maior tempo de vida com HIV e a presença de violência foram fatores estatisticamente associadas à ideação suicida. As mulheres que expressaram ideação suicida eram mais pobres, referiram a primeira relação sexual em idade mais jovem, possuíam maior número de filhos, maior tempo de vida com HIV e referiram alta prevalência de violências. O autor e as autoras discutem então a importância da utilização da categoria gênero em estudos epidemiológicos.

O quinto artigo analisado (S5) também é da área de Saúde e foi publicado em 2015. O trabalho trata das metodologias participativas e a educação permanente de agentes comunitários de saúde buscando medir o impacto dessa metodologia no processo de construção do pensamento reflexivo a partir de uma formação realizada no município de Viçosa-MG. Tal metodologia se mostrou bastante significativa, especialmente para abordar os temas de “prevenção de doença e promoção da saúde” e “violência de gênero”. As autoras destacam como o processo participativo do projeto ocorreu desde seu planejamento até sua execução, sempre buscando a construção coletiva do saber.

O sexto artigo analisado (S6) é uma publicação da área de Psicologia ocorrida em 2017. O trabalho buscou compreender como o abuso digital ocorrido nas relações afetivo-sexuais tem sido abordado na literatura científica. Mais especificamente, quais designações lhe tem sido atribuídas, quais implicações para a saúde são descritas e quais tecnologias sociais de intervenção são sugeridas. O estudo defende, com base nos dados obtidos, que as intervenções devem focar menos na ideia de controle do uso das tecnologias, uma vez que estas constituem um eixo central na sociabilidade juvenil contemporânea, e mais na discussão sobre a banalização das violências que ocorrem cotidianamente nas relações afetivo-sexuais dos jovens desde suas primeiras relações.

O sétimo artigo analisado (S7) é da área de Saúde Pública e foi publicado em 2011. O trabalho analisou os posicionamentos e argumentos construídos por profissionais que atuam na rede de enfrentamento à violência contra as mulheres acerca das possibilidades e modalidades de atenção aos homens denunciados. O autor e as autoras adotam a perspectiva do aspecto relacional da violência contra a mulher, ao invés da noção de vítima e algoz. Ele e elas discutem então que muitos profissionais fazem referências a vícios e transtornos associando-os diretamente à violência denunciada, levando a uma desresponsabilização dos agressores por seus comportamentos. E concluem afirmando que, para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra mulher, é necessário que ela seja considerada em sua dimensão relacional, com marcações políticas, históricas e culturais, e não como uma violência de sexo, restrita exclusivamente ao corpo ou à experiência das mulheres.

O oitavo artigo analisado (S8) foi publicado em 2019 e é também da área de Saúde, Enfermagem. O trabalho buscou apreender as estratégias de enfrentamento da violência conjugal que são utilizadas por mulheres envolvidas com álcool e outras drogas. A partir de entrevistas com 19 mulheres, as autoras observaram as dificuldades geradas por certas normas sociais em relação a homens e a mulheres, que as mulheres se esforçam para mudar atitudes, utilizar o diálogo na busca pelo enfrentamento de eventos estressores sem o uso de violência, e também que elas buscam o suporte familiar e institucional que as apoiem no enfrentamento da violência conjugal. Destacam, assim, a relevância da articulação intersetorial e do preparo profissional para o adequado atendimento às mulheres vítimas de violência.

O nono artigo analisado (S9) também é de 2019, da área de Psicologia. O estudo buscou caracterizar os homens autores de violência que participaram de grupos reflexivos realizados pelo Núcleo Especializado de Atendimento ao Homem (NEAH),

na Região Metropolitana de Belém. As autoras observaram que é complicada a tarefa de definir um perfil único para esses homens, pois possuem subjetividades em cujas manifestações de cunho machista e representações sociais moldadas pela sociedade patriarcal podem ter características bem distintas.

O décimo artigo analisado (S10) é da área de Saúde Pública e foi publicado em 2005. O trabalho teve o objetivo de estudar prevalência e o perfil da violência de gênero (física, psicológica e sexual) perpetrada contra a mulher pelo parceiro(a) atual ou passado entre usuárias de uma unidade básica de saúde de Porto Alegre – RS. Os resultados destacaram a alta prevalência de casos de violência dentre as usuárias e que não eram conhecidos pelos profissionais de saúde que as atendem. Além disso, as autoras destacam a “invisibilização” de violências pelas próprias mulheres que sofrem ao entendê-las como eventos naturais ou banais. As autoras concluem que as mulheres que sofrem violências procuram mais pelos serviços de saúde e contam sobre as situações de violência vividas quando a elas são oferecidas condições de escuta e acolhimento. Desse modo, é recomendada a adequada formação dos profissionais que atuarão nos serviços de atenção primária em saúde para oferecer ou facilitar tais condições.

O décimo primeiro artigo analisado (S11) foi publicado em 2008 e traz uma discussão teórica da área do Direito (Criminologia). O trabalho analisou o conteúdo de 23 decisões judiciais proferidas no período de 2004 a 2008, em casos de tráfico de mulheres para a prostituição (art. 231 do Código Penal) a partir da Criminologia Crítica feminista, com o objetivo de verificar se os juízes avaliam o fato na perspectiva de gênero, de maneira a não reforçar a discriminação e a violência contra as mulheres. A autora revela que há posições ambíguas entre o respeito à liberdade sexual e dignidade humana e a proteção da moralidade pública, além de uma sobrevitimização das mulheres tornando duvidosa a aplicação da lei penal de prevenção ao tráfico. Outra constatação discutida pela autora é que o trabalho sexual, apesar de não constituir crime, produz a mesma estigmatização reservada para os criminosos.

O décimo segundo trabalho analisado (S12) é de 2009 e da área de Saúde Pública. Nele a autora buscou identificar como profissionais que atuam na rede de enfrentamento à violência contra as mulheres se posicionam acerca das possibilidades de atendimento a homens autores de violência, no Sistema Único de Saúde (SUS). Os resultados mostraram como os serviços de saúde não são porta de entrada para os tantos casos de violências que não causem danos físicos. A autora conclui destacando a

importância da criação de políticas públicas para a prevenção da violência doméstica por meio de ações voltadas para os homens.

O décimo terceiro artigo analisado (S13) é de 2019, da área de Educação e nele foi realizada uma revisão sistemática para conhecer os jogos educativos utilizados para abordagem da violência de gênero. A análise dos dados possibilitou identificar 11 jogos educativos que abordavam essa forma de violência. A autora discute que a liberdade de decisão e autonomia garantida aos jogadores durante uma partida podem gerar experiências emocionais a partir da interação entre os participantes, bem como o cenário do jogo pode possibilitar a ressignificação de experiências externas.

O décimo quarto artigo analisado (S14) foi publicado em 2018 e é da área da Saúde. O trabalho teve como objetivo caracterizar as situações de violência contra mulheres notificadas pelos profissionais da saúde no Rio Grande do Sul. As análises permitiram identificar a gravidade das agressões sofridas pelas mulheres desse estado, corroborando dados indicativos da incidência da violência apresentados pela literatura. Além disso, foi destacada a importância da notificação pelos profissionais da saúde que atendem esses casos, permitindo a identificação de fragilidades nas informações notificadas, e nos encaminhamentos realizados, o que ressalta a necessidade de investimentos na capacitação dos profissionais da saúde.

O décimo quinto e último artigo brasileiro analisado (S15) é de 2005 e da área de Serviço Social. O estudo teve como objetivo realizar oficinas de contação de histórias para um grupo de mulheres negras em situação de violência de gênero, por meio de histórias do feminino, especificamente histórias africanas. A intervenção realizada permitiu o empoderamento de algumas das participantes e da própria equipe de pesquisadoras. As autoras discutem, a partir dos dados, que não basta mudar as condições objetivas se não forem mudados também micro poderes e as subjetividades.

5.1.3 Caracterização geral sobre trabalhos referentes ao contexto brasileiro

São apresentadas a seguir as caracterizações gerais dos estudos brasileiros, ou que se referiam ao contexto nacional, analisados na presente pesquisa segundo as categorias anteriormente mencionadas.

Dos 40 trabalhos analisados a partir do levantamento realizado nas bases Google Acadêmico e Scielo, 31 deles se referiam ao contexto brasileiro sendo que, quanto ao tipo de publicação realizada, 18 trabalhos encontrados são artigos científicos, seis (6)

são dissertações de mestrado ou tese de doutorado, quatro (4) são trabalhos de conclusão de curso ou monografia, dois (2) trabalhos são apresentações em congresso ou seminário e um (1) trabalho correspondeu a relatório de pesquisa divulgado no site da própria instituição. Estas publicações abarcaram desde o ano de 2003 até 2019, sem diferenças expressivas entre os anos.

Quanto às áreas de conhecimento, doze (12) trabalhos são da área de saúde, incluindo-se as áreas de Saúde Pública, Enfermagem e Educação Em Saúde; seis (6) trabalhos são da área do Direito, cinco (5) trabalhos são da área de Educação, sete (7) trabalhos são da área de Psicologia, dois (2) trabalhos são da área de Serviço Social; um (1) trabalho é da área de Sociologia e um (1) trabalho é da área de Arquitetura.

Quanto aos tipos de trabalhos realizados dentre os estudos analisados a partir dessas duas bases de dados, em relação ao contexto brasileiro, foram analisados 14 trabalhos descritivos sobre fenômeno da violência de gênero. Isto é, trabalhos que visavam retratar a incidência da violência em contextos determinados, descrever as concepções das vítimas sobre a VdG, ou suas estratégias de enfrentamento, as concepções de agressores, as atuações de profissionais da saúde em relação à violência. Sete (7) trabalhos consistiram em discussões teóricas sobre formas ou temas relacionados à violência de gênero. Três (3) trabalhos consistiam em revisões bibliográficas relacionadas à violência de gênero e à sua prevenção. Sete (7) trabalhos apresentaram relatos sobre intervenções cujo foco era a prevenção da violência de gênero em diferentes contextos (mulheres da comunidade, adolescentes e agentes comunitárias de saúde).

Dos sete trabalhos que apresentaram intervenções, três (3) são da área de Psicologia, um (1) trabalho é entendido como pertencente tanto à área de Psicologia como do Direito, um (1) é da área de Serviço Social e um (1) é da área de Educação em Saúde e apenas um (1) trabalho da área de Educação que tratou de intervenções preventivas da violência de gênero.

5.2 DESCRIÇÃO DO LEVANTAMENTO QUANTO À LITERATURA CIENTÍFICA INTERNACIONAL

Nesse tópico são apresentados os resultados referentes à literatura internacional a partir dos trabalhos captados nas quatro bases de dados consultadas nessa tese.

5.2.1 Resultados do levantamento de artigos internacionais realizado Google Acadêmico e Scielo

A partir das buscas realizadas nas bases de dados Google Acadêmico e Scielo foram encontrados nove (9) artigos que não se referem ao Brasil. Esses trabalhos estão apresentados de maneira esquemática no Quadro 3 e são descritos resumidamente em seguida.

Quadro 3 – Artigos da literatura internacional captados pelas bases Google Acadêmico e Scielo

| Código | Referência | Ano | Tipo de trabalho | Área do conhecimento | País |
|---------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-------------------------|-----------------------------|-------------|
| Gs17 | N NAVARRO-MANTAS, Laura; VELÁSQUEZ, Marta J. Tools for gender violence prevention: implications of keeping records of everyday situations of gender inequality. Acta Colombiana de Psicología , v. 19, n. 2, p. 149-158, 2016.. Available from < http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-91552016000200007&lng=en&nrm=iso >. access on 03 Dec. 2019. http://dx.doi.org/10.14718/ACP.2016.19.2.7 . | 2016 | Intervenção | Psicologia | El Salvador |
| Gs18 | MAGALHÃES, Maria José <i>et al.</i> Relatório português sobre a implementação do Projeto Bystanders . 2018. | 2018 | Intervenção | Educação/Psicologia | Portugal |
| Gs19 | MAGALHÃES, Maria José <i>et al.</i> Currículo de prevenção da violência de género: um contributo do programa de prevenção da UMAR. Ensino transversal: flexibilidade curricular e inovação , 2018. | 2018 | Intervenção | Educação | Portugal |
| Gs20 | TEIXEIRA, Ana Margarida Pacheco. A igualdade de género e a prevenção da violência: uma problemática educacional no desenvolvimento local . 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto. 2015. | 2015 | Intervenção | Educação | Portugal |
| Gs21 | MOURA, Tatiana. Masculinidades. Dicionário Alice , 2019. Consultado a 29.11.19, em https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id_lingua=1&entry=24318 . ISBN: 978-989-8847-08-9 | 2019 | Teórico | Sociologia | Portugal |

| Código | Referência | Ano | Tipo de trabalho | Área do conhecimento | País |
|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|------------------|----------------------|---------|
| S16 | CÁCERES PÉREZ, Daniela Isabel. About the Semantics of the Femicide in Chile. Sociedad y economía , n. 31, p. 239-262, 2016. Disponível em: < http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-63572016000200011&lng=pt&tlng=pt > Acesso em: 18 jan. 2020 | 2016 | Teórico | Psicologia | Chile |
| S17 | CALLEJÓN-CHINCHILLA, María Dolores; GILA-ORDÓÑEZ, Juana María. Necesidad de trabajar las relaciones de pareja saludable desde contextos socio-educativos. Sophia , v. 14, n. 1, p. 31-38, 2018. Disponível em: < http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-89322018000100031&lng=pt&tlng=pt > Acesso em: 19 jan. 2020 | 2018 | Teórico | Educação | Espanha |
| S18 | FUENTES MATA, Irma; NAVARRETE OCHOA, Elsa Cristina; ROMERO ZEPEDA, Hilda. Preferencias musicales en preadolescentes y la formación de la identidad de género. RIDE. Rev. Iberoam. Investig. Desarro. Educ , Guadalajara, v. 8, n. 15, p. 210-232, dic. 2017. Disponible en < http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-74672017000200210&lng=es&nrm=iso >. accedido en 08 dic. 2019. http://dx.doi.org/10.23913/ride.v8i15.297 . | 2017 | Descritivo | Educação | México |
| S19 | SANDOVAL OBANDO, Eduardo; PENA, Juan Carlos. Violencia de género y discriminación arbitraria en una universidad privada chilena: una exploración inicial. Sophia , Armenia, v. 15, n. 2, p. 55-70, Sept. 2019. Available from < http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-89322019000200055&lng=en&nrm=iso >. access on 08 Dec. 2019. http://dx.doi.org/10.18634/sophiaj.15v.2i.945 . | 2019 | Descritivo | Educação | Chile |

Fonte: Elaborado pela autora

Iniciando a descrição dos trabalhos analisados com aqueles captados pelo Google Acadêmico, o primeiro deles, (Gs17), é da área de Psicologia Social e foi publicado em 2017. Nele as autoras apresentam os resultados qualitativos sobre a implementação de uma técnica de registros diários de situações de desigualdade de gênero no cotidiano aplicada em um programa de prevenção da violência de gênero em El Salvador, que também foi implementado em outros dois países: Argentina e Espanha. Os resultados mostraram que, em comparação com o grupo controle, a intervenção realizada provocou a diminuição de crenças sexistas e de culpabilização das vítimas de violência. Destacam que os resultados foram significativos tanto para os homens como para mulheres que participaram do estudo. Desse modo, tanto o treinamento específico em prevenção da desigualdade de gênero e violência contra a mulher como o instrumento para registrar situações de desigualdade de gênero na vida cotidiana parecem ser ferramentas eficazes para reduzir atitudes sexistas e avançar para a mudança social.

O segundo trabalho examinado (Gs18) foi publicado em 2018 e se trata de um relatório sobre a implementação do Projeto *Bystanders* em Portugal. O projeto visa aumentar a consciência acerca do assédio sexual nas escolas e capacitar estudantes, docentes e funcionários (as) para intervir em situações de assédio sexual. Ainda que com algumas dissonâncias discutidas pelas autoras, os resultados do projeto foram o maior reconhecimento, por parte de estudantes sobre situações de assédio sexual. As autoras também avaliaram que o programa poderia conter mais intervenções com o grupo docente, que nesse projeto foi abordado como objetivo complementar.

O terceiro trabalho analisado (Gs19) também foi publicado em 2018 e também é de Portugal. O artigo apresenta uma discussão sobre a estratégia pedagógica utilizada pela associação UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta a fim de contribuir com o conhecimento para a elaboração de um currículo de prevenção da violência de gênero a ser incluído no currículo nacional português. As autoras argumentam que é necessário desenvolver um “novo” currículo que defenda a heterogeneidade da comunidade educativa em vista da hegemonia nos conteúdos curriculares, e rever as próprias metodologias e ferramentas pedagógicas que tendem a perpetuar as discriminações de gênero, classe social, etnia e de orientação sexual.

O quarto trabalho analisado (Gs20) foi uma dissertação de mestrado em Educação publicada em 2015, também em Portugal. O estudo apresenta uma investigação exploratória e uma intervenção em escolas da cidade de Porto durante o

ano letivo 2014/2015. A intervenção teve o objetivo de sensibilizar e consciencializar crianças e jovens sobre as concepções estereotipadas de gênero presentes na sociedade portuguesa a que classifica como patriarcal, sexista e homofóbica. A autora conclui tecendo reflexões sobre as aprendizagens obtidas com a experiência, seus aspectos positivos e desafios.

O quinto trabalho analisado (Gs21) é da área de Sociologia e o formato é uma publicação digital de um dicionário informal. O texto traz definição sobre o termo “masculinidades” e tece reflexões sobre os estudos de gênero.

Passando então para os trabalhos captados na base Scielo, o sexto artigo (S16), publicado em 2016, é um trabalho teórico da área Psicologia que buscou discutir três aspectos principais em relação ao femicídio. O primeiro é compreender este fenômeno e o da violência a partir da teoria dos sistemas com uma perspectiva de gênero; em seguida discute o projeto de lei do femicídio no Chile, sua tematização e introdução no parlamento e, então, a partir de grupos de discussão, é analisado o impacto da semântica que a promulgação dessa lei teve na sociedade chilena em 18 meses de sua vigência. A autora destaca que o termo femicídio não enfatiza com precisão a relação entre a vítima e o vitimador (aquele que vitimiza), o que dificulta a compreensão de sua gravidade. E conclui o texto afirmando que em países onde o feminicídio/femicídio possui legislação abrangente e especializada, podem ser incorporados aspectos importantes para a compreensão e aplicação da lei, diferentemente do que ocorreu no Chile.

O sétimo trabalho (S17) foi publicado em 2018 e consiste de uma discussão teórica da área de educação integral realizada na Espanha. O artigo traz uma reflexão sobre a necessidade de promover relacionamentos saudáveis em contextos sócio-educacionais. As autoras argumentam que o uso de metodologias e recursos que utilizem as artes e mobilizem a criatividade é importante, pois permite a integração cognitivo-emocional, inevitável para construir identidades saudáveis.

O oitavo artigo estudado (S18) é uma publicação mexicana de 2017. Ele traz os resultados preliminares de um projeto educativo que busca conhecer as preferências de consumo de música em crianças de educação básica e identificar os fundamentos adequados para programas de treinamento em apreciação musical que promova a prevenção da violência de gênero. As autoras discutem os efeitos do consumo cultural em massa, com destaque para as músicas, e seus efeitos sobre a formação dos papéis de gênero em adolescentes; também identificam a necessidade de atuar com professores,

gerentes, empregadores e pais, como fatores influentes nas determinações dadas ao uso da música no ambiente educacional, tanto no setor público e privado.

O nono artigo estudado (S19) foi publicado em 2019 e aborda a violência de gênero em uma universidade do Chile. O trabalho analisa discursos de mais de seiscentos participantes, a maioria mulheres, sobre a violência de gênero no âmbito universitário. Os resultados mostraram, dentre outros aspectos, que em torno de 30% das pessoas participantes já testemunharam ou vivenciaram alguma forma de violência (física, psicológica, de gênero, sexual ou religiosa) nesse contexto e a maioria não conhece a política da universidade. Os autores concluem, então, que apesar do aumento do acesso das mulheres ao ensino superior e de sua participação na força de trabalho, são muitas as dificuldades que impedem que os tratamentos às mulheres ocorram de maneira igualitária.

A seguir são apresentados os trabalhos captados e analisados a partir das bases *ERIC* e *Web of Science*.

5.2.2 Resultados do levantamento realizado na base *ERIC*

A partir da busca realizada na base de dados *ERIC*, foram realizadas buscas com os descritores “*gender-based violence prevention*” que resultou na captação de 10 trabalhos e “*gender violence prevention*” que resultou na captação de 12 trabalhos, a saber todos os artigos captados na primeira busca e outros dois novos. Eles estão apresentados sinteticamente no Quadro 4 a seguir e descritos em seguida.

Quadro 4 – Trabalhos captados no Eric

| Código | Referência | Ano | Tipo de trabalho | Área do conhecimento | País |
|--------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|------------------|----------------------|---------------------------------------------------|
| E1 | CAHILL, Helen <i>et al.</i> An Integrative Approach to Evaluating the Implementation of Social and Emotional Learning and Gender-Based Violence Prevention Education. International Journal of Emotional Education , v. 11, n. 1, p. 135-152, 2019. Disponível em: < https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1213610.pdf >. Acesso em: 19 jan. 2020. | 2019 | Intervenção | Educação | Austrália |
| E2 | GORDON, Allegra R. <i>et al.</i> Gender expression, violence, and <i>bullying</i> victimization: findings from probability samples of high school students in 4 US school districts. Journal of school health , v. 88, n. 4, p. 306-314, 2018. Disponível em: < https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/josh.12606 >. Acesso em: 19 jan. 2020. | 2018 | Descritivo | Educação | EUA |
| E3 | KAFONEK, Katherine; RICHARDS, Tara N. An examination of strategies for the prevention of gender-based violence at four-year institutions of higher education. Journal of school violence , v. 16, n. 3, p. 271-285, 2017. DOI: 10.1080/15388220.2017.1318576. Disponível em: < https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15388220.2017.1318576 >. Acesso em: 19 jan. 2020. | 2017 | Descritivo | Educação | EUA |
| E4 | GURMAN, Tilly A. <i>et al.</i> ‘By seeing with our own eyes, it can remain in our mind’: qualitative evaluation findings suggest the ability of participatory video to reduce gender-based violence in conflict-affected settings. Health education research , v. 29, n. 4, p. 690-701, 2014. Disponível em: < https://academic.oup.com/her/article/29/4/690/635975 >. Acesso em: 19 jan. 2020. | 2014 | Intervenção | Saúde Pública | Sudão do Sul, Uganda, Tailândia, Libéria e Ruanda |
| E5 | LANGFORD Linda. Preventing Gender-Based Violence: An Overview. Issues in prevention - Gender-Based Violence Prevention . The Higher Education Center for Alcohol, Drug Abuse, and Violence Prevention, abr. 2012, 7p. Disponível em: < https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED532219.pdf >. Acesso em: 19 jan. 2020. | 2012 | Descritivo | Educação | EUA |
| E6 | ROYSTER, Leigh-Anne A.; SMITH, Paige Hall. Sexual Violence Prevention and Response at Institutions of Higher Education in a Changing Federal Landscape: A Feminist Policy Analysis . 2017. Tese de Doutorado. University of North Carolina at Greensboro. Disponível em: < https://search.proquest.com/docview/1927929646 >. Acesso em: 19 jan. 2020. | 2017 | Descritivo | Filosofia | EUA |

| Código | Referência | Ano | Tipo de trabalho | Área do conhecimento | País |
|--------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|------------------|----------------------|------|
| E7 | UNITES STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (USAID). Doorways I: Student Training Manual on School-Related Gender-Based Violence Prevention and Response. Estados Unidos, 2009, 206p. | 2009 | Intervenção | Educação | EUA |
| E8 | UNITES STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (USAID). Doorways II: Community Counselor Training Manual On School-Related Gender-Based Violence Prevention and Response. Estados Unidos, 2009, 203p. | 2009 | Intervenção | Educação | EUA |
| E9 | UNITES STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (USAID). Doorways II: Community Counselor Reference Materials on School-Related Gender-Based Violence Prevention and Response. Estados Unidos, 2009, 77p. | 2009 | Intervenção | Educação | EUA |
| E10 | UNITES STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (USAID). Doorways III: Teacher Training Manual on School-Related Gender-Based Violence Prevention and Response. Estados Unidos, 2009, 224p. | 2009 | Intervenção | Educação | EUA |
| E11 | UNITES STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (USAID). Doorways III: Teacher Reference Materials on School-Related Gender-Based Violence Prevention and Response. Estados Unidos, 2009, 96p. | 2009 | Intervenção | Educação | EUA |
| E12 | ROBBIN, Debra J. <i>et al.</i> Educating Against Gender-Based Violence. Women's Educational Equity Act Publishing Center Digest , 1992. Disponível em: < https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED371248.pdf >. Acesso em: 19jan. 2020. | 1992 | Descritivo | Educação | EUA |

Fonte: elaborado pela autora.

O primeiro artigo localizado nessa base e considerado neste estudo (E1) é de 2019, da área da Educação, foi publicado na Austrália, a única publicação fora dos Estados Unidos identificada e analisada a partir dessa base. O artigo se refere a um programa relacionado à aprendizagem social e emocional e à violência de gênero. O objetivo do estudo foi destacar algumas das complexidades envolvidas na avaliação de programas e oferecer uma estrutura que possa ajudar a informar as decisões dos desenvolvedores e avaliadores de programas que trabalham nas áreas de aprendizagem social e emocional e prevenção de violência de gênero. As autoras destacam que a natureza altamente complexa da implementação de programas como esse depende de fatores que estão além do controle de professores e escolas, fatores como clima político e contexto, financiamento limitado, níveis variados de comprometimento entre as partes interessadas e a existência de intenções e interesses concorrentes e conflitantes na comunidade da escola.

O segundo artigo (E2) é de 2018, da área de Educação e aborda a expressão de gênero, a violência e o *bullying*. O objetivo do estudo foi examinar a associação entre expressão de gênero autorreferida e a vitimização na escola em amostras etnicamente diversas de alunos do ensino médio de quatro localidades urbanas. Os resultados mostraram que a não conformidade com os padrões de gênero está associada à violência e ao *bullying*, mesmo para estudantes heterossexuais. Garotas com atitudes altamente conformes com os padrões de gênero, em comparação com garotas no meio do espectro, podem estar enfrentando níveis mais elevados de assédio sexual. Com base nos resultados da pesquisa e nas discussões realizadas, o artigo traz indicações diretas para endereçar e prevenir o *bullying* e a violência nas escolas.

O terceiro artigo (E3) é de 2017, da área de Educação e aborda a violência de gênero nas universidades dos Estados Unidos. O objetivo do estudo foi examinar *sites* de uma amostra nacionalmente representativa de Instituições de Ensino Superior (IES) que oferecem cursos de graduação de pelo menos quatro anos, avaliando a prevalência e o escopo de programas educacionais voltados para a prevenção da violência de gênero. Foi observado que embora a maioria das IES possuíssem programas sobre violência que tratassem de agressão sexual, menos programas abarcavam assuntos como violência no namoro, violência doméstica e perseguição conforme exigido pela lei SaVE Campus³.

³ *Campus Sexual Violence Elimination Act*, ou *Campus SaVE Act* ou *SaVE Campus* é uma lei federal dos Estados Unidos e que aumenta a transparência sobre casos de violência sexual, garante os direitos das

Além disso, apenas 30% delas desenvolvem intervenção com espectadores (*bystanders intervention*).

O quarto artigo (E4) é de 2014 e apresenta os resultados de uma intervenção que promoveu a criação de vídeos que abordavam a violência de gênero e normas sociais, tendo sido realizada por pesquisadores de cinco países diferentes (Sudão do Sul, Uganda, Tailândia, Libéria e Ruanda). Os países eram zonas de pós-conflito e os vídeos foram produzidos pela própria comunidade de participantes com auxílio de equipes de especialistas. Os resultados demonstraram que os vídeos aumentaram a consciência dos participantes sobre os direitos das mulheres e sobre igualdade de gênero. Segundo os autores, as intervenções ajudaram a começar a dismantelar a cultura do silêncio quanto à violência de gênero, incentivando as sobreviventes a acessar serviços de saúde e de aplicação da lei. Além disso, homens e mulheres também relataram mudanças de atitude e comportamentais relacionadas a tópicos como espancamento de mulheres, denúncia de violência baseada em gênero e educação das meninas. Os autores discutem que os resultados tão positivos podem se dever ao fato de as entrevistas terem sido realizadas com participantes que se envolveram mais diretamente na elaboração dos vídeos, possivelmente, membros da comunidade que já estivessem mais sensíveis à temática. Ainda assim, a elaboração de mídias com características reais das comunidades em que foram realizadas proporcionou que os participantes avaliassem os vídeos como críveis e atraentes.

O quinto documento analisado (E5) é uma publicação de 2012 e consiste em um guia de sete páginas desenvolvido pelo *Higher Education Center* dos Estados Unidos. O texto apresenta uma visão geral sobre a violência de gênero, algumas leis e políticas sobre prevenção a respeito do tema e diretrizes para universidades.

O sexto documento analisado (E6) é uma tese de doutorado em Educação que faz uma análise feminista sobre as políticas relacionadas à prevenção de violência sexual e as respostas adotadas por universidades dos Estados Unidos. A autora destaca que a criação de políticas de denúncia obrigatória, sem uma consideração cuidadosa quanto às necessidades das vítimas, pode causar mais danos aos esforços de resposta e prevenção. Além disso, as recomendações realizadas pela autora a respeito do tema incluem ajustes no processo de adjudicação, mais treinamento e educação para o corpo

docente, funcionários e estudantes, e uma inclusão mais ampla de quem deve denunciar a violência sexual à instituição em relação às leis e diretrizes já adotadas no país.

Os cinco trabalhos seguintes (E7, E8, E9, E10 e E11) referem-se a uma série de documentos publicados em 2009 sobre um treinamento do programa *Safe Schools* financiado pela *U.S. Agency for International Development (USAID)*. O treinamento visa capacitar professores, membros da comunidade e estudantes a prevenir e responder à violência de gênero no contexto escolar. São três manuais (E7, E8 e E10), cada um para um público específico (estudantes, professores ou conselheiros da comunidade, respectivamente) e dois materiais de referência (E9 e E11) para professores e conselheiros da comunidade. Os documentos destacam que lidar com a violência de gênero relacionada ao contexto escolar exige uma abordagem holística e multifacetada, com atenção específica à igualdade de gênero e aos direitos humanos. São descritos com detalhes os princípios, as diretrizes e atividades a serem desenvolvidas, inclusive contendo dicas de manejo quando da aplicação do programa.

O décimo segundo e último documento (E12) é um guia publicado em 1992 que apresenta um conjunto de informações sobre a incidência e gravidade da VdG e aponta ações e projetos educacionais de prevenção.

Sinteticamente, fica evidenciado que as publicações captadas pelas buscas na base *ERIC* ocorreram entre os anos de 1992 e 2019. Destes 12 trabalhos, 10 referem-se ao contexto dos Estados Unidos, um trabalho se refere ao contexto da Austrália e um trabalho foi realizado por pesquisadores vinculados a instituições dos Estados Unidos, referente a extensa pesquisa realizada no Sudão do Sul, Uganda, Tailândia, Libéria e Ruanda.

4.2.3 Caracterização dos artigos obtidos a partir da base *ERIC*

Quanto ao formato das publicações, quatro são artigos científicos, um é uma tese de doutorado, cinco são manuais referentes a um mesmo projeto de intervenção preventiva em relação à violência de gênero no contexto escolar e dois são publicações genéricas a respeito da violência de gênero e com diretrizes gerais para ações preventivas a esse respeito em contextos educacionais (desde a educação infantil até a universidade).

Quanto aos tipos de discussões apresentadas nos trabalhos, foi possível identificar que cinco trabalhos são descritivos em relação à prevalência da VdG ou

outros fatores a ela relacionados, inclusive contendo indicações ou diretrizes para ações de prevenção. Sete dos 12 trabalhos captados apresentam intervenções em prevenção primária em escolas ou na comunidade de forma geral.

4.2.4 Resultados do levantamento realizado na base *Web of Science*

Por meio da captação realizada na base *Web of Science* foram encontrados 34 trabalhos por meio do descritor “*gender-based violence prevention*” e outros 12 trabalhos por meio do descritor “*gender violence prevention*”. As publicações ocorreram entre o ano de 2008 e 2019. Desse total de 46 trabalhos captados, um trabalho apareceu em duplicata, três trabalhos foram excluídos do estudo por não tratarem diretamente do tema investigado e três outros trabalhos já haviam sido analisados na busca realizada no *ERIC*, de modo que foram analisados um total de 39 trabalhos a partir dessa base. Estes trabalhos estão apresentados no Quadro 5 a seguir e descritos de maneira resumida em seguida.

Quadro 5 – Trabalhos captados no *Web of Science*

| Código | Referência | Ano | Tipo de trabalho | Área do conhecimento | País |
|---------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-------------------------|------------------------------|------------------------------------------------------------|
| Ws1 | KALICHMAN, Seth C. <i>et al.</i> Integrated gender-based violence and HIV Risk reduction intervention for South African men: results of a quasi-experimental field trial. Prevention science , v. 10, n. 3, p. 260-269, 2009. | 2009 | Intervenção | Saúde pública | África do Sul |
| Ws2 | RUSSELL, Marcia <i>et al.</i> Intimate partner violence among adolescents in Cape Town, South Africa. Prevention Science , v. 15, n. 3, p. 283-295, 2014. | 2014 | Descritivo | Saúde | África do Sul |
| Ws3 | MILLER, Elizabeth <i>et al.</i> Evaluation of a gender-based violence prevention program for student athletes in Mumbai, India. Journal of interpersonal violence , v. 29, n. 4, p. 758-778, 2014. | 2014 | Intervenção | Educação | India |
| Ws4 | CASEY, Erin A. <i>et al.</i> Context, challenges, and tensions in global efforts to engage men in the prevention of violence against women: An ecological analysis. Men and masculinities , v. 16, n. 2, p. 228-251, 2013. | 2013 | Teórico | Sociologia | África, Ásia, Europa, Oceania e América do Norte e do Sul. |
| Ws5 | WYATT, Gail E. <i>et al.</i> Violence prevention among HIV-positive women with histories of violence: Healing women in their communities. Women's Health Issues , v. 21, n. 6, p. S255-S260, 2011. | 2011 | Intervenção | Saúde pública/ Psicologia | EUA |
| Ws6 | CASEY, Erin A. <i>et al.</i> Getting men in the room: perceptions of effective strategies to initiate men's involvement in gender-based violence prevention in a global sample. Culture, health & sexuality , v. 19, n. 9, p. 979-995, 2017. | 2017 | Descritivo | Serviço social | África, Ásia, Europa e América do Norte e Caribe. |
| Ws7 | ULIBARRI, Monica D. <i>et al.</i> Prevalence and correlates of client-perpetrated abuse among female sex workers in two Mexico-US border cities. Violence against women , v. 20, n. 4, p. 427-445, 2014. | 2014 | Descritivo | Saúde pública | Mexico/ EUA |

| Código | Referência | Ano | Tipo de trabalho | Área do conhecimento | País |
|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|------------------|-----------------------------|---------------------------------|
| Ws8 | CASEY, Erin A. <i>et al.</i> What motivates men's involvement in gender-based violence prevention? Latent class profiles and correlates in an international sample of men. Men and Masculinities , v. 20, n. 3, p. 294-316, 2017. | 2017 | Teórico | Sociologia | Global |
| Ws9 | WILLIAMS, Damien J.; NEVILLE, Fergus G. Qualitative evaluation of the mentors in violence prevention pilot in Scottish high schools. Psychology of violence , v. 7, n. 2, p. 213, 2017. | 2017 | Intervenção | Educação | Escócia |
| Ws10 | MAMAN, Suzanne <i>et al.</i> Leveraging strong social ties among young men in Dar es Salaam: a pilot intervention of microfinance and peer leadership for HIV and gender-based violence prevention. Global public health , v. 11, n. 10, p. 1202-1215, 2016. 10.1080/17441692.2015.1094105 | 2015 | Intervenção | Saúde pública/ Economia | Tanzânia |
| Ws11 | COBBETT-ONDIEK, Mary. Peering into 'spaces for change': empowerment, subversion and resistance in a gendered violence prevention education programme in Kenya. Sex education , v. 16, n. 6, p. 663-677, 2016. | 2016 | Intervenção | Educação | Quênia |
| Ws12 | HAYHURST, Lyndsay MC; SUNDSTROM, Lisa McIntosh; ARKSEY, Emma. Navigating norms: Charting gender-based violence prevention and sexual health rights through global-local sport for development and peace relations in Nicaragua. Sociology of Sport Journal , v. 35, n. 3, p. 277-288, 2018. | 2018 | Intervenção | Sociologia | Nicarágua |
| Ws13 | MULAWA, Marta <i>et al.</i> Perpetration and victimization of intimate partner violence among young men and women in Dar es Salaam, Tanzania. Journal of interpersonal violence , v. 33, n. 16, p. 2486-2511, 2018. | 2018 | Descrição | Saúde pública | Tanzânia (EUA e Tanzania) |
| Ws14 | MIEDEMA, Stephanie S. <i>et al.</i> Integrating male sexual diversity into violence prevention efforts with men and boys: evidence from the Asia-Pacific Region. Culture, health & sexuality , v. 19, n. 2, p. 208-224, 2017. | 2017 | Descritivo | Saúde | Ásia- Pacífico |
| Ws15 | FOLEY, Allison; DAVIES, Kimberly; POWELL-WILLIAMS, Todd. Engaging boys in eradicating Gender-based violence: A pilot study of a promundo-adapted program. Masculinities & Social Change , v. 4, n. 1, p. 26-43, 2015. | 2015 | Intervenção | Serviço social/ Educação | EUA |
| Ws16 | TOLMAN, Richard M. <i>et al.</i> A global exploratory analysis of men participating in gender-based violence prevention. Journal of interpersonal violence , v. 34, n. 16, p. 3438-3465, 2019. | 2019 | Descritivo | Sociologia | Global |

| Código | Referência | Ano | Tipo de trabalho | Área do conhecimento | País |
|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|------------------|----------------------|-----------------------------|
| Ws17 | GLASS, N. <i>et al.</i> Evaluating the communities care program: best practice for rigorous research to evaluate gender based violence prevention and response programs in humanitarian settings. Conflict and health , v. 12, n. 1, p. 5, 2018. | 2018 | Intervenção | Saúde pública | Somália e Sudão do Sul |
| Ws18 | MESKELE, Mengistu; KHUZWAYO, Nelisiwe; TAYLOR, Myra. Intimate partner violence against women living with and without HIV, and the associated factors in Wolaita Zone, Southern Ethiopia: A comparative cross-sectional study. PloS one , v. 14, n. 8, 2019. | 2019 | Descritivo | Saúde pública | Etiópia |
| Ws19 | PERRIN, Nancy <i>et al.</i> Social norms and beliefs about gender based violence scale: a measure for use with gender based violence prevention programs in low-resource and humanitarian settings. Conflict and health , v. 13, n. 1, p. 6, 2019. | 2019 | Descritivo | Saúde pública | Somália e Sudão do Sul |
| Ws20 | DONAIS, Lauren; SIMONSEN, Bill; SIMONSEN, Nicole. Gender-Based Violence Prevention Workshops: An Experimental Evaluation of Efficacy. International Journal of Public Administration , v. 42, n. 10, p. 840-854, 2019. | 2019 | Intervenção | Educação | EUA |
| Ws21 | TOLMAN, Richard M. <i>et al.</i> Global Efforts to Engage Men and Boys in Gender-Based Violence Prevention. Global Social Welfare , v. 6, n. 4, p. 215-218, 2019. | 2019 | Teórico | Direito | Global |
| Ws22 | GREIG, Alan <i>et al.</i> Gender and AIDS: time to act. AIDS (London, England) , v. 22, n. Suppl 2, p. S35, 2008. | 2008 | Revisão | Saúde | Reino Unido e África do Sul |
| Ws23 | MUSAGALIEVA, T. <i>et al.</i> WINGs of hope: evaluating effects of integrating a brief gender-based violence prevention intervention with HIV counseling and testing among women who use drugs in Kyrgyzstan. In: INTERNATIONAL AIDS CONFERENCE, 22, 2018. Glasgow, Scotland. Journal of the International AIDS Society [...] . England: John Wiley & Sons LTD, 2018. p. 88-89. | 2018 | Intervenção | Saúde | Quirguistão |
| Ws24 | JURLINA, Željka; PETANI, Rozana; BRČIĆ, Matilda Karamatić. Students' attitudes towards teen dating violence—importance of education for gender equality. In: INTERNATIONAL TECHNOLOGY, EDUCATION AND DEVELOPMENT CONFERENCE, n. 10. 2016, Valência, Espanha. INTED2016 Proceedings [...] . Valência: IATED Digital Library, 2016, p. 6738-6747 | 2016 | Descritivo | Educação | Croácia |

| Código | Referência | Ano | Tipo de trabalho | Área do conhecimento | País |
|--------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|-------------------------------|------------------------|------------------------|
| Ws25 | MILLER, Elizabeth <i>et al.</i> 143. Female Adolescent Athletes' Perspectives on a Gender-Based Violence Prevention Program. Journal of Adolescent Health , v. 50, n. 2, p. S82, 2012. | 2012 | Descritivo | Educação | EUA |
| Ws26 | CASEY, Erin <i>et al.</i> Gender transformative approaches to engaging men in gender-based violence prevention: A review and conceptual model. Trauma, Violence, & Abuse , v. 19, n. 2, p. 231-246, 2018. Disponível em: < https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1524838016650191 > Acesso em 19 jan. 2020. | 2018 | Teórico/Revisão de literatura | Serviço social | Global |
| Ws27 | MUSUNGU, Stella M. Evaluating a workshop on gender-based violence prevention and bystander intervention. Africa Journal of Nursing and Midwifery , v. 20, n. 2, p. 1-15, 2018. | 2018 | Intervenção | Educação/Saúde pública | África do Sul |
| Ws28 | TSAI, Alexander C. <i>et al.</i> Prevalence and correlates of forced sex perpetration and victimization in Botswana and Swaziland. American journal of public health , v. 101, n. 6, p. 1068-1074, 2011. Disponível em : < https://ajph.aphapublications.org/doi/abs/10.2105/AJPH.2010.300060 >. Acesso em: 19 jan. 2020. | 2011 | Descritivo | Saúde Pública | Botswana e Suazilândia |
| Ws29 | ABEBE, Kaleab Z. <i>et al.</i> A cluster-randomized trial of a middle school gender violence prevention program: design, rationale, and sample characteristics. Contemporary clinical trials , v. 62, p. 11-20, 2017. Disponível em: < https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1551714417301246 >. Acesso em: 19 jan. 2020. | 2017 | Descritivo | Educação | EUA |
| Ws30 | CONSERVE, Donaldson F.; WHEMBOLUA, Guy-Lucien S.; SURKAN, Pamela J. Attitudes toward intimate partner violence and associations with condom use among men in Haiti: an analysis of the nationally representative Demographic Health Survey. Journal of interpersonal violence , v. 31, n. 6, p. 989-1006, 2016. Disponível em: < https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0886260514564065 >. Acesso em: 19 jan. 2020 | 2016 | Descritivo | Saúde pública | Haiti |
| Ws31 | DIMITROV, Roumen. Gender violence, fan activism and public relations in sport: The case of “Footy Fans Against Sexual Assault”. Public Relations Review , v. 34, n. 2, p. 90-98, 2008. | 2008 | Descritivo | Relações públicas | Austrália |

| Código | Referência | Ano | Tipo de trabalho | Área do conhecimento | País |
|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|------------------|----------------------|---------|
| Ws32 | MILLER, Elizabeth <i>et al.</i> Exploring the potential for changing gender norms among cricket coaches and athletes in India. Violence against women , v. 21, n. 2, p. 188-205, 2015. | 2015 | Descritivo | Educação | Índia |
| Ws33 | KATZ, Jackson. Bystander training as leadership training: Notes on the origins, philosophy, and pedagogy of the mentors in violence prevention model. Violence against women , v. 24, n. 15, p. 1755-1776, 2018. Disponível em: < https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1077801217753322?rfr_dat=cr_pub%3Dpubmed&url_ver=Z39.88-2003&rfr_id=ori%3Arid%3Acrossref.org&journalCode=vawa >. Acesso em: 19 jan. 2020. | 2018 | Teórico | Educação | EUA |
| Ws34 | KATZ, Jackson. Response to Commentaries on Bystander Training as Leadership Training. Violence against women , v. 24, n. 15, p. 1802-1809, 2018. | 2018 | Intervenção | Educação | EUA |
| Ws35 | VÍÑAS, David Vila. Violencia de género y efectividad de los derechos sociales. Posible protección a través de las políticas de rentas mínimas lato sensu Gender Violence and Social Rights Effectiveness. Protection through Minimum Income Policies Lato Sensu in Spain. Cuadernos electrónicos de filosofía del derecho, n. 38, p. 187-209, 2019. Disponível em: < https://ojs.uv.es/index.php/CEFD/article/view/12356 >. Acesso em: 19 jan.2020 | 2019 | Descritivo | Filosofia do direito | Espanha |
| Ws36 | MITCHELL, Karen S.; FREITAG, Jennifer L. Forum theatre for bystanders: A new model for gender violence prevention. Violence Against Women , v. 17, n. 8, p. 990-1013, 2011. Disponível em: < https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1077801211417152 >. Acesso em: 19 jan. 2020. | 2011 | Intervenção | Educação | EUA |
| Ws37 | RACIONERO-PLAZA, Sandra <i>et al.</i> Reconstruction of Autobiographical Memories of Violent Sexual-Affective Relationships Through Scientific Reading on Love: A Psycho-Educational Intervention to Prevent Gender Violence. Frontiers in psychology , v. 9, 2018. Disponível em: < https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2018.01996/full >. Acesso em: 19 jan. 2020. | 2018 | Intervenção | Psicologia/Educação | Espanha |

| Código | Referência | Ano | Tipo de trabalho | Área do conhecimento | País |
|---------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-------------------------|-----------------------------|-------------|
| Ws38 | OPSAL, Tara; AGUILAR, Jade; BRIGGS, Steven. The Promises and Pitfalls of Engaging Male Juvenile Offenders in Gender Violence Prevention and Bystander Education. <i>Journal of interpersonal violence</i> , v. 34, n. 21-22, p. 4384-4403, 2019. Disponível em: < https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0886260516675466 >. Acesso em: 19 jan. 2020. | 2019 | Intervenção | Sociologia | EUA |
| Ws39 | MALLART, Lúdia Puigvert <i>et al.</i> Socioneuroscience and its contributions to conscious versus unconscious volition and control. The case of gender violence prevention. 2019. Disponível em: < https://www.aimspress.com/article/10.3934/Neuroscience.2019.3.204/Related.html >. Acesso em 19 jan. 2020. | 2019 | Teórico | Socioneurociências | Espanha |

Fonte: Elaborado pela autora

O primeiro artigo analisado (Ws1) é de 2009, da área de saúde pública e da África do Sul. Ele relata uma intervenção quase experimental de campo realizada com homens de duas comunidades designadas aleatoriamente para receber: (a) uma intervenção integrada de cinco sessões, projetada para reduzir simultaneamente a violência de gênero (VdG) e os comportamentos de risco para o HIV (N = 242) ou (b) uma única sessão de redução de risco de álcool e HIV de três horas (N = 233). Os resultados encontrados confirmaram os dados já indicados pela literatura com um alto risco de infecção pelo HIV e altas taxas de violência no relacionamento, sendo que mais da metade dos homens relataram histórico de agressão física a uma parceira sexual e em cada cinco já havia sido detido por violência doméstica. Foi observado que o grupo que fez intervenção específica sobre violência de gênero (consequências da VdG; discutir, observar e treinar alternativas comportamentais; identificação de antecedentes à violência; treino para serem defensores ativos [*vocal advocates*] da prevenção de VdG) teve menor aceitação de violência doméstica no *follow-up* de um mês (mas esse resultado não se manteve), menos participantes relataram terem “perdido o controle” com uma mulher, menor probabilidade de empurrar ou bater em uma mulher seis meses após a intervenção. Os resultados também indicaram que a intervenção VdG/HIV reduziu atitudes negativas em relação às mulheres no curto prazo e reduziu a violência contra as mulheres no longo prazo. Homens na intervenção VdG/HIV também aumentaram a conversa com parceiros sexuais sobre preservativos e foram mais propensos a serem testados para o HIV nos acompanhamentos. E houve poucas diferenças entre as condições em qualquer resultado comportamental de redução do risco de transmissão do HIV. As autoras concluem ressaltando a importância de serem realizadas mais pesquisas para examinar os potenciais efeitos sinérgicos entre o uso de álcool, violência de gênero e intervenções de prevenção ao HIV.

O segundo artigo estudado (Ws2) é de 2014, da área da Saúde. O trabalho buscou investigar a contribuição de fatores potencialmente evitáveis para perpetração e vitimização por parceiro íntimo (VPI) entre estudantes da 8ª série na Cidade do Cabo, África do Sul. Alguns dos fatores identificados para essas relações foram alta concordância com atitudes que apoiam a superioridade masculina e sua violência; e o uso mais pesado de álcool, sendo que este foi associado a maior risco de vitimização por violência emocional e física por parceiro entre meninas e maior risco de cometimento de violência física por meninos. Os resultados também indicaram que estilos negativos de resolver conflitos com pessoas em geral previam taxas mais altas de

cometimento de VPI sexual e emocional por meninos e taxas mais altas de vitimização VPI emocional entre meninas. Os autores sugerem que intervenções para prevenir a VPI, que desafiem ideologias de superioridade e violência masculina, incentivem o uso de estilos positivos para resolver conflitos e desencorajem o consumo pesado de álcool, serão apropriadas para meninos e meninas nesses contextos.

O terceiro artigo estudado (Ws3) também é de 2014 e trata de uma intervenção primária em Educação realizada na Índia. O estudo relata um estudo piloto para avaliar os efeitos do programa Parivartan (versão adaptada ao contexto indiano do programa *Coaching boys into men* - EUA) em atletas de críquete do ensino fundamental e médio de escolas em Mumbai. Os resultados mostraram que, comparados aos atletas nas escolas de controle, os atletas expostos ao programa relataram mudanças de atitudes em relação a uma maior equidade de gênero. Além disso, o estudo também demonstrou que os atletas cujos treinadores foram treinados no programa demonstraram mais melhorias nas atitudes com igualdade de gênero em comparação aos atletas cujos treinadores forneciam apenas treinamento padrão.

O quarto artigo (Ws4) é de 2013, é da área de Serviço Social e reúne dados de participantes de vários países da África, Ásia, Europa, Oceania e América do Norte e do Sul. Ele teve o objetivo de apresentar as conclusões de um estudo de organizações em todo o mundo que trabalham para envolver homens na prevenção da violência de gênero e descrever desafios e dilemas multiníveis que foram encontrados nesses esforços. Alguns dos resultados observados por participantes foram que abordar os privilégios masculinos implica a necessidade de examinar e analisar suposições que ligam as definições tradicionais de masculinidade ao poder e autoridade sobre as mulheres. Isso pode tornar a ação desanimadora e difícil de envolver homens e convencê-los a sustentar sua participação. Também foram indicadas homofobia, transfobia e suposições de que os programas de antiviolença são inerentemente “anti-homens” como barreiras relacionadas. Participantes expressaram preocupação com a fragmentação de programas de prevenção de VdG em função do gênero do público-alvo dessas ações, indicando ciência dos riscos de reforçar as desigualdades de gênero ao criar espaços somente para homens ou minar mudanças positivas e relacionamentos que poderiam ser promovidos pela programação coeducacional.

O quinto estudo analisado (Ws5) é de 2011 e das áreas de Saúde Pública e Psicologia. O artigo destaca os sucessos, desafios e implicações de uma intervenção focada em trauma para melhorar a saúde mental de 147 mulheres afro-americanas e

latina HIV positivas com histórias de abuso e violência sexual. As autoras observaram que nas intervenções o impacto do abuso sexual e físico na tomada de decisões pessoais foi enfatizado ao longo das sessões como uma conexão importante entre a violência passada, a infecção pelo HIV e o funcionamento atual dessas mulheres. Também foi destacado que o projeto melhorou a saúde mental das mulheres, mesmo para as que não participaram imediatamente da intervenção e, em menor grau, para as que receberam serviços de apoio, mas não a intervenção em si.

O sexto artigo estudado (Ws6) é de 2017, da área de Serviço Social e envolveu homens de diversos países. O trabalho teve o objetivo de examinar a relevância percebida e a eficácia das estratégias de engajamento de quem organizou ou participou de eventos de prevenção à violência com base em gênero. Nesse sentido, cinco estratégias surgiram como relativamente mais eficazes: a alavancagem de discussões ou grupos de apoio masculinos, convites individuais para participação de familiares ou amigos masculinos e três abordagens às mensagens: iniciar conversas com homens a partir dos seguintes tópicos: (1) relacionamentos saudáveis, (2) paternidade e (3) saúde masculina.

O sétimo trabalho (Ws7) é de 2014 e da área de Saúde Pública. O artigo pesquisou o abuso cometido por clientes contra mulheres trabalhadoras do sexo em duas cidades fronteiriças entre México-EUA. Os resultados foram tratados em modelos de regressão logística multivariada e indicou que o histórico de violência por parceiro íntimo (VPI), o sofrimento psicológico e ter clientes usuários de drogas foram associados a sofrer abuso perpetrado por cliente. As autoras concluem afirmando que as descobertas sugerem a necessidade de triagem e serviços de prevenção da violência de gênero para as trabalhadoras do sexo mexicanas.

O oitavo trabalho (Ws8) é de 2017, da área de Sociologia e também investigou o envolvimento de homens em uma amostra global geograficamente diversa em ações de prevenção a à VdG. A principal motivação para o envolvimento desses homens foi a preocupação com justiça social, terem sido expostos a situações de violência por meio de trabalhos, terem ouvido histórias comoventes de vítimas de violência doméstica ou sexual e alguém próximo ter revelado uma situação de abuso. O artigo também discute implicações para o engajamento de homens nessas ações.

O nono trabalho analisado (Ws9) é de 2017 e da área de Educação. O estudo avalia a transferência do programa *Mentors in Violence Prevention*, originário dos EUA, para escolas da Escócia. O programa adota a abordagem de atuar com o

espectador para a prevenção da violência baseada em gênero, aproveitando os processos de grupo e usando um modelo de aprendizagem por pares. Os resultados sugerem que o programa de aprendizagem entre pares foi experimentado positivamente, com impacto relatado sobre atitudes e comportamentos de violência com base no gênero (incluindo a intervenção do espectador). Alguns aspectos principais discutidos foram que as alunas mentoradas pelo programa indicaram não ter notado redução de comportamentos de VdG na escola e que uma parte importante da VdG ocorre por meio de mídias sociais virtuais. Também foi destacado que a presença de funcionários não professores facilitou a participação dos alunos nas atividades de mentoria.

O décimo estudo analisado (Ws10) é de 2015 e das áreas de Economia e Saúde Pública. Seu objetivo foi descrever a viabilidade e aceitabilidade de uma intervenção piloto em micro finanças e promoção da saúde entre as redes sociais de homens principalmente jovens de Dar es Salaam na Tanzânia. As autoras e os autores discutem, dentre outros aspectos, que abordar poder e violência foi mais desafiador para os responsáveis pela condução das discussões durante as intervenções, do que os temas de economia, finanças e mesmo o uso de preservativo. Isso se deve ao fato de que as práticas de VdG estão profundamente enraizadas em normas culturais sobre gênero e conflito, o que impactou para que a abordagem da VdG fosse retirada das intervenções realizadas nesse estudo.

O décimo primeiro trabalho analisado (Ws11) é de 2016 e da área de Educação. O artigo analisa o que acontece dentro de espaços educacionais que visam instigar mudanças a partir de dados observacionais sobre um programa de educação não formal que teve como objetivo capacitar meninas a serem livres de violência no Quênia. São apresentados aspectos importantes sobre programas de prevenção à violência que já demonstraram sua efetividade na literatura e são discutidos três momentos principais dessa transformação quanto ao programa em foco no artigo: “empoderamento”, “subversão” e “resistência”. A autora também explora histórias dos facilitadores, mostrando que quem ensina pode ser tão importante quanto o currículo usado para determinar o que acontece dentro dos espaços educacionais de mudança.

O décimo segundo artigo analisado (Ws12) é de 2018, da área de Sociologia e relativo à Nicarágua. O artigo se baseia em um estudo de caso das relações entre ONGs internacionais e explora as condições por meio das quais a mudança de normas acontece por meio de pesquisa-ação participativa feminista pós-coloniais. O texto apresenta discussões buscando responder quais são as barreiras e facilitadores para a mudança de

normas nos programas de esporte para o desenvolvimento e paz, o que acontece quando normas locais e internacionais conflitantes entram em choque e em que momento o ativismo transnacional leva indivíduos e comunidades a rejeitar normas locais e adotar normas internacionais.

O décimo terceiro artigo analisado (Ws13) é de 2018, da área da Saúde Pública e busca descobrir a prevalência e fatores associados à violência por parceiro íntimo na região de Dar es Salaam, Tanzânia. O objetivo foi descrever e comparar a prevalência, a sobreposição e os fatores de risco da vitimização e perpetração da VPI entre homens e mulheres.

O décimo quarto artigo estudado (Ws14) é de 2017 e da área de Saúde. O trabalho teve o objetivo de testar fatores relacionados à sexualidade nas experiências adversas da vida dos homens. Os resultados mostraram, dentre outros aspectos, que homens de minorias sexuais enfrentam um risco estatisticamente maior para vivenciar adversidades relacionadas à violência de gênero, decorrente de normas de desigualdade de gênero na sociedade. Os autores concluem que a sexualidade é, portanto, um eixo essencial de diferenciação entre os homens na região da Ásia-Pacífico, influenciando a saúde e o bem-estar e refletindo o envolvimento diferencial dos homens com as normas dominantes de masculinidade.

O décimo quinto artigo analisado (Ws15) é de 2015 e da área de educação. O estudo analisa uma adaptação feita nos Estados Unidos em um programa brasileiro de engajamento de garotos na prevenção de violência de gênero. As mudanças visavam implementar o programa com uma faixa etária mais jovem e os temas abordados envolviam socialização de gênero, crenças de gênero e expressão emocional. O autor e a autora discutem como as crenças prévias dos participantes e certas especificidades do grupo, como serem alunos de um programa de intervenção precoce em relação ao “risco potencial” de obterem baixo desempenho acadêmico, podem ter influenciado na motivação dos participantes e, portanto, nos resultados da intervenção.

O décimo sexto trabalho analisado (Ws16) é de 2019, da área de Sociologia e também estudou a participação de homens na prevenção de violência de gênero. O trabalho analisa dados de uma amostra de homens de diversos países envolvidos em trabalhos de prevenção da violência de gênero buscando compreender as motivações desse grupo para se envolverem nesses movimentos. Os autores concluem que, coletivamente, é possível afirmar que esses homens possuem crenças e atitudes

consistentes com as metas de justiça de gênero e prevenção da violência, e sugerem que tenham uma consciência crítica da desigualdade de gênero e do privilégio masculino.

O décimo sétimo trabalho analisado (Ws17) é de 2018, da área de Saúde Pública e se refere a uma intervenção realizada no Sudão do Sul e na Somália. O trabalho discute aspectos importantes sobre as melhores práticas indicados na literatura internacional e pode ser importante para ajudar na implementação e avaliação de programas de prevenção e resposta à VdG em outros ambientes de conflitos e situações complexas de violação de direitos.

O décimo oitavo trabalho analisado (Ws18) é de 2019 e teve como objetivo medir a prevalência e os fatores associados à violência por parceiro íntimo entre mulheres vivendo com e sem HIV na Zona Wolaita, sul da Etiópia. As autoras discutem a alta prevalência dessa forma de violência, e crenças e normas culturais arraigadas na população estudada. Elas concluem, então, apresentando indicações sobre intervenções para ambos os sexos nessa região, bem como a importância de abordar a questão do casamento ser realizado com o consentimento mútuo dos noivos e não por determinação dos pais.

O décimo nono artigo estudado (Ws19) é de 2019, da área de Saúde Pública e também foi realizado nas regiões da Somália e do Sudão do Sul. O estudo buscou desenvolver uma escala para avaliação das mudanças ao longo do tempo em relação às normas sociais e crenças pessoais preconceituosas ou tolerantes em relação às violências sexual e de gênero. Os resultados indicam que as propriedades psicométricas da escala são fortes, o instrumento tem boa estrutura fatorial, consistência interna aceitável e confiabilidade.

O vigésimo estudo analisado (Ws20) é de 2019, da área de Educação e se refere a uma intervenção de prevenção à violência de gênero realizada na Universidade de Connecticut (EUA). As oficinas interativas do programa visavam reduzir a aceitação de mitos sobre estupro, melhorar o conhecimento e a compreensão da política de consentimento afirmativo da Universidade e aumentar a confiança na interpretação de sugestões relacionadas a consentimento para relações sexuais. Os resultados mostraram diminuição substancial e estatisticamente relevante da aceitação de mitos em relação ao estupro como tais e aumento da compreensão sobre consentimento.

O vigésimo primeiro estudo analisado (Ws21) é de 2019, da área de Sociologia e apresenta uma compilação de trabalhos sobre o envolvimento de homens em ações de prevenção à violência de gênero. Os autores apresentam alguns exemplos de como os

programas têm demonstrado bons resultados ao redor do mundo e discutem algumas tensões e preocupações apresentadas pelos grupos envolvidos nessas ações.

O vigésimo segundo trabalho analisado (Ws22) é de 2008 e da área de Saúde. O artigo apresenta uma discussão sobre a necessidade urgente de agir em relação às questões de gênero e HIV/Aids, enfocam a escassez de políticas públicas para a prevenção dessas mazelas sociais e argumentam sobre as ações que têm obtido sucesso nessa temática.

O vigésimo terceiro trabalho (Ws23) é o resumo de um estudo apresentado em uma conferência de 2018, em Amsterdã. O trabalho é da área de Saúde e relata intervenção WINGs of Hope realizada no Quirguistão e que inclui triagem, intervenção breve e encaminhamento ao serviço de tratamento em saúde de mulheres em relação a violência de gênero e HIV. As autoras afirmam que os resultados da intervenção indicaram redução significativa da vitimização por VdG, sugerindo a viabilidade e os efeitos promissores dessa intervenção.

O vigésimo quarto estudo (Ws24) também se refere a uma apresentação em conferência, realizada em 2016 e é da área da Educação. O objetivo do estudo relatado foi examinar as atitudes dos estudantes do ensino médio quanto à violência de gênero e aos papéis de gênero em Zadar (Croácia). O estudo observou que os adolescentes concordam com diferentes crenças e estereótipos sobre os papéis de gênero e a VdG, sendo que os meninos tiveram maior dificuldade em identificar as diferentes formas de comportamento violento.

O vigésimo quinto estudo (Ws25) se refere a uma apresentação em conferência realizada em 2012 e também é da área da Educação. O trabalho relatou um estudo de métodos mistos que avaliou as perspectivas de atletas do sexo feminino em um programa de prevenção da VdG direcionado a atletas do sexo masculino. Os resultados mostraram alta incidência de violências sofridas pelas atletas e a dificuldade de atletas masculinos em reconhecerem seus comportamentos como violentos. As autoras também mencionam que as atletas, apesar de reconhecerem a importância de ações interventivas em situações de espectadoras, relatam dificuldades em fazê-la. As autoras concluem que os esportes podem ser um cenário oportuno para incentivar conversas entre homens e mulheres sobre a promoção do respeito e a interrupção da violência contra mulheres e meninas.

O vigésimo sexto trabalho analisado (Ws26) é de 2018 e consiste em um artigo teórico da área de Serviço Social. O estudo relatado teve abrangência global e os

objetivos foram relatar um modelo conceitual que captura e organiza uma gama mais ampla de atividades de antiviolaência masculina e apresentar uma revisão de literatura sobre o tema. As autoras afirmam que os resultados são promissores para promover atitudes e comportamentos preventivos à violênciã entre os homens.

O vigésimo sétimo artigo analisado (Ws27) é de 2018 e relata uma intervenção em saúde. O objetivo do estudo foi avaliar o impacto de um *workshop on-line* sobre prevenção de violênciã de gênero e intervenção de espectadores em uma universidade sul-africana. Os resultados indicam que a maior parte dos participantes demonstrou conhecimento sobre VdG e HIV, sobre intervenção em caso de violênciã e passaram a conhecer melhor as estruturas de suporte da universidade.

O vigésimo oitavo artigo analisado (Ws28) é de 2011, da área de Saúde Pública e foi realizado em Botsuana e na Suazilândia. O estudo teve o objetivo de identificar correlatos de agressões sexuais forçadas entre homens e vitimização entre mulheres. Os resultados indicaram que apesar da vitimização não ter sido frequente apenas entre as mulheres, os homens com histórico de vitimização sexual mostraram ser mais propensos ao cometimento de violênciã sexual. Os resultados também indicaram correlações da VdG com variáveis relacionadas à posição desigual das mulheres no Botsuana e na Suazilândia, incluindo insuficiência alimentar, também identificados como fatores de risco. As autoras concluem destacando as interconexões entre violênciã sexual e forças sociais que devem ser abordadas em políticas e programas direcionados à prevenção da violênciã de gênero.

O vigésimo nono trabalho (Ws29) é de 2017 e da área de Educação. O artigo apresenta os resultados preliminares quanto ao desenho de pesquisa, justificativa e características da amostra que participará de uma intervenção preventiva da violênciã de gênero com adolescentes do ensino médio. Não são apresentados resultados sobre o programa de intervenção.

O trigésimo estudo analisado (Ws30) é de 2016 e da área de Saúde Pública. O estudo investigou atitudes em relação à violênciã por parceiro íntimo, conhecimento e uso de preservativos entre 9493 homens no Haiti. Dentre outros aspectos, os resultados mostraram uma correlação entre o não uso de camisinha com a crença de que é justificável um homem bater em uma mulher.

O trigésimo primeiro trabalho estudado (Ws31) é de 2008 e da área de Relações Públicas. O artigo discute atitudes de torcidas organizadas que podem favorecer o combate à VdG na Austrália.

O trigésimo segundo trabalho (Ws32) é de 2015 e da área de Educação. O estudo buscou compreender atitudes e crenças em relação à igualdade de gênero e respeito entre treinadores e atletas de críquete da Índia, verificando a viabilidade de envolver treinadores no programa de prevenção à VdG. Os resultados indicaram que os treinadores parecem ter grande influência sobre seus atletas e indicam a viabilidade de transferência do programa. Os autores e as autoras consideram, entretanto, que é importante que haja atenção quanto às definições de equidade de gênero e outros cuidados quanto às normas culturais locais, antes da implementação do programa.

O trigésimo terceiro estudo (Ws33) é de 2018 e da área de Educação. O estudo discute teoricamente origens, filosofia e pedagogia adotadas do programa *Mentors in Violence Prevention* que utiliza mentoria entre pares para intervir em relação à violência de gênero. O programa relatado tem desempenhado um papel significativo no campo de prevenção à violência de gênero desde seu início, em 1993.

O trigésimo quarto estudo analisado (Ws34) é de 2018 e consiste na resposta do autor referente a três comentários recebidos em relação à publicação do artigo anterior, (Ws33). Os dois artigos trazem discussões importantes sobre os indicativos dos bons resultados e desafios que têm sido observados no histórico de implementação do programa.

O trigésimo quinto trabalho analisado (Ws35) é de 2019 e da área de Filosofia do Direito. O estudo analisa se as políticas de renda mínima podem contribuir para a prevenção da violência de gênero e a efetividade do direito a uma vida livre de violência. O trigésimo sexto estudo analisado (Ws36) é de 2011 e da área de Educação. O artigo apresenta uma intervenção que visa conscientizar, criar o senso de responsabilidade da comunidade e equipar a população com habilidade para intervir em situações de VdG de gênero por meio de apresentações baseadas no Teatro do Oprimido de Augusto Boal. As autoras apresentam detalhes sobre o modelo de intervenção e exemplos de seus trabalhos para demonstrar sua utilidade e eficácia em aumentar a responsabilidade dos espectadores e reduzir a culpa das vítimas de violência. Segundo as autoras, o caráter interativo e de demonstração por meio do teatro sobre intervenção por espectador em situações de VdG é indicado pelos participantes como relevante para aumentar engajamento e apreensão do que é apresentado.

O trigésimo sétimo trabalho analisado (Ws37) é de 2018, da área de Psicologia. Relata uma intervenção psicopedagógica focada na reconstrução autobiográfica da memória e discute a efetividade de seus resultados em elevar a consciência crítica das

jovens participantes em relação à força do discurso coercitivo sobre experiências e memórias sexuais afetivas. Isso ocorreu de duas formas, por meio de semântica e conteúdo emocional e aumento da conversação e o compartilhamento das memórias lembradas, e por meio das memórias reconstruídas promoverem um pensamento prospectivo que indica apoiar a prevenção de relacionamentos afetivos sexuais violentos no futuro e até romper com o relacionamento violento, que estivesse presente no momento do estudo. As autoras discutem que os resultados vão ao encontro de descobertas centrais e recentes sobre a maleabilidade das memórias autobiográficas e sua natureza social, bem como estas serem lembranças subjetivas de experiências em primeira pessoa cheias de emoção.

O trigésimo oitavo estudo analisado (Ws38) é de 2019 e também traz o relato de uma intervenção em prevenção de violência de gênero, na área de Sociologia e com rapazes em um centro de detenção juvenil. O objetivo do artigo foi apresentar um estudo de caso sociológico sobre como as biografias dos meninos e as experiências violentas de vida moldaram seu envolvimento com o programa de violência. Dentre outros aspectos, as autoras destacam que os residentes indicam um profundo investimento na realização da masculinidade hegemônica, sendo crucial que a programação de intervenções com essa população preste atenção especial às formas de romper essas conexões. As autoras também apresentam sugestões para adequar os programas de prevenção aos espectadores para atender de forma mais adequada às necessidades específicas dessas populações.

Por fim, o trigésimo nono estudo analisado (Ws39) é de 2019, da Espanha e da área das socioneurociências. Trata-se de um trabalho teórico em que as autoras e o autor apresentam discurso coercitivo dominante, que apresenta aos homens atitudes e comportamentos agressivos como mais atraentes, como um exemplo de controle social da vontade humana que aprisiona a liberdade sexual de muitos indivíduos. Elas e ele trazem elementos teóricos que servem como "ferramentas de ação" para o desenvolvimento e a realização de ações de prevenção, primária, secundária ou terciária, de diferentes formas de violência. As autoras e o autor discutem ainda que, especificamente em relação à prevenção da violência de gênero, por meio da conscientização crítica realizada de maneira específica, sobre esse discurso social e o controle que tem sobre os sentimentos, emoções e comportamento, os indivíduos poderiam obter mudanças importantes em sua própria conduta. Isto é, ser capazes

escolher esvaziar memórias de relacionamentos afetivos e sexuais violentos de qualquer atração e desassociar a atratividade de atitudes e comportamentos agressivos.

4.2.5 Caracterização dos artigos obtidos a partir da base *Web of Science*

Quanto ao formato das publicações, quatro trabalhos corresponderam a apresentações em congresso científico e um correspondeu à apresentação de um volume especial de periódico científico que aborda o tema da prevenção da VdG; os demais 35 trabalhos corresponderam a artigos científicos.

Quanto às áreas do conhecimento em que esses trabalhos foram produzidos, 11 são da área de Saúde Pública, dez são da área de Educação, cinco da área de Sociologia, três da área de Serviço Social, dois em Psicologia, um da área de Economia, um da Filosofia do Direito, um de Relações Públicas e um da área de Socioneurociências.

Quanto aos tipos de discussões apresentadas nos trabalhos, 17 deles eram descritivos quanto a aspectos relacionados ao fenômeno da violência, como, por exemplo, formas de violência vivenciadas por população específica, incidência de normas sociais que promovem a VdG, motivação de homens para se envolverem na prevenção da VdG. Além disso, 16 trabalhos tratam de intervenções para a prevenção da VdG, sendo cinco deles sobre contextos de Educação Formal (escolas ou universidades) e os demais de contextos comunitários de forma geral. Dois trabalhos analisados consistem em discussões teóricas.

Quanto aos países em que foram realizados os estudos analisados a partir do levantamento realizado na base *Web of Science*, oito são dos Estados Unidos, três da África do Sul, três da Espanha, dois da Tanzânia, dois da Índia, um do Haiti, um do México, um da Escócia, um do Quênia e um da Etiópia.

Dez desses trabalhos foram realizados em mais de um país de uma mesma região ou em países de vários continentes. A seguir, são apresentadas as análises realizadas e os dados são discutidos em conjunto.

4.2.6 Caracterização geral sobre trabalhos referentes ao contexto internacional

São apresentadas a seguir caracterizações gerais relativas aos estudos não brasileiros analisados na presente pesquisa. Dos 60 trabalhos analisados a partir do

levantamento realizado nessas quatro bases, 46 foram artigos científicos, seis foram manuais ou diretrizes de ações, três apresentações em congresso ou seminário, dois foram dissertação de mestrado ou tese de doutorado, dois foram textos genéricos de sites ou panfleto informativo de universidade e um trabalho correspondeu a relatório de pesquisa. Estas publicações abarcaram desde o ano de 1992 até 2019, sem diferenças expressivas entre os anos.

Quanto às áreas de conhecimento, 31 trabalhos são da área de Educação, 15 são da área de Saúde ou Saúde Pública; seis trabalhos são da área de Sociologia; cinco trabalhos são da área de Psicologia, dois trabalhos são da área de Filosofia e Filosofia do Direito, um trabalho é da área do Direito, um trabalho é da área de Serviço Social; um trabalho é da área Economia e um trabalho é da área de Socioneurociências. Cabe observar que alguns trabalhos pertenciam a mais de uma área do conhecimento ou atuação, assim, o número total de trabalhos por área do conhecimento é maior do que a soma total de trabalhos analisados.

Quanto aos tipos de publicação captados, em relação ao contexto internacional, foram analisados 26 trabalhos apresentaram relatos sobre intervenções cujo foco era a prevenção da violência de gênero em diferentes contextos; 24 trabalhos descritivos sobre fenômeno da violência de gênero; 10 trabalhos consistiram em discussões teóricas sobre relacionadas à violência de gênero.

Dos 26 trabalhos que apresentaram intervenções, 18 são da área de Educação, sete são da área de Saúde e quatro são da área de Psicologia, dois são da área de Sociologia, um é da área de Serviço Social e um é da área de Economia.

5 DISCUSSÃO

A partir da apresentação dos resultados realizada, na presente seção são discutidos os resultados tendo em vista o objetivo proposto de realizar uma pesquisa bibliográfica com finalidade de responder às perguntas de pesquisa propostas: Há, na produção científica, brasileira e estrangeira, bem como em termos de programas de intervenção em escolas, dados indicativos de prevenção efetiva da violência de gênero? Quais aspectos caracterizam o sucesso para tais programas ou ações?

5.1 DISCUSSÃO INICIAL QUANTO À CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS ESTUDOS

A discussão inicial foi conduzida considerando as análises referentes tipo de produto acadêmico, áreas de conhecimento ou campos de atuação profissional, natureza dos estudos realizados.

Dentre os trabalhos analisados houve diferenças entre o número de trabalhos publicados a cada ano, porém essa diferença não pareceu relevante em relação a literatura nacional. Quanto a literatura internacional, observa-se a presença de um único trabalho referente à década de 1990 (E12) e todos os demais produzidos a partir de 2008.

Quanto aos formatos de publicações encontradas, destacamos que não foram encontrados manuais ou diretrizes na literatura nacional, enquanto dentre os trabalhos internacionais foram encontradas seis publicações nesse formato. Quanto aos demais formatos de publicações não houve variação expressiva entre os resultados referentes à literatura nacional e internacional. A exceção dos manuais, em ambos os escopos, nacional e internacional, a grande maioria de trabalhos foi de artigos científicos (18 nacionais e 46 internacionais), com números pouco expressivos de teses e dissertações (6 nacionais e 2 internacionais) e apresentações em congressos (2 nacionais e 3 internacionais). O que já era esperado considerando-se as especificidades das bases científicas consultadas.

Quanto aos tipos de trabalhos relatados nos estudos analisados, destaca-se que o volume da produção internacional sobre ações de intervenção quanto à VdG é maior do que os trabalhos que abordaram intervenções na literatura nacional analisada (26 intervenções internacionais e 7 intervenções nacionais). Ademais, observa-se que não

foram encontrados trabalhos brasileiros, ou referentes ao contexto nacional, nas bases internacionais consultadas.

Além disso, como apontado por Prezenszky *et al.* (2018), foi observado na literatura nacional que a maior parte dos trabalhos abarca estudos descritivos em relação à VdG (14 trabalhos nacionais). As discussões teóricas e de intervenções foram encontradas em número igual de artigos (7 trabalhos em cada). Ao passo que nas publicações internacionais a maioria dos estudos referiam-se a intervenções realizadas (26 intervenções do total de 60 trabalhos analisados). Ademais, quanto aos estudos de intervenção relatados, na literatura nacional foi encontrado um único trabalho da área de Educação, enquanto dentre as publicações internacionais sobre intervenção, a maioria expressiva era da área de educação (18 trabalhos). Isso indica a carência de pesquisas educacionais que apóiem ações de prevenção da violência de gênero no contexto brasileiro.

Após traçar o breve panorama dos trabalhos captados, passamos à sua análise segundo as dimensões da Metodologia Comunicativa.

5.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS SEGUNDO A METODOLOGIA COMUNICATIVA: DIMENSÃO EXCLUDENTE E DIMENSÃO TRANSFORMADORA

Embasado na metodologia comunicativa realizou-se a análise reflexiva proposta buscando responder às duas questões que guiaram o estudo: “Que elementos os trabalhos apresentam que favorecem a manutenção da violência de gênero em nossas sociedades?” (para o levantamento de aspectos excludentes), e “Que elementos os trabalhos apresentam que promovem a superação da violência de gênero?” (aspectos transformadores da realidade de violência).

5.2.1 Análise da literatura nacional segundo a Metodologia Comunicativa

Em relação aos 31 trabalhos produzidos ou referentes ao contexto brasileiro, que foram analisados nesse estudo, foram observadas nove categorias de elementos excludentes. Essas categorias estão apresentadas na tabela 1 a seguir.

Tabela 1 – Elementos excludentes presentes na literatura nacional

| Elemento excludente | Total | Trabalhos |
|-------------------------------------------------------|--------------|---------------------------------------------------|
| Diferentes normas sociais para homens e para mulheres | 11 | Gs2, Gs4, Gs7, Gs16, S2, S3, S7, S8, S9, S10, S13 |
| Limitações dos programas de intervenção | 10 | Gs1, Gs3, Gs4, Gs12, Gs14, Gs16, S1, S2, S5, S15 |
| Inação do poder público | 8 | Gs2, Gs3, Gs4, S11, Gs9, Gs12, Gs14, Gs15 |
| Incidência da VdG | 5 | Gs10, Gs11, Gs13, S6, S10 |
| Despreparo dos prestadores de serviços | 4 | Gs3, S7, S11, S12 |
| Múltiplas exclusões | 3 | Gs10, S3, S4 |
| Responsabilização das mulheres pela VdG | 2 | Gs6, Gs8 |
| Justificação da violência | 2 | Gs4, Gs8 |
| Foco punitivo do sistema de justiça | 1 | Gs10 |
| TOTAL | 44 | |

A primeira categoria de aspectos ligados à manutenção e agravamento da violência de gênero ou de suas consequências refere-se às diferentes normas sociais para homens e para mulheres. Onze trabalhos brasileiros abordaram explicitamente a questão de como as desigualdades estabelecidas em nossa sociedade favorecem a continuidade da violência de gênero. Nessa categoria foram incluídas as discussões que abordaram as variadas normas e regras de conduta, como por exemplo, a relação de ciúme e dominação do homem em relação à mulher e o lugar social da mulher ser percebido como o da esfera privada, permeado por atitudes de obediência e submissão (S2); a aceitação da infidelidade por parte dos homens como algo “normal” e a infidelidade por parte das mulheres como algo inadmissível e que possa ou mereça, inclusive, ser punido (Gs7); o cônjuge provedor ser visto como “homem bom”, mesmo que seja agressivo (S8) e a busca dos homens por tentar se adequar ao modelo hegemônico de masculinidade (Gs4).

O segundo elemento excludente mais frequente nos trabalhos nacionais se referiu às limitações ou dificuldades (metodológicas, de duração, e adesão, de enfoque dado) para a realização dos programas de intervenção e prevenção da violência. Por exemplo, pouca adesão (Gs14) ou alta evasão (Gs1) dos participantes ou das

participantes; os programas acontecerem em ocasiões pontuais e não como um trabalho contínuo (Gs3); a eficácia dos programas ainda precisar ser comprovada (Gs4); os trabalhos nacionais tratem mais de elementos excludentes referentes à VdG do que elementos transformadores da realidade estudada (Gs12) e a possibilidade do surgimento de efeitos colaterais indesejáveis resultantes das intervenções (S1). Em relação a essa questão é destacado que o embasamento a partir de evidências científicas pode ajudar no preparo e desenvolvimento dessas intervenções, como será retomado na discussão sobre a dimensão transformadora da literatura nacional e internacional.

O terceiro elemento excludente mais discutido nos trabalhos nacionais foi a inação por parte do poder público. Isto se refere à inadequação ou ausência de políticas públicas (Gs2, Gs3), leis (S11, Gs12, Gs15), normas e diretrizes (Gs9) ou escassez de recursos governamentais (Gs4) para o combate à violência e ainda à discussão de que esses poucos recursos sejam direcionados especificamente às mulheres vítimas de violência e não aos homens autores de tais atos (Gs4).

Ao refletirmos sobre as prioridades de ação frente à violência, o papel estrutural das instituições públicas é central para sua superação. Quando as ações do poder público estão alinhadas às práticas eficazes de combate à violência, isso reforça as lutas dos indivíduos que compõem a sociedade. Como será visto abaixo, diversas iniciativas governamentais dão indícios de práticas mais exitosas na superação da violência. Outra questão suscitada por esses artigos se refere ao foco da atuação de combate a violência. Por necessário que seja, no esforço de coibir novas agressões, as medidas punitivas não servem como prevenção à violência, como observado a partir dos dados apresentados por Waiselfisz (2015) que indicam que, mesmo após a implementação da Lei Maria da Penha, os índices de violência contra a mulher aumentaram no Brasil.

Além disso, ações voltadas à “reabilitação” de homens agressores devem ser criticamente analisadas. Ao destinar os escassos recursos a esse tipo de ação, a decisão implica no desinvestimento de recursos em outras ações, como de amparo às vítimas (por exemplo, a manutenção de Casas Abrigo, treinamento de profissionais para atendimento qualificado, etc.) e às ações preventivas. O foco, a evidência e a centralidade passam a ser o homem agressor, o que não nos parece justo. Flecha, Ainhoa *et al.* (2010) e Burgués *et al.* (2015) indicam que desde a infância, grande atenção é dada ao agressor na expectativa de mudança, porém isso serve, por si só, como ganhos sociais para esse indivíduo. Compreendemos que seja necessário, portanto, retirar da violência os benefícios que ela traz, dando evidência, também nas

ações dos poderes públicos, às vítimas, às mulheres e aos homens que lutam pela superação da VdG.

O quarto aspecto excludente mais citado foi a alta incidência das várias formas de violência de gênero. Na população brasileira de forma geral (Gs11) e observada em diferentes contextos como a na população atendida pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS)(S10); cometidas nos espaços privados e públicos (S7) e cometidas contra mulheres grávidas (S10); na forma de abuso digital (S6) e praticadas tanto por homens como por mulheres, embora com características diferenciadas entre os gêneros (S6). Esses resultados são condizentes com os dados apresentados na introdução dessa tese e reafirmam a gravidade da violência de gênero no contexto nacional brasileiro.

O quinto elemento excludente mais destacado foi o despreparo dos prestadores de serviços de variados setores ou equipamentos e tanto no acolhimento das vítimas, quanto no encaminhamento ou tratamento médico, psicológico ou legal em relação a violência sofrida. Por exemplo, nas UBSs (Gs3) ou outros serviços de saúde (S12); pelo setor judiciário (S11) e pelos profissionais que atuam na rede de enfrentamento à violência contra as mulheres (S7). Como será discutido dentre os elementos transformadores identificados na literatura internacional, essa indicação, ainda que verdadeira e importante, fomenta dúvidas sobre quais deveriam ser os âmbitos de formação a respeito da VdG. Seria na formação inicial ou profissional básica? Seria na formação continuada? A importância em identificar quais âmbitos de formação e quais formações oferecem melhores condições de superação da violência permite indicar caminhos. Há investigações sobre quais as motivações ou formações recebidas dentre os profissionais que atuam de maneira positiva nesses diversos setores de atendimento à população? Como indicam Bachega *et al.* (2019), a formação inicial de profissionais na universidade pode fornecer a preparação baseada em evidências para atuação em prevenção e resposta à violência de gênero.

O sexto elemento excludente mais apontado nessas pesquisas foram as múltiplas exclusões vivenciadas pela população no contexto brasileiro, sejam elas vítimas de violência ou seus perpetradores. Os trabalhos destacaram como o encarceramento pela lei Maria da Penha, por exemplo, acontece com muito maior frequência para homens negros, empobrecidos e usuários de álcool ou crack (Gs10), pois para os homens de classes mais altas, transgredir as normas da masculinidade é arriscar-se mais ao ridículo ou estigma social do que ao encarceramento (S3). É importante ressaltar que aqui não está sendo argumentado que os homens que estão submetidos a esses processos de

exclusão social não sejam responsabilizados por suas escolhas praticar violências contra mulheres, mas sim em favor da responsabilização de todos os agressores e a devida aplicação da lei, independente dos marcadores sociais que carreguem. Em relação às vítimas, a discussão sobre as múltiplas exclusões aparece na constatação, dentre um grupo de mulheres que expressaram ou não expressaram ideação suicida, de que as que mais o fizeram eram mais pobres, referiram-se à primeira relação sexual em idade mais jovem, possuíam maior número de filhos, maior tempo de vida com HIV e referiram alta prevalência de violências (S4). Nesse sentido, é destacado que essa categoria também aparece na dimensão excludente observada a partir dos artigos da literatura internacional. Isso indica que esse fenômeno não se restringe ao contexto brasileiro, sendo observado ao redor do mundo. A princípio, é ressaltado que as diversas formas de exclusão evidenciadas, implicam a necessidade de propor ações holísticas, que alcancem os diversos âmbitos de exclusão vivenciados pelas populações.

O sétimo elemento excludente mais discutido na literatura nacional se refere à responsabilização das mulheres pela violência que sofrem por meio de explicações simplistas para suas ações, por parte dos agressores (Gs6). Eles afirmam, por exemplo, que se sentem “provocados” a agredir em função de ações das mulheres como falta de cuidado em relação aos filhos e à casa (Gs8).

Nesse mesmo eixo e no sentido oposto, também foi destacado a justificação das condutas dos homens em relação à prática da violência como um aspecto mantenedor da violência em nossa sociedade. Isso aparece por meio de explicações para a violência como condição patológica (Gs4 e Gs8).

Por fim, o último elemento excludente presente na literatura nacional refere-se a discussão de que a punição penal, apenas, dificilmente será suficiente para possibilitar que os agressores reflitam e mudem sua conduta violenta (Gs10), condizente com o que foi discutido anteriormente.

Dando continuidade à análise reflexiva dos artigos da literatura brasileira, buscou-se destacar os elementos transformadores indicados nos trabalhos. Em relação à literatura científica brasileira analisada foram elencadas oito categorias de elementos que favorecem o combate à VdG. Esses elementos transformadores estão sintetizados na tabela 2 a seguir.

Tabela 2 – Elementos transformadores presentes na literatura nacional

| Elementos transformadores | Total | Trabalhos |
|------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------------------------------------------------|
| Programas de intervenção eficazes/ adequados | 11 | Gs1, Gs4, Gs6, Gs11, Gs12, S1, S5, S6, S9, S13, S15 |
| Ação do poder público | 6 | Gs1, Gs2, Gs3, Gs10, Gs14, Gs15 |
| Questionamento de normas sociais | 4 | Gs11, Gs16, S3, S6 |
| Preparo dos prestadores de serviços | 4 | Gs3, S2, S10, S14 |
| Ações coletivas/ públicas | 2 | Gs13, S8 |
| Educação | 2 | Gs2, Gs10 |
| Ações das mulheres para a superação da VdG | 1 | S8 |
| Medidas preventivas em relação aos agressores, além das assistenciais e punitivas. | 1 | S7 |
| TOTAL | 31 | |

O elemento transformador mais citado foi a eficácia dos programas de prevenção ou intervenções em relação a essa forma de violência. Os trabalhos discutiram essa eficácia como sendo decorrentes das ações implementadas pelo projeto descrito ou demonstradas de várias formas. Por exemplo, por meio de projetos extensionistas que envolveram ações articuladas tanto no âmbito interno da universidade, como com o poder público local (Gs1); o empoderamento decorre da intervenção ter sido percebido tanto por algumas participantes da ação, como pela equipe de pesquisadoras (S15); o uso de jogos como estratégias de ação ou método que permite a ascensão de experiências emocionais e a autonomia gera condição para ressignificação de experiências externas (S9); a participação de intervenção em relação a superação ou combate à violência motivou algumas participantes a voltarem a estudar e a buscar mais informações e conhecimentos (Gs11); e, a questão de as intervenções com homens não serem o melhor, nem o único caminho para eliminar a violência contra as mulheres, mas que integradas a outras ações dirigidas às mulheres este pode ser um importante meio para promoção da equidade (Gs4), dentre outros.

Nos exemplos acima, podemos destacar o trabalho Gs1 como exemplificação do potencial transformador de ações articuladas de diversos atores sociais, buscando transformar a estrutura social e as práticas dos indivíduos que a compõem. Esses resultados também podem ser observados no segundo conjunto de elementos transformadores referentes a ações do poder público. Já o trabalho G11 aponta como o trabalho voltado à superação da VdG também promove a superação de outras formas de exclusão vivenciadas pelas mulheres, e que haviam sido mencionadas como elemento excludentes.

O segundo elemento transformador mais citado foi a ação do poder público evidenciada por meio de existência de leis que aumentem a visibilidade da questão e os recursos para a punição de agressores (Gs15); a criação da declaração universal dos direitos humanos e outras instrumentos normativos (Gs2) e a criação de aparatos legais e estratégias políticas e pedagógicas (Gs10); atuação articulada com a universidade (Gs1); a existência de equipamentos públicos de atendimentos às vítimas (Gs3), bem como a boa qualidade de seus serviços (Gs14).

O terceiro elemento transformador mais destacado na literatura científica brasileira analisada foi o questionamento de normas sociais. Por exemplo, em discussões que ressaltaram que a denominação de violência patriarcal ao invés de violência masculina, pode ajudar a perceber a violência de homens contra homens como algo que não é normal, nem natural, sendo não apenas uma função do gênero, mas também um fator de poder (S5); as mudanças sociais são favorecidas por meio de ações que enfatizem a luta comunitária em oposição à figura individualizadas como herói (Gs16) e a constatação de que, propiciado um maior conhecimento sobre as desigualdades de gênero e sobre os direitos sociais é possível que as mulheres encontrem melhores oportunidades no mundo pois não admitem mais situações de discriminação e subordinação (Gs11). Como argumenta Giddens (2002), o indivíduo está inserido em uma estrutura social, mantida pela rotinização das ações dos próprios indivíduos. Essa estrutura, no entanto, não é imutável, uma vez que os indivíduos, por meio da reflexão, podem escolher novas formas de agir (Giddens, 2002). A transformação, no entanto, não se dá individualmente. Como explicado também por Freire (1996) que ressalta que “mulheres e homens, seres histórico-sociais, nos tornamos capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso, nos fizemos éticos” (p. 33) Assim, argumenta-se que a transformação ocorre com a práxis, a partir do diálogo com o outro, levando à reflexão e ação.

O quarto elemento transformador destacado na literatura brasileira analisada foi bom preparo de prestadores de serviços em relação ao atendimento e encaminhamento de casos de violência de gênero. Por exemplo, foi observado que as mulheres em situação de violência de gênero procuram mais os serviços de saúde e falam sobre as violências que sofrem, desde que se dê a elas condições de acolhimento e de escuta (S14); é enfatizado o papel das enfermeiras, pois geralmente são as gestoras de centros de atendimento em saúde e têm maior vínculo com a comunidade e com agentes

comunitários de saúde, podendo articular-se com outros serviços de saúde ou equipamentos sociais (S4); além das ações de orientação e encaminhamento para que as vítimas possam fazer a denúncia contra o agressor (Gs3). Aqui destaca-se o mesmo que foi apontado na discussão dessa questão como dimensão excludente. Mencionar apenas a ausência de formação ou preparo profissional para atuação não deixa indicações de qual o âmbito formativo se está falando a fim de que sejam pensadas ações concretas a esse respeito. É possível questionar de onde vem o bom preparo dos prestadores de serviços destacados nas pesquisas analisadas. A título de exemplo, há experiências, como a descrita por Bachega *et al.* (2019), referente a formação inicial de educadores em relação à VdG. Por meio de disciplina universitária especificamente focada em fornecer evidências científicas que embasem ações profissionais efetivas de prevenção de violência de gênero, propiciam a formação de profissionais mais capacitados para agir contra a VdG.

O quinto elemento transformador apontado foram ações públicas ou coletivas que propiciam o combate à VdG. Por exemplo, o apoio familiar e institucional como elementos que favorecem o enfrentamento da violência conjugal (S11) e produção de espaços de arquitetura que possibilitem o engajamento político, a ocupação do espaço público e o reconhecimento das mulheres como agentes de transformação da cidade (Gs13). Essas pesquisas ressaltam a importância da construção de redes de proteção e a necessidade de construir “crenças” compartilhadas socialmente que condenem a violência e apoiem as vítimas.

O sexto elemento transformador apontado refere-se à educação como fator que propicia mudanças sociais. Discutido nos trabalhos analisados apontando que a educação traz esse potencial de mudança porque possui espaços para discussões, debates e, inclusive, práticas reflexivas envolvendo diversos atores sociais (Gs2) e que estratégias pedagógicas podem representar instrumentos mais perenes para a construção de novos valores (Gs10). Como anteriormente indicado, a educação tem papel transformador para o indivíduo e para a sociedade (FREIRE, 2011). Por meio de uma educação dialógica que promova a reflexão, os indivíduos, na interação, leem criticamente seu mundo e agem para transformá-lo.

O sétimo elemento transformador mais frequente observado na literatura nacional foi a ação individual das mulheres para a superação da VdG. Isso ocorre porque é observado, por exemplo, um empenho entre as mulheres em modificarem suas atitudes e tentarem se utilizar do diálogo para diminuição ou eliminação da situação

conflitante e/ou estressora que provocam as brigas entre o casal e buscam suporte familiar e institucional como estratégias de enfrentamento da violência (S11). As lutas do movimento feminista vêm conquistando diversas vitórias em favor da superação de desigualdades e violências. Como aponta Castells (1999), essas lutas vêm reestruturando a sociedade atual e diversas têm sido as conquistas. Esse autor ressalta, além disso, que para além do movimento feminista mais estruturado, as lutas diárias das mulheres em sua história individual, também fortalecem essas conquistas. Como ressalta Puigvert (2001), mulheres nas mais diversas condições sociais, especificamente mulheres com baixa escolarização e de minorias excluídas, contribuem diariamente para a superação da VdG e transformação social. Por fim, o oitavo elemento apontado como transformador a partir da análise da literatura nacional se refere a apontamentos de que a atenção aos homens pode ocorrer por meio de medidas preventivas, além das assistenciais e punitivas àqueles que são autores de violência. Conforme poderá ser observado adiante nos elementos transformadores indicados a partir da literatura internacional, ao adotar-se a concepção de que os homens podem ser aliados no combate à VdG, diversas transformações podem ser observadas. Como ressaltado por Flecha, Puigvert e Ríos (2013), a VdG está ligada a dois modelos de masculinidade (Masculinidade Tradicional Dominante – MTD - e a Masculinidade Tradicional Oprimida - MTO). Connel (1987) argumenta que existe em nossa sociedade uma masculinidade hegemônica, que seria aquela que representa o “homem ideal”, ou seja, aquela em que os homens se espelham, ou almejam ser, e que as mulheres desejam como parceiros. Essa autora indica que a masculinidade hegemônica varia conforme o grupo social, ou seja, será mais valorizado o homem que tiver essa ou aquela característica. O que Flecha, Puigvert e Ríos (2013) identificam, no entanto, é que, de forma geral, a masculinidade hegemônica é violenta, ou seja, é a MTD. No entanto, que um terceiro modelo de masculinidade tem papel essencial na superação de violência de gênero, as Novas Masculinidades Alternativas (NAM). Essas masculinidades têm como característica definidora o estabelecimento e a luta por relações mais igualitárias e livres de violência. Como será discutido mais adiante, há exemplos de intervenções e avanços no debate teórico sobre a questão da participação dos homens no combate à violência de gênero contra as mulheres.

Observamos então que, assim como indicado na revisão global realizada pela Unicef (PARKES *et al.*, 2016), a análise da literatura nacional também ressalta a relevância da replicação de normas sociais como fator de grande implicação para a

manutenção da violência de gênero. Em oposição a isso, é possível observar que alguns trabalhos (Gs11, Gs16, S5 e S8) apontam ações que favorecem o questionamento dessas normas e com isso contribuem para a superação dessa forma de violência.

Outro enfoque discutido por Parkes *et al.* (2016) que também aparece destacado, tanto na dimensão excludente quanto na dimensão transformadora da literatura nacional, se refere à questão do preparo (ou despreparo) das pessoas envolvidas nas ações de atenção às vítimas ou intervenções preventivas. Ainda assim, a discussão se mantém sob aspectos mais genéricos dessas ações e não abrange os destaques quanto a aspectos metodológicos e práticos como aparece na literatura internacional discutida a seguir.

Além disso, a análise dos artigos nacionais chama atenção por apontar no sentido contrário a outra indicação presente no relatório internacional (PARKES *et al.*, 2016), referente ao ônus do combate à violência de gênero. Observamos que na literatura brasileira não aparecem ações de prevenção envolvendo homens ou garotos, o que mantém o ônus da erradicação da violência de gênero ainda sobre as ações das mulheres e meninas.

5.2.2 Análise da literatura internacional segundo a Metodologia Comunicativa

A partir da análise reflexiva realizada em relação aos trabalhos internacionais estudados, foram destacados oito aspectos principais que dificultam a erradicação da violência. Esses elementos excludentes são apresentados, a partir da sumarização apresentada na tabela 3 a seguir.

Tabela 3 – Elementos excludentes presentes na literatura internacional

| Elemento excludente | Total | Trabalhos |
|-----------------------------------------------------------|--------------|------------------------------------------------------------------|
| Incidência da VdG | 12 | Ws1, Ws2, Ws7, Ws 13, Ws14, Ws18, Ws20, Ws25, Ws28, E2, S17, S19 |
| Múltiplas exclusões | 11 | Ws2, Ws4, Ws7, Ws14, Ws15, Ws20, Ws25, Ws28, Ws35, E2, S19 |
| Inação ou inadequação de ações do poder público | 4 | Ws22, Ws33, Ws35, E3, S16 |
| Despreparo dos aplicadores das intervenções | 2 | Ws10, Ws11 |
| Ações voltadas à prevenção da VdG podem causar mais danos | 2 | E6 e Ws4 |
| Mídias sociais e virtuais | 1 | Ws9 |
| Não identificação da VdG | 1 | Ws24 |
| Falta de pesquisas sobre o tema | 1 | Ws28 |
| TOTAL | 34 | |

O elemento mais frequentemente observado dentre os trabalhos se refere a alta incidência da vdG. Essa análise reforça o argumento de que a violência de gênero é um fenômeno global, conforme argumentado e demonstrado pelos dados apresentados no início desta tese.

O segundo elemento excludente mais frequente foram as múltiplas exclusões que, aparecem também na dimensão excludente abordada na literatura, porém com algumas diferenças. Na literatura internacional essa questão aparece como fatores de risco associados à VdG. Além do uso de álcool e outras drogas por parte das vítimas e dos perpetradores (Ws2) e pobreza (insuficiência alimentar) (Ws28) que aparecem na literatura brasileira, na literatura internacional aparecem também outros. São eles, o sofrimento psíquico vivenciado pelas mulheres e ter sofrido outra forma de violência de gênero as tornam mais vulneráveis a VdG (Ws27); pertencer a minorias sexuais (Ws14); estigmatização por baixo desempenho acadêmico (Ws15); ser universitária (Ws20); ser atleta (Ws25); não conformidade com padrões de gênero ou alta conformidade com padrão de gênero feminino (E2), diferença salarial e carga laboral (S19) e, por fim, possuir várias interseccionalidades (Ws4).

O terceiro elemento excludente observado refere-se à inação do poder público e inadequação das leis. Tais aspectos foram abordados nos trabalhos apontando-se a escassez de políticas públicas para prevenção de VdG e HIV (Ws22); os contextos em que os programas estão à mercê das políticas de governo e podem ser minadas por administrações contrárias a elas (Ws33); o fato de muitas instituições ainda não cumprirem o que está determinado legalmente (E3) e a observação de em países onde o feminicídio/femicídio possui legislação abrangente e especializada, podem ser

incorporados aspectos importantes para a compreensão e aplicação da lei (S16). Os dados nacionais e internacionais apontam na mesma direção quanto à necessária atuação do poder público para o combate e a prevenção da VdG e como sua inação ou inadequação prejudicam essas lutas e promovem a manutenção das exclusões.

O quarto elemento excludente observado em relação à literatura internacional refere-se ao despreparo dos aplicadores das intervenções (Ws10 e Ws11). Uma análise importante é que em comparação com o elemento “despreparo dos prestadores de serviço” que aparece na literatura brasileira, aqui esse elemento aparece como dificuldade das próprias equipes, moderadores, condutores das intervenções de prevenção ou combate à violência de gênero. É possível observar então uma discussão mais profunda e mais específica, em comparação à literatura nacional, quanto a complexidade das ações que endereçam a transformação social em relação a violência de gênero, haja visto que, mesmo dentre as pessoas já sensibilizadas e conhecedoras sobre o tema, tem-se dificuldade em manter atitudes e comportamentos que sejam de fato efetivos e benéficos para a promoção de relações livres de violência.

O quinto elemento excludente indicado apresenta a discussão de que ações, ainda que intencionalmente, voltadas à erradicação da VdG podem ser prejudiciais às vítimas. No artigo E6 essa discussão aparece em relação à determinação de denúncia obrigatória por parte de todos os servidores das universidades que recebem recursos federais nos Estados Unidos. A autora observa que, sem uma consideração cuidadosa das necessidades das vítimas, podem ser causados mais danos aos esforços de resposta e prevenção. Essa é uma preocupação válida também para o contexto brasileiro. Como apontado por Bellini (2018) que aborda a questão de como tem sido encaminhadas as questões de violência de gênero nas universidades brasileiras.

Ainda em relação à possibilidade de ações de prevenção à violência gerarem mais danos, no artigo Ws4 essa discussão ocorre por meio do destaque de que alguns representantes de organizações voltadas para as ações de homens no combate à violência de gênero preocupam-se com o risco de a fragmentação de programas de prevenção em função do gênero dos participantes reforçar desigualdades, criando espaços somente para homens ou minando desnecessariamente as mudanças positivas e os relacionamentos que poderiam ser promovidos pela programação coeducacional.

Esse elemento suscita a questão de como têm sido aplicados os recursos, públicos e privados, para combate à violência de gênero? Em quais setores ou ações tem-se investido mais, nas ações preventivas, nas ações de cuidados às vítimas ou nas

ações de tratamentos a agressores? Observa-se que não se trata aqui de discutir a escassez de investimentos, públicos ou privados em relação ao combate da violência, mas, sim, em enfatizar a escolha ética (política?) de que eles sejam destinados em favor das vítimas da violência.

O sexto elemento excludente destacado na literatura internacional se refere à observação de que parte importante da VdG ocorre por meio do uso de mídias sociais e virtuais (Ws9). Dada à relevância das tecnologias da informação para a sociedade atual (CASTELLS, 1999), esse elemento aparece também como parte da dimensão transformadora e será retomado posteriormente. Nesse momento, é indicado que não se trata de “combater” o fenômeno das mídias sociais, mas de entender as circunstâncias em que ocorrem e refletir quanto às melhores formas de usá-las para promover as ações solidárias e não violentas, assim como compreender suas implicações para inibir as ações violentas.

O sétimo elemento excludente destacado nessa análise se refere à não identificação das diferentes formas de comportamento violento, principalmente entre os garotos (Ws24). Esse elemento representa a aceitação social da violência e como os garotos, desde pequenos não são socializados para identificar determinados comportamentos como agressões (ELBOJ, 2006-2008). Essas relações violentas são de forma geral tidas como naturais no relacionamento e, como apontado por Gómez (2004), muitas vezes representadas como desejáveis para a emoção em um relacionamento afetivo-sexual. Nesse sentido está a relevância em esvaziar de atrativo a violência, socializando as crianças para rejeitem a violência (OLIVER, 2014)

E por fim, o oitavo e último elemento excludente apontado se refere a escassez de pesquisas sobre o tema na região de Botsuana e na Suazilândia (Ws28). Como apontam Puigvert (2014), a produção de conhecimento científico de qualidade é essencial para o embasamento de ações efetivas de prevenção de violência.

São apresentadas, então, as categorias de elementos transformadores conforme está sumarizado na tabela 4 a seguir.

Tabela 4 – Elementos transformadores presentes na literatura internacional

| Elemento transformador | Total | Trabalhos |
|----------------------------------------------------------------------------------|--------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Resultados positivos dos programas de intervenção | 35 | Ws1, Ws2, Ws3, Ws4, Ws5, Ws6, Ws9, Ws11, Ws12, Ws14, Ws17, Ws19, Ws20, Ws21, Ws22, Ws23, Ws24, Ws26, Ws27, Ws32, Ws33, Ws36, Ws38, Ws39, E1, E2, E3, E4, E6, E7, S17, S18, Gs17, Gs18, Gs19 |
| Crenças que favorecem a superação e questionamento de normas sociais excludentes | 9 | Ws2, Ws11, Ws14, Ws15, Ws16, Ws21, Ws26, Ws36, E4, |
| Ações individuais, motivações/atitudes | 4 | Ws8, Ws15, Ws16, Ws39 |
| Ações de âmbitos institucionais | 4 | Ws34, E3, E6, S18 |
| Ação do poder público | 4 | Ws12, Ws35, E6, E7 |
| Participação ativa dos homens no combate à VdG | 2 | Ws16, Gs21 |
| Mídias sociais como algo que favorece as ações | 1 | Ws31 |
| Ações coletivas/ públicas | 1 | E4 |
| TOTAL | 60 | |

Finalmente, em relação à análise reflexiva dos artigos da literatura internacional, os elementos transformadores indicados geraram nove categorias distintas.

O elemento transformador mais frequente destacado dentre esses trabalhos se refere aos resultados positivos dos programas de intervenção que já vem sendo desenvolvidos internacionalmente. Dada a grande quantidade de artigos presentes nessa categoria, 35 dos 57 trabalhos internacionais analisados, considera-se importante dividi-la em subcategorias. Assim, dentre os resultados positivos indicados nos trabalhos internacionais podemos destacar 16 características diferentes que, segundo os autores, foram relevantes para o maior sucesso das intervenções. São elas:

- a) A ampla abrangência dos programas de maneira geral, desde o conteúdo abordado, o envolvimento das partes interessadas e dos participantes (Ws4, Ws5, Ws6, Ws12, Ws33, E6, E7, Gs18). São exemplos: ações que não tratem apenas de informações referentes à violência, mas abordem também outros temas como direito sociais (Ws5), a identificação de pessoas de confiança a quem as crianças possam contar sobre situações de violência (E7). Ou ainda a inclusão de familiares e amigos (Ws6) e de identidades diversas (E6).
- b) As características do conteúdo abordados nas intervenções (Ws1, Ws4, Ws5, Ws6, Ws14, Ws20, Ws23, Ws26, Ws33, Ws36, E7, Gs17). Por exemplo, equipar a

população com habilidade para intervir em situações de VdG (Ws36,) e a transformação de crenças e normas de gênero (Ws33), observar e treinar alternativas comportamentais e a identificação de antecedentes à violência (Ws1).

- c) Algumas características específicas dos aplicadores e das aplicadoras dos programas parecem ter influenciado na obtenção de resultados positivos relatados por oito estudos (Ws11, Ws9, Ws20, Ws23, Ws32, E7, S18, Gs18). Por exemplo, as habilidades na condução dos debates e manejo de grupo de uma professora (Ws11); os aplicadores e as aplicadoras do programa serem os próprios colegas da escola (Ws20) ou os treinadores(as) esportivos.
- d) O caráter interativo das ações propostas (Ws20, Ws36, E4, E7).
- e) A presença de membros externos, não professores nos programas (Ws9, Ws32).
- f) As metodologias usadas como expressões artísticas (S17), vídeo feito pela própria comunidade (E4); treino de papeis ou *role play* (Ws1 e Ws20); o uso de pessoas que sejam modelos para os participantes, como atletas e treinadores (Ws3, Ws32, Ws38, Ws9 e Ws20) ou metodologias interativas de forma geral (Ws20, Ws33 e Ws36).
- g) As ações dos programas serem preparadas para diferentes populações (Ws20, Ws4, Ws6, Ws33, Ws38, Ws21). Por exemplo, grupos mistos (Ws20) ou grupos só para homens (Ws4, Ws6).
- h) O uso de ferramentas e estratégias que deram bons resultados para a avaliação de programas anteriores (E1, Ws12, Ws17, Ws19)
- i) O foco do programa ser a discussão de situações que possam ser testemunhadas pelos participantes e pelas participantes, as chamadas *bystander interventions* ou intervenção com espectadores (Ws1, Ws9, Ws33, Ws36).
- j) Resultados embasados em conhecimento científico, isto é, aqueles já descritos pela literatura como "melhores práticas" (Ws17, Ws22, Ws39)
- k) O uso de ferramentas para avaliação de crenças e normas sociais (Ws19, E1)
- l) Que a realização do programa permita a geração de dados que possam embasar políticas públicas (Ws12, E2)
- m) A importância do respeito à cultura local quando realizada transposições de intervenções de diferentes países ou contextos culturais (Ws4, Ws17)
- n) A duração e frequência do programa ser adequada ao contexto e população participante (Ws20)

- o) Que as estratégias de avaliação sejam compartilhadas pelos realizadores das intervenções a fim alcançar populações que possam vivenciar desafios semelhantes (Ws4).

Como indicado anteriormente, a análise divulgada pela UNICEF sobre a violência de gênero relacionada à escola (PARKES *et al*, 2016), aponta algumas características de abordagens promissoras para sua superação. Nesse relatório são destacados os enfoques que envolvem a reflexão e a conscientização sobre normas sociais, identidades e desigualdades relacionadas à VdG. Além disso, conforme destacado na revisão realizada por O’Leary e Slep (2012), os programas voltados a aspectos amplos, envolvendo temáticas mais abrangentes, têm maiores chances de sucesso do que os que se focam apenas em alvos específicos como apenas a violência cometida por parceiro. Desse modo, pode-se afirmar que os artigos analisados no presente estudo apontam para a mesma direção acerca dos conteúdos das ações de prevenção (reflexão crítica sobre as normas de gênero, a conscientização para identificação de e intervenção em situações de violência).

Os aspectos levantados a partir da análise dos trabalhos da literatura internacional também coincidem com as análises de Parkes *et al*. (2016) quanto à população foco das ações, buscando intervir junto à comunidade escolar como um todo, bem como conduzindo atividades tanto com grupos formados apenas por um sexo quanto atividades com grupos mistos. No presente estudo identificamos que os autores ora apontam a criação de um espaço protegido e que cria maior conforto para que os participantes possam discutir mais livremente as temáticas, ora ressaltam a importância do compartilhamento das vivências diferentes dos homens e das mulheres quanto à VdG e as normas sociais.

Outro apontamento do relatório (PARKES *et al*, 2026) se refere às pessoas responsáveis pela condução das intervenções preventivas, que devem ser bem qualificadas. No presente estudo, foram encontrados, tanto nos elementos excludentes quanto nos transformadores, a indicação dos impactos positivos e negativos relativos ao preparo de facilitadores em programas de prevenção. Em uma mesma pesquisa (Ws4), as crenças pessoais das professoras que conduziam a intervenção interferiram diretamente nas crenças acerca dos papéis de gênero dos alunos participantes. Em um caso, fortaleceram estereótipos masculinos violentos e femininos submissões, enquanto no outro promoveu a recusa por esses mesmos estereótipos.

Outro item relativo a esses facilitadores, são as características pessoais dos mesmos. Intervenções que contam com a condução por pares da população foco das ações (por exemplo, alunos mais velhos), ou pessoas significativas para essa população (como treinadores em times esportivos), parecem obter resultados positivos. Pesquisas como Ws3, Ws32, Ws38, Ws9 e Ws20 dão evidência a e fortalecem os modelos de masculinidade não violentas. Essas pessoas e suas ações servem de modelo de papéis sociais para os participantes e, para além do discurso ético de certo ou errado, exemplificam em seu dia-a-dia em suas ações esses papéis.

Tomando os apontamentos de Prezenszky *et al.* (2018) acerca da avaliação das intervenções para prevenção de VdG, havia sido identificado como desafio à produção científica a proposição de formas de avaliação efetiva de tais ações. No presente estudo, pudemos notar que diversos trabalhos voltam sua atenção especificamente a essa questão, buscando estratégias participativas de avaliação, bem como a produção de instrumentos e a análise dessas formas de avaliação.

Um último aspecto referente aos resultados positivos das intervenções seria o potencial transformador para a prevenção da VdG das intervenções que visam a preparar os espectadores, aquelas pessoas que testemunham situações de violência em espaços comuns, para identificar e agir de formas mais efetivas em situações de violência, a chamada *bystander intervention*. Como ressaltam Flecha, Puigvert e Redondo (2005) e Vidu *et al.*(2017), a aceitação ou conivência com situações de violência fortalecem o agressor e perpetuam a violência. Ao intervir nessas situações, o entorno social deixa claro que atitudes violentas são covardes e não serão aceitas. Dotar potenciais espectadores de recursos para intervir da melhor forma possível, bem como evidenciar e fortalecer essas pessoas, é um importante recurso, tendo em vista o que Vidu *et al.* (2017) descrevem como assédio de segunda ordem, ou seja, a repressão que aqueles que denunciam a violência e apoiam as vítimas sofrem ao fazê-lo.

O segundo elemento transformador destacado a partir das análises da literatura internacional foram as crenças que favorecem a superação e questionamento de normas sociais excludentes por parte de aplicadores ou participantes dos programas, previamente à aplicação das intervenções, (Ws2, Ws11, Ws14, Ws15, Ws16, Ws26, Ws36, E4). Por exemplo, como a não culpabilização das vítimas (Ws11), consciência sobre a VdG (E4) ou crenças positivas sobre masculinidade (Ws15). O terceiro elemento transformador indicado a partir da literatura internacional se refere às

motivações e atitudes individuais como características pessoais que promove a superação da violência como (Ws8, Ws15, Ws16, Ws39).

Esses dois elementos anteriores incitam o questionamento de quais características, individuais ou da socialização vivenciada por essas pessoas, contribuíram para o surgimento de crenças que favoreçam a superação da VdG ou para torna-las motivadas a agir em favor da superação da violência. Considerando que a incidência de violência seja tão alta e, como destacado a partir de Gómez (2004), a socialização para a reprodução de modelos violentos seja tão presente no cotidiano, que aspectos vivenciados por essas pessoas as tornaram pessoas que se posicionam de forma contrária a isso?

O quarto elemento transformador indicado foram as ações de âmbitos institucionais (como universidades, escolas e instituições parceiras) (Ws34, E3, E6, S18). E o quinto elemento transformador mais citado na literatura internacional foi a ação do poder público (Ws12, Ws35, E6, E7). Esses elementos tomados em conjunto representam o potencial transformador das instituições que assumem a responsabilidade estrutural de atuar para a mudança dos quadros de exclusão vividos pelos indivíduos. Ao agirem em favor da superação da VdG as instituições fortalecem as ações dos indivíduos, dando-lhes suporte e possibilitando uma socialização que não valoriza a violência.

O sexto elemento foi a participação ativa dos homens no combate à VdG (Ws16, Gs21). Essa questão remete aos modelos de masculinidades apresentados no marco teórico desta tese. Os modelos de novas masculinidades alternativas (NAM) são destacados por seu posicionamento contrário a todas às formas de violência (FLECHA *et al.*, 2013). Assim como os demais modelos de masculinidade discutidos, não se trata de um modelo estereotípico de atitude, mais delicado ou mais rústico, mais sensível ou refinado, mas sim da forma de estabelecer suas relações e no enfrentamento de situações de discriminação ou violência que aconteçam ao seu redor, mesmo que não diretamente a ele. Ações preventivas que visem a construção, o fortalecimento e a valorização dessas masculinidades NAM, portanto, podem contribuir para a superação da VdG.

O sétimo elemento foi o uso de mídias sociais como algo que pode promover as ações e programas de prevenção (Ws31). Como apontado anteriormente, a sociedade da informação muito das relações vividas na atualidade está permeada pelo uso da internet e das mídias sociais virtuais. Essa revolução tecnológica tornou a comunicação mais rápida e o alcance das interações cotidianas mais distante. A prevenção da VdG deve

atentar para esse elemento como crucial, especialmente em relação à população jovem, e há discussões importantes sobre essas ações de prevenção (OLIVER; SANTOS, 2014).

E, por fim, o oitavo elemento transformador destacado a partir da literatura internacional foram as ações coletivas (E4). Esse elemento remete a ações que vão de encontro com os apontamentos realizados no início desta tese quanto aos principais fatores de risco em nível comunitário, segundo dados da OMS (2012), as sanções comunitárias fracas e normas de gênero tradicionais que toleram a violência.

Observamos, assim, que nas dimensões excludente e transformadora trazidas pela literatura internacional, é possível destacar discussões mais aprofundadas referentes a aspectos metodológicos, isto é, do “como fazer” em relação às ações e programas de prevenção da violência de gênero em diferentes contextos. Muitas dessas discussões vão no sentido dos apontamentos apresentados na revisão realizada pela Unicef (PARKES *et al.*, 2016) quanto a:

- a preparação efetiva da equipe envolvida na realização dessas ações, inclusive considerando-se crenças pessoais e valores desses facilitadores;

- a condução de ações diferenciadas voltadas a grupos de mulheres ou meninas, grupos de homens ou meninos e grupos mistos a fim de alcançar tanto a criação de espaços “seguros” em que se possa trazer questões delicadas sobre normas sociais e condutas experienciadas ou vivenciadas, assim como espaços em que se favoreça o diálogo e sensibilização a partir de perspectivas diferentes quanto a este marcador social, bem como o compartilhamento do ônus da construção dessa transformação social;

- as abordagens que promovam reflexão e conscientização sobre as identidades de gênero e normas sociais; e por fim, - os conteúdos, que sejam abordados por meio de metodologias interativas e inclusivas, e sejam de amplo escopo reflexivo, envolvendo além de crenças e estereótipos, temas como regulação das emoções, resolução de conflitos ou outros que favoreçam a reflexão e a mudança de atitudes em relação a VdG.

Uma outra análise relevante para a presente pesquisa se refere ao total de elementos excludentes e transformadores identificados nos textos obtidos, tal como sugere Bellini (2018). Como pode ser observado nas tabelas 1, 2, 3 e 4, na literatura nacional, foram destacados 44 elementos excludentes e 31 elementos transformadores. Já na literatura internacional, o total de elementos excludentes foi de 34, enquanto de transformadores foi de 60.

A presente pesquisa teve como foco principal identificar ações que previnam a VdG, buscando sua superação. Nesse sentido, identificar elementos que mantêm e agravam a VdG (elementos excludentes) é relevante para identificar os focos de ação e as consequências da inação ou atuação inadequada. Por outro lado, como buscamos respostas efetivas para a prevenção e combate à VdG, a identificação dos elementos transformadores, daquelas ações e características dessas que ajudam na superação da exclusão, no caso a VdG, permite mais claramente definir formas de agir mais efetivamente. De forma semelhante ao identificado por Bellini (2018) em relação a prevenção da violência de gênero no contexto universitário, notamos, a partir dos dados, que a literatura internacional parece estar mais focada em fornecer respostas ao quadro vivenciado, enquanto os dados obtidos na literatura nacional apontam para um foco na denúncia da situação excludente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa está inserida no conjunto de estudos desenvolvidos pelo Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (NIASE), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Para responder às questões de pesquisa propostas inicialmente foi apresentado um panorama em relação à violência de gênero contra as mulheres e então foi apresentado o marco teórico do estudo em que se delineou o enfoque adotado para a questão. Foi explicitada a compreensão de que o modelo de masculinidade dominante, apesar de ser o responsável pela violência sob diversas formas em nossa sociedade, é identificado como atraente – e que este modelo está em todos os grupos sociais, tomando sua forma local -, o que torna impossível a eliminação da violência de gênero apenas por meio de processos normativos, ou que se baseiem apenas na linguagem da ética. Nessa perspectiva, para alcançar mudanças realmente profundas quanto às causas da violência, é necessário alcançar uma socialização e ressocialização que questione a construção da atração por padrões violentos, assim como a escolha “morna” por modelos oprimidos, e que alcance, portanto, também, a linguagem do desejo. Desejo e ética têm de se unir por meio da nova masculinidade alternativa.

A partir das fontes de pesquisa utilizadas – bases de dados Google Acadêmico, Scielo, *ERIC* e *Web of Science* – foram localizadas produções brasileiras, ou que se referiam ao contexto brasileiro, e produções internacionais. A análise desses trabalhos permitiu indicar os desafios ainda enfrentados em nosso país, haja visto que a escassez de produção de conhecimento que apresente respostas concretas a esse problema, ainda tão presente em nossa sociedade, dificulta a transformação do contexto social tão violento que vivemos.

Quanto às publicações internacionais, é possível destacar a relevância dos estudos produzidos e dos indicativos sobre os parâmetros que permitem a maior efetividade de ações que buscam o enfrentamento desse problema social tão complexo.

Cabe notar que os textos foram escolhidos em função do maior alcance das publicações, razão pela qual mantivemos para a análise trabalhos de eventos científicos, manuais e guias. Este também é o motivo pelo qual não foram incluídas buscas específicas em relação às teses e dissertações, que são trabalhos acadêmicos de maior especificidade e extensão, porém com menor alcance de público.

Retomando as considerações iniciais sobre o marco teórico adotado em relação à atração pela violência, linguagem do desejo e linguagem da ética, podemos destacar que estão em consonância com alguns dados sobre a população brasileira e algumas das

evidências sobre a efetividade nas ações e programas de prevenção da VdG destacados na análise da literatura internacional realizada. No estudo de Costa e Fernandes (2012) sobre as representações sociais de adolescentes brasileiros, de ambos os sexos, relacionadas às palavras “amor” e “sexo”, os resultados indicaram que, para a palavra amor as evocações estavam ligadas primeiramente a *Companheirismo, Carinho, Sentimento e Relacionamento*, e menos pela categoria *Desejo*. Enquanto nas evocações para a palavra “sexo” as evocações estavam ligadas a *Prazer, Sentimento, Desejo e Prevenção* e menos ligadas à categoria *Relacionamento*. É possível aqui apontar às discussões realizadas por Gómez (2004), Padrós, Aubert, & Melgar (2010), Schubert & Valls-Carol (2015), que discorrem sobre o conceito de dupla moral que está na base dessa divisão. Fica evidente a separação entre os dois tipos de relacionamentos, indicada pelos autores e pelas autoras. De um lado, as relações excitantes e permeadas pelo prazer, associadas a palavra “sexo” e, de outro, as relações guiadas pelas noções de companheirismo e carinho e menos pela excitação e desejo, identificadas como amor.

Ademais, ao considerarmos os apontamentos de Gómez (2004), Flecha, Puigvert, Ríos (2013) e Schubert & Valls-Carol (2015) acerca da socialização tradicional para a atração pela violência por meio dos valores e modelos aceitos e valorizados na estrutura patriarcal e machista, é possível compreender a relevância, e as dificuldades dela decorrentes, que as normas sociais e estereótipos de gênero têm na construção e manutenção da violência de gênero. Assim como é possível discutir o papel do poder público e das instituições, inclusive a mídia na manutenção desses valores e normas, sendo esses dois pontos discutidos nos trabalhos analisados tanto na literatura nacional quanto na internacional.

No mesmo sentido, adotar a concepção de amor como construído socialmente, e descartar as concepções de que o amor/paixão seja algo instintivo e irracional nos permite responsabilizarmo-nos por ele (GÓMEZ, 2004; PADRÓS; AUBERT; MELGAR, 2010; SCHUBERT; VALLS-CAROL, 2015; VALLS; PRADOS-GALLARDO, 2014). Isso possibilita também desenvolvermos contribuições científicas para compreender como são criados o imaginário social sobre as relações afetivas e sexuais, os valores a elas atribuídos como positivos ou negativos e como atraentes ou não atraentes (PUIGVERT *et al.*, 2019). Essa perspectiva nos dá âmbito de ação para propor atuações que proponham a reflexão e a conscientização sobre identidades, normas e desigualdades de gênero e modelos violentos em que somos socializados, conforme indicado por Parkes *et al.*, (2016) e quanto à possibilidade de questioná-los.

Quanto às limitações do trabalho, ressaltamos que poderia ser realizada uma busca com maior variedade de termos e bases dados. O que não foi possível em função da limitação de tempo para a realização da presente pesquisa.

Quanto à continuidade da pesquisa, está prevista e já aprovada no comitê de ética a realização de uma pesquisa de pós-doutorado que envolverá a realização de trabalho de campo a partir das indicações construídas na presente tese.

Como sugestões de continuidade para a área, propõem-se o embasamento de ações voltadas à prevenção e erradicação da violência de gênero a partir das evidências científicas já apontadas pelas experiências internacionais. Isto é:

- Que sejam abrangentes em relação às partes envolvidas e participantes;
- Que questionem os modelos sociais de conduta e relacionamento que estão na raiz da violência.
- Que tragam, dentre os conteúdos abordados, não apenas definições e informações sobre a violência, mas também habilidades para intervenção em situações de violência adequadas a cada público;
- Que seja realizada por aplicadores bem preparados, sensíveis à questão e com habilidades necessárias de acordo com o conjunto de atividades adotadas, bem como público e formato da intervenção;
- Que façam avaliação quanto aos resultados e efetividade das ações desenvolvidas.

Encerramos aqui nossas reflexões e contribuições momentâneas. Seguiremos no caminho de apoiar a produção de conhecimento para que as meninas e mulheres das novas gerações possam viver efetiva liberdade afetivo-sexual, ou seja, livres de violência e do cultivo de atração pelo modelo de masculinidade violenta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLDRED, Pam; BIGLIA, Barbara. Gender-Related Violence and Young People: An Overview of Italian, Irish, Spanish, UK and EU Legislation. **Children and Society**, [S. l.], v. 29, n. 6, p. 662–675, 2015.

ALONSO, Maria José; MARINÑO, Raquel; RUÉ, Lourdes. El espejismo del ascenso en la socialización de la violencia de género. **Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 75–88, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27426483010>

ARANTES, Valéria Amorim; SASTRE, Genoveva; GONZÁLEZ, Alba. Violência contra a mulher e representações mentais: um estudo sobre pensamentos morais e sentimentos de adolescentes. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 109–120, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000100013&lang=pt

AUBERT, Adriana *et al.* **Aprendizagem dialógica na sociedade da informação**. São Carlos, SP: Edufscar, 2016.

AVON, Instituto; POPULAR, Data. **Violência contra mulher: o jovem está ligado ?** [S. l.: s. n.]. Disponível em: http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/12/pesquisaAVON-violencia-jovens_versao02-12-2014.pdf.

BACHEGA, Denise *et al.* Prevenção de violência contra mulher na formação docente : análise de uma experiência. **Currículo sem fronteiras**, [S. l.], v. 1384, p. 278–292, 2019. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol19iss1articles/bachega-bellini-galli-mello.pdf>

BELLINI, Daniela Mara Gouvêa *et al.* **Violência contra mulheres nas universidades: contribuições da produção científica para sua superação** (Scielo e *Web of Science* 2016 e 2017). 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 16 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. 1. Brasília, DF: Poder executivo, 2006. p. Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm

BURGUÉS, Ana *et al.* **IDEALOVE&NAM. Socialización preventiva de la violencia de género**. [S. l.: s. n.]. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=581303&orden=1&info=open_link_libro%5Chttps://dialnet.unirioja.es/servlet/extlib?codigo=581303.

CARLETO, Amanda P. *et al.* Conhecimentos e Práticas dos Adolescentes da Capital de

Mato Grosso quanto às DST/Aids. **Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis**, [S. l.], v. 22, n. 4, p. 206–211, 2010.

CASTELLS, Manuel. Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede. In: **O Poder da Identidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. v. 2p. 22.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar)**Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. [S. l.: s. n.]. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/03/IPEA_estupronobrasil_dadosdasaude_marco2014.pdf. Acesso em: 6 out. 2016.

CHERFEM, Carolina Orquiza; MELLO, Roseli Ridrigues; SANTOS, Raquel Auxiliadora. Feminismo Dialógico : Diálogo Possível Entre Diferentes Identidades Para a Superação De Desigualdades De Gênero. [S. l.], p. 1–11, 2010.

COLE, Michael; COLE, Sheila. **O desenvolvimento da criança e do adolescente**. [S. l.: s. n.].

COSTA, Vanuzia; FERNANDES, Sheyla Christine Santos. O que pensam os adolescentes sobre o amor e o sexo? Um estudo na perspectiva das representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 391–401, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200017&lang=pt

EISENSTEIN, Evelyn. Adolescência: definições, conceitos e critérios . **Adolesc Saude.**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 6–7, 2005. Disponível em: http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=167. Acesso em: 9 jul. 2019.

ELBOJ, Carmen. **FIRST REPORT: Theoretical contributions in response to image-based violence among adolescent population Daphne Project 2005-1127-Y SECONDARY EDUCATION SCHOOLS AND EDUCATION IN VALUES: PROPOSALS FOR GENDER VIOLENCE PREVENTION**. [S. l.: s. n.].

ÉNOIS, Instituto. Menina pode tudo. [S. l.], 2015. Disponível em: http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/07/ENOIS_meninapodetudo2015.pdf. Acesso em: 9 maio. 2015.

FLECHA, Ainhoa *et al.* Socialización preventiva en las comunidades de aprendizaje. **Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado**, [S. l.], v. 67, p. 89–100, 2010.

FLECHA, Ainhoa. **Prevención de la violencia de género entre menores**. Madrid [s. n.] Disponível em: <http://www.fes-sociologia.com/files/congress/11/papers/1076.pdf>

FLECHA, Ainhoa; PUIGVERT, Lidia; REDONDO, Gisela. Socialización preventiva de la violencia de género. **Feminismo**, [S. l.], v. 6, p. 107–120, 2005. Disponível em: <http://www.comunidadedeaprendizagem.com/uploads/materials/228/1e4d20c61fb5c1f690cc35d8d533d9b9.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2017.

FLECHA, Ramón. **Compartiendo palabras : el aprendizaje de las personas adultas**

a través del diálogo. Barcelona: PAIDOS IBERICA, 1997. *E-book*. Disponível em: <https://www.casadellibro.com/libro-compartiendo-palabras-el-aprendizaje-de-las-personas-adultas-a-traves-dl-dialogo/9788449304750/589824>. Acesso em: 9 jun. 2019.

FLECHA, Ramón *et al.* Transferencia de tertulias literarias dialógicas a instituciones penitenciarias. **Revista de Educación**, [S. l.], v. 360, p. 140- 161., 2013. Disponível em: <http://www.mecd.gob.es/dctm/revista-de-educacion/articulosre360/re36008.pdf?documentId=0901e72b814a77e8>

FLECHA, Ramón; PUIGVERT, Lidia; RÍOS, Oriol. The New Alternative Masculinities and the Overcoming of Gender Violence. **International and Multidisciplinary Journal of Social Science**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 88–113, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4471/rimcis.2013.14>

FREIRE, Paulo. **À sombra dessa mangueira**. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2012, 222p

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 57. ed. Rio de Janeiro [s. n.]. 2014

GARCIA, Leila Posenato *et al.* Estimativas corrigidas de feminicídios no Brasil , 2009 a 2011. **Rev Panam Salud Publica**, [S. l.], v. 37, n. 4/5, p. 251–257, 2015. Disponível em: <http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/8487/v37n4-5a10.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

GARCÍA, Rocío; MIRCEA, Teodor; DUQUE, Elena. Transformación sociocultural y promoción del aprendizaje. **Revista de Psicodidactica**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 207–222, 2010.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. 4ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade (3a)**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Zahar, 2002.

GÓMEZ, Jesús. **El amor en la sociedad del riesgo. Una tentativa educativa**. Barcelona: El Roure, 2004.

GÓMEZ, Jesús *et al.* **Metodologia Comunicativa Critica**. Barcelona: El Roure, 2006.

INCLUD-ED. Final INCLUD-ED Report. Strategies for inclusion and social cohesion in Europe from education. **INCLUD-ED Project. Strategies for inclusion and social co-hesion in Europe from education, 2006-2011. 6th Framework Programme. Citizens and Governance in a Knowledge-based Society. CIT4-CT-2006-028603**, [S. l.], 2012. Disponível em: http://creaub.info/included/wp-content/uploads/2010/12/D25.2_Final-Report_final.pdf

INTERNATIONAL; AMNESTY. **It's in our hands. Stop violence against women. Summary**. Londres, Reino Unido [s. n.]. Disponível em: <http://pathssk.org/wp-content/uploads/2011/06/AI-Its-in-Our-hands.pdf>.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. [S. l.: s. n.]. v. 53E-book. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>

JUSTO, José Sterza. O “ficar” na adolescência e paradigmas de relacionamento amoroso da contemporaneidade. **Revista do Departamento de Psicologia. UFF**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 61–77, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232005000100005&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 8 abr. 2018.

KRANTZ, G.; GARCÍA-MORENO, Claudia. Violence against women. **Journal of Epidemiology & Community Health**, [S. l.], v. 59, n. 10, p. 818–821, 2005. Disponível em: <http://jech.bmj.com/cgi/doi/10.1136/jech.2004.022756>

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. [S. l.: s. n.].

LOURENÇO, B.; QUEIROZ, LB. Crescimento e desenvolvimento puberal na adolescência. **Revista Médica (São Paulo)**, [S. l.], v. 89, n. 2, p. 70–75, 2010.

MARIGO, Adriana; MELLO, Roseli; AMORIM, Sabrina. Tertúlia literária dialógica e educação de pessoas jovens e adultas: encontro entre literatura e vida. **LEITURA: TEORIA e PRÁTICA**, [S. l.], v. 1, 2012. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_antteriores/anais18/pdf/ltp_58_suplemento_18cole_1210_1601.pdf

MELGAR, Patricia; RAMMEL, Stephanie. Anàlisi de la dimensió de gènere en el marc del projecte INCLUD-ED per a desenvolupar pràctiques educatives inclusives Introducció Metodologia. **Temps d’Educació**, [S. l.], v. 38, p. 167–183, 2010. Disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/TempsEducacio/article/view/211430/281620>

MELLO, Roseli R. de; BRAGA, Fabiana Marini; GABASSA, Vanessa. **Comunidades de Aprendizagem: outra escola é possível**. São Carlos, SP: Edufscar, 2012.

MELLO, Roseli. Tertúlia Literária Dialógica: espaço de aprendizagem dialógica. **Contrapontos. Revista de Educação da Universidade do Vale do Itajaí**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 449–457, 2003. Disponível em: <http://www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/viewFile/740/591>

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; NJAINE, Kathie. **Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do ‘ficar’ entre jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

NATIONS, United. **Declaration on the Elimination of Violence against Women**. [S. l.: s. n.] Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/095/05/PDF/N9409505.pdf?OpenElement>. Acesso em: 7 jul. 2016.

O’LEARY, K. Daniel; SLEP, Amy M. Smith. Prevention of Partner Violence by Focusing on Behaviors of Both Young Males and Females. **Prevention Science**, [S. l.], v. 13, n. 4, p. 329–339, 2012. Disponível em:

<https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11121-011-0237-2>

OLIVEIRA, Rebeca Nunes Guedes de *et al.* Preventing violence by intimate partners in adolescence: An integrative review. **Revista da Escola de Enfermagem**, [S. l.], v. 50, n. 1, p. 134–143, 2016.

OLIVER, E. Zero Violence Since Early Childhood: The Dialogic Recreation of Knowledge. **Qualitative Inquiry**, [S. l.], v. 20, n. 7, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1077800414537215>

OLIVER, Esther; SANTOS, Tatiana. Socialización preventiva ante el Ciberacoso. **Communication & Social Change**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 87–106, 2014.

OLIVER, Esther; VALLS, Rosa. **Violencia de género**. Barcelona: El Roure, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência**. [S. l.]: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012. *E-book*. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44350/9789275716359_por.pdf?sequence=3

PADRÓS, María; AUBERT, Adriana; MELGAR, Patricia Alcantud. Modelos de atracción de los y las adolescentes. **Revista Interuniversitaria de Pedagogía Social**, [S. l.], v. 1723, p. 73–82, 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=135013577006>. Acesso em: 9 maio. 2015.

PAIVA, Vera; ARANHA, Francisco; BASTOS, Francisco I. Opiniões e atitudes em relação à sexualidade: pesquisa de âmbito nacional, Brasil 2005. **Revista de Saúde Pública**, [S. l.], v. 42, n. suppl 1, p. 54–64, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102008000800008&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 30 jun. 2018.

PARKES, Jenny *et al.* A Rigorous Review of Global Research Evidence on Policy and Practice on School-Related Gender-Based Violence. [S. l.], 2016.

PREZENSZKY, Bruno C. *et al.* School Actions to Prevent Gender-Based Violence: A (Quasi-)Systematic Review of the Brazilian and the International Scientific Literature. **Frontiers in Education**, [S. l.], v. 3, p. 89, 2018. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/article/10.3389/educ.2018.00089/full>. Acesso em: 1 dez. 2018.

PUIGVERT, Lidia. **Las otras mujeres**. Barcelona: El Roure, 2001.

PUIGVERT, Lidia. Preventive Socialization of Gender Violence: Moving Forward Using the Communicative Methodology of Research. **Qualitative Inquiry**, [S. l.], v. 20, n. 7, p. 839–843, 2014 a. Disponível em: <http://qix.sagepub.com/cgi/content/short/20/7/839>. Acesso em: 18 abr. 2017.

PUIGVERT, Lidia. Preventive Socialization of Gender Violence: Moving Forward Using the Communicative Methodology of Research. **Qualitative Inquiry**, [S. l.], v. 20, n. 7, p. 839–843, 2014 b.

- PUIGVERT, Lidia *et al.* Girls' perceptions of boys with violent attitudes and behaviours, and of sexual attraction. **Palgrave Communications**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 56, 2019. Disponível em: <http://www.nature.com/articles/s41599-019-0262-5>
- ROGOFF, Barbara. **A natureza cultural do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- ROSELL, Lourdes Rué *et al.* Successful Communicative Focus Groups With Teenagers and Young People: How to Identify the Mirage of Upward Mobility. **Qualitative Inquiry**, [S. l.], v. 20, n. 7, p. 863–869, 2014. Disponível em: <http://qix.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/1077800414537208>
- SALDANHA, Ana Alayde W; *et al.* Comportamento sexual e vulnerabilidade à AIDS: um estudo descritivo com perspectiva de práticas de prevenção. **DST j. bras. doenças sex. transm.**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 36–44, 2008. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=527219&indexSearch=ID>. Acesso em: 8 jun. 2019.
- SCHLÖSSER, Adriano; CAMARGO, Brigido Vizeu. Contribuições de Pesquisas Brasileiras sobre o Amor e Relacionamentos Amorosos. **Temas em Psicologia**, [S. l.], v. 22, n. 4, p. 795–808, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v22n4/v22n04a10.pdf>
- SCHRAIBER, Lilia Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia P. L.; FRANÇA JUNIOR, Ivan. Violência sexual por parceiro íntimo entre homens e mulheres no Brasil urbano, 2005. **Revista de Saúde Pública**, [S. l.], v. 42, n. suppl 1, p. 127–137, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102008000800015&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 25 maio. 2019.
- SCHUBERT, Tinka Tabea; VALLS-CAROL, Rosa. Análisis de contenido de las interacciones online de las adolescentes, ¿lenguaje del deseo o de la ética? [S. l.], v. 3, n. 1, p. 77–99, 2015.
- STRAUS, Murray A. Prevalence of Violence Against Dating Partners by Male and Female University Students Worldwide. **Violence Against Women**, [S. l.], v. 10, n. 7, p. 790–811, 2004. Disponível em: <http://vaw.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/1077801204265552>
- THUREAU, S. *et al.* Conjugal violence: A comparison of violence against men by women and women by men. **Journal of Forensic and Legal Medicine**, [S. l.], v. 31, p. 42–46, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jflm.2014.12.014>
- UNITED NATIONS. **The State of the World's Children 2011: Adolescence - An Age of Opportunity** Unicef. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <http://www.unicef.org/sowc2011/index.php>
- UNITED NATIONS; EDUCATIONAL, Scientific and; CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. **School Violence and Bullying: global status report**. Paris [s. n.]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002469/246970e.pdf>. Acesso em: 31 maio. 2018.

VALLS, Rosa *et al.* **Violencia de género en las universidades españolas.** [S. l.: s. n.].

VALLS, Rosa; PRADOS-GALLARDO, María del Mar. Socialización Preventiva De La Violencia De Género. *In:* PHILIPP, R. M. Radl; FONSECA-SILVA, M. C. (org.). **Violencia contra las mujeres: perspectivas transculturales.** Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 2014. p. 151–169. *E-book*. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11441/31905>

VALLS, Rosa; PUIGVERT, Lidia; DUQUE, Elena. Gender violence among teenagers: Socialization and prevention. **Violence Against Women**, [S. l.], v. 14, n. 7, p. 759–785, 2008. Disponível em: <http://vaw.sagepub.com/content/14/7/759.full.pdf+html>. Acesso em: 2 jun. 2016.

VICENTIM, Aline. A trajetória jurídica internacional até formação da lei brasileira no caso Maria da Penha. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. XIII, n. 80, 2010. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8267. Acesso em: 7 abr. 2019.

VIDU, Ana *et al.* Second Order of Sexual Harassment - SOSH. [S. l.], v. 7, p. 1–26, 2017.

WAGNER, Adriana; FALCKE, Denise; MEZA, Eliane Böttcher Duarte. Crenças e valores dos adolescentes acerca de família, casamento, separação e projetos de vida. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 155–167, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721997000100011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 30 jun. 2018.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2015 - Homicídio de mulheres no Brasil.** Brasília, DF: Flacso, 2015. v. 1 *E-book*. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br

WORLD HEALTH ORGANIZATION -WHO. **Global and regional estimates of violence against women: Prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence.** Genebra, Suíça [s. n.]. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/85239/1/9789241564625_eng.pdf?ua=1.